

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

DOUGLAS RIBEIRO ROMANI

**A INTERNET COMO ESPAÇO DE AÇÃO PARA PRÁTICA DA CIDADANIA
ATIVA: ANÁLISE DE CONTEÚDO DO MOVIMENTO CONTRA CORRUPÇÃO**

Goiânia

2014

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Douglas Ribeiro Romani		
E-mail:	douglasrromani@hotmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Vínculo empregatício do autor	Servidor Público Federal - IF Goiano		
Agência de fomento:	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás	Sigla:	FAPEG
País:	Brasil	UF:	G O CNPJ: 08.156.102/0001-02
Título:	A internet como espaço de ação para prática da cidadania ativa: análise de conteúdo do Movimento Contra Corrupção		
Palavras-chave:	Internet, Comunicação Pública, Cidadania		
Título em outra língua:	The Internet as venue of practice of the active citizenship: content analysis of the Movimento Contra Corrupção		
Palavras-chave em outra língua:	Internet, Public Communication, Citizenship		
Área de concentração:	Comunicação, Cultura e Cidadania		
Data defesa:	20/08/2014		
Programa de Pós-Graduação:	PPGCOM		
Orientador (a):	Tiago Mainieri de Oliveira		
E-mail:	tiagomainieri@gmail.com		
Co-orientador (a):			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Assinatura do (a) autor (a)

Data: 03 / 10 / 2014

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

DOUGLAS RIBEIRO ROMANI

**A INTERNET COMO ESPAÇO DE AÇÃO PARA PRÁTICA DA CIDADANIA
ATIVA: ANÁLISE DE CONTEÚDO DO MOVIMENTO CONTRA CORRUPÇÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Mídia e Cidadania

Orientador: Prof. Dr. Tiago Mainieri de Oliveira

Goiânia

2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG**

R758i Romani, Douglas Ribeiro.
A internet como espaço de ação para prática da cidadania
ativa [manuscrito]: análise de conteúdo do Movimento
Contra Corrupção / Douglas Ribeiro Romani. - 2014.
157 f. : figs, tabs.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Mainieri de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Informação e Comunicação, 2014.
Bibliografia.

1. Internet 2. Comunicação publica 3. Cidadania –
Internet I. Título.

CDU: 004.738

**A INTERNET COMO ESPAÇO DE AÇÃO PARA PRÁTICA DA
CIDADANIA ATIVA: ANÁLISE DE CONTEÚDO DO
MOVIMENTO CONTRA CORRUPÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Comunicação, aprovada em __ de _____ de 2014 pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Tiago Mainieri - FIC/UFG
Orientador e Presidente da Banca

Prof. Dra. Heloisa Dias Bezerra - Faculdade de Ciências Sociais - UFG
Membro Externo

Prof. Dr. Magno L. Medeiros da Silva - FIC/UFG
Membro Interno

Dedico este trabalho à Carime e à Clarice, pela força, paciência e apoio incondicionais dedicados a mim por todo esse tempo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por ter me abençoado durante toda minha vida e por ter me dado saúde e força para sempre seguir em frente.

À minha esposa Carime, pela dedicação com que se desdobrou para que eu pudesse me dedicar a tanto tempo de estudo. Me desculpe por não ter podido estar tão presente quanto gostaria.

À minha filha Clarice, fonte de inspiração e de força nos momentos mais delicados.

À minha mãe, por todas as orações e pelo seu amor incondicional.

Ao meu pai, pelo exemplo dado de determinação, coragem e luta.

A toda minha família, pela compreensão e carinho.

Aos meus sogros, que me acolheram e abdicaram de seu tempo para me ajudar sempre que precisei.

Ao meu orientador Tiago Mainieri, por me ajudar tantas vezes a percorrer esta trajetória.

A todos os professores do programa, por compartilharem seus saberes e me ensinarem tanto.

A todos os amigos, que souberam entender a minha ausência tão frequente.

Aos meus super amigos, Diogo, Jullena e Laura, que me estenderam a mão e me ajudaram por incontáveis vezes, desde minha entrada no programa de mestrado até a conclusão.

E a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho fosse concluído.

"O desenvolvimento da internet e de novas tecnologias da informação traz, em princípio, novas perspectivas para a liberdade de expressão, na medida que se mostram fortemente receptivas à diversidade das formas discursivas e à precariedade financeira dos sujeitos da fala, o que dá margem a hipótese de redistribuição do poder comunicativo pelas tecnologias digitais".

(Muniz Sodré)

RESUMO

Este estudo propõe refletir se a internet é um espaço de construção da cidadania e de prática da Comunicação Pública. A partir de uma construção teórica que define e aprofunda conceitos de cidadania e Comunicação Pública, é feita uma análise pormenorizada sobre a internet para entender as características desta nova plataforma de comunicação e as modificações estruturais e possibilidades que ela trouxe consigo. Partindo de um contexto em que a internet permeia a vida de cada cidadão e interfere, direta ou indiretamente, nos aspectos econômico, político e cultural da sociedade, busca-se entender se a rede mundial de computadores, em especial as redes sociais, outorga voz às minorias e serve como mediadora de um diálogo entre estes indivíduos e o Estado. Para tanto, este trabalho analisa o Movimento Contra Corrupção, página do *site* Facebook voltada sobretudo para o debate e a manifestação da sociedade em relação ao decoro e a decência dos políticos no Brasil. Desse modo, é caracterizada uma análise de conteúdo das principais postagens, entre os meses de maio e setembro de 2013, na página do MCC. Esse foi o período de maior atividade do movimento por motivo das manifestações ocorridas no Brasil, ocasião na qual o Movimento Contra Corrupção incitou a adesão de seus seguidores à causa. Mediante a análise dos resultados obtidos, o estudo apresenta alguns indicativos voltados para a prática da Comunicação Pública na contemporaneidade.

Palavras-chave: Internet, Comunicação Pública, Cidadania

ABSTRACT

This paper aims at examining whether the internet is a resource for strengthening citizenship and establishing a Public Communication channel. Based on theoretical construct that defines and deepens the concepts of citizenship and Public Communication, a detailed analysis about the internet was carried out in order to understand the characteristics of this new communication platform and the structural modifications and possibilities it has brought about. Since the Internet permeates the life of every citizen and interferes, directly or indirectly, in the economic, political and cultural aspects of society, we seek to understand whether the world wide web, especially social networks, grants voice to minorities and serves as mediator in a dialogue between these individuals and the State. Therefore, this paper examines the *Movimento Contra Corrupção* and its Facebook webpage especially devoted to the discussion of the issue, and to society's manifestation regarding the behavior and decency of the politicians in Brazil. Thus, a content analysis of its main posts, between the months of May and September 2013, is carried out. This was the period of when several demonstrations swept the country and the MCC movement was most active: they fostered the population's participation and adherence to the cause. By analyzing the results, the study presents some outlines to the practice of Public Communication in contemporary society.

Keywords: Internet, Public Communications, Citizenship

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: <i>Post</i> com maior número de interações em maio de 2013.....	119
FIGURA 2: 2º <i>Post</i> com maior número de interações em maio de 2013.....	121
FIGURA 3: 3º <i>Post</i> com maior número de interações em maio de 2013.....	122
FIGURA 4: <i>Post</i> com maior número de interações em junho de 2013.....	125
FIGURA 5: 2º <i>Post</i> com maior número de interações em junho de 2013.....	126
FIGURA 6: 3º <i>Post</i> com maior número de interações em junho de 2013.....	127
FIGURA 7: <i>Post</i> com maior número de interações em julho de 2013.....	130
FIGURA 8: 2º <i>Post</i> com maior número de interações em julho de 2013.....	131
FIGURA 9: 3º <i>Post</i> com maior número de interações em julho de 2013.....	132
FIGURA 10: <i>Post</i> com maior número de interações em agosto de 2013.....	134
FIGURA 11: 2º <i>Post</i> com maior número de interações em agosto de 2013.....	135
FIGURA 12: 3º <i>Post</i> com maior número de interações em agosto de 2013.....	136
FIGURA 13: <i>Post</i> com maior número de interações em setembro de 2013.....	139
FIGURA 14: 2º <i>Post</i> com maior número de interações em setembro de 2013.....	140
FIGURA 15: 3º <i>Post</i> com maior número de interações em setembro de 2013.....	141

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Relação entre reivindicações populares e ações do governo.....	116
QUADRO 2: Categorias e variáveis observadas nos <i>posts</i> do mês de maio.....	123
QUADRO 3: Categorias e variáveis observadas nos <i>posts</i> do mês de junho.....	129
QUADRO 4: Categorias e variáveis observadas nos <i>posts</i> do mês de julho.....	133
QUADRO 5: Categorias e variáveis observadas nos <i>posts</i> do mês de agosto.....	138
QUADRO 6: Categorias e variáveis observadas nos <i>posts</i> do mês de setembro.....	143
QUADRO 7: Categorias e variáveis observadas em todos os <i>posts</i> analisados.....	145

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - O QUE É CIDADANIA E QUEM PODE TER ACESSO?	15
1.1. CIDADANIA - ALGUNS CONCEITOS.....	15
1.2. A CIDADANIA DAS MINORIAS.....	21
CAPÍTULO II - COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA TEORIA E NA PRÁTICA	36
2.1. AS COMUNICAÇÕES PÚBLICAS POSSÍVEIS.....	37
2.2. A COMUNICAÇÃO DOS PÚBLICOS.....	49
CAPÍTULO III - INTERNET: COMEÇO, MEIO E FIM	60
3.1. AS CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DA REDE.....	62
3.2. AS MÍDIAS SOCIAIS.....	82
3.3. A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA INTERNET.....	90
CAPÍTULO IV - O MCC SOB ANÁLISE	102
4.1. METODOLOGIA.....	105
4.2. O MCC EM DETALHES.....	111
4.3. ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS <i>POSTS</i> DO MCC.....	117
CAPÍTULO V - CONCLUSÃO	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150
ANEXOS	158

INTRODUÇÃO

O Brasil, no decorrer do ano de 2013, vivenciou uma experiência ímpar em sua história. Uma nova plataforma de comunicação mobilizou, direta ou indiretamente, milhões de brasileiros para manifestarem suas indignações frente aos mais diversos temas. Foram questionados desde o aumento de R\$0,20 no preço da passagem do transporte coletivo, até os diversos casos de corrupção noticiados pela mídia.

Tais mobilizações vieram lançar luz sobre a questão problema que servirá de guia para todo este trabalho: seria a internet o espaço por excelência onde as minorias podem lutar pela construção de suas cidadanias, fazendo as vezes de uma moderna forma de esfera pública? Ressalte-se que tal espaço, se existente, já contaria com características peculiares e bem diversas da esfera pública burguesa inicialmente apresentada por Habermas (1984). E é justamente nesse momento oportuno que esta dissertação vai analisar uma *fan page* situada no *site* Facebook de um movimento que combate a corrupção e luta pela democracia e pelos direitos dos cidadãos. Seria possível afirmar que a internet, através das ferramentas disponíveis nas mídias sociais, é um novo modelo de esfera pública que, por sua maneira diferente de interação com os mais diversos públicos, permite que as minorias, os subcidadãos, subalternos e oprimidos possam se fazer ouvidos perante as instituições decisórias de poder?

Em busca da resposta à questão central desta dissertação, foram propostos três objetivos principais. Primeiramente, verificar se o objeto deste trabalho, o Movimento Contra Corrupção (MCC), pode servir como exemplo de ferramenta de Comunicação Pública para as minorias e como espaço de discussões e ações para a busca dos seguidores pelo seus ideais de cidadania plena. Em seguida, tentar perceber as razões que levaram ao aumento da utilização da internet, e mais especificamente da *fan page* do MCC, para a luta contra a corrupção. Por fim, o terceiro objetivo é compreender e analisar os resultados obtidos por essa página na luta pela cidadania.

Estes objetivos principais estão diretamente relacionados a alguns dos eixos estabelecidos por Fragoso, Recuero e Amaral (2013), quando elencam as temáticas mais recorrentes em estudos que trabalham questões relativas à internet. Como as próprias autoras explicitam, é esperado o trânsito entre pelo menos dois dos eixos temáticos apontados. Esta dissertação tratará da Apropriação Tecnológica quando focar a questão da reconfiguração de práticas sociais como mudanças de comportamento em relação à luta pela cidadania por

meio de uma *fan page*. Abordará também o Ciberativismo quando estabelecer reflexões sobre a potencialização das ações políticas dos indivíduos quando conectados. Por fim, discutirá também a Inclusão Digital como fator importante para a inclusão das minorias nos processos de luta pela cidadania¹.

Para percorrer este caminho em busca dos objetivos apontados, este estudo inicialmente tratará das características inerentes à condição de cidadão. Para tanto, considerará desde as concepções atenienses e romanas de cidadania, passando pela clássica definição de T. S. Marshall (1967), que a divide em dimensões de direito civil, político e social, chegando aos dias atuais por meio de definições mais recentes. Os conceitos contemporâneos levarão em conta a inclusão do consumo na conceituação de Canclini (2006) e o aspecto pedagógico da definição de Cortina (2005), entre outros.

Contudo, tão ou mais importante que entender o que é ser cidadão, é perceber como é ser cidadão em um país onde se encontra considerável desigualdade social e uma história permeada de episódios em que a cidadania passou ao largo de grande parte da população. Passando por uma retrospectiva histórica, este trabalho buscará relatar, a partir de José Murilo de Carvalho e Jessé Souza, como se deu o processo de construção social desses indivíduos desassistidos, que correspondem a grande parte da população brasileira, que muitas vezes possuíam poucas ferramentas para contestar os desmandos das classes dominantes. Ao compreender este aspecto será possível começar a vislumbrar diferentes caminhos que possibilitariam alternativas a essa classe de oprimidos no Brasil.

Pela característica intrínseca de dialogicidade entre Poder Público e sociedade, um possível caminho apontado é a Comunicação Pública. A discussão de tal tema dentro deste trabalho irá contar com a contribuição de autores como Pierre Zémor, Jorge Duarte, Círcia Peruzzo, entre outros. Tais estudiosos de CP, ainda que apresentem uma relativa polissemia quanto à conceituação do termo, percebem a imprescindibilidade de um diálogo entre o Estado e os cidadãos. Estes precisam ter conhecimento e informações diversas sobre tudo aquilo que lhes diz respeito, em princípio para saber a quais ferramentas recorrer no momento

¹ Fragoso, Recuero e Amaral (2013) levantam os 11 principais eixos temáticos encontrados em pesquisas brasileiras e americanas sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Entre as 11 categorias apontadas, as autoras explicitam mais detalhadamente apenas as 7 que estão diretamente relacionadas à internet, a saber: Linguagem, Apropriação Tecnológica, Economia Política da Comunicação Mediada por Computador, Ciberativismo, Inclusão Digital, Práticas de Consumo Mercadológico e Socialização On-line.

de buscar o cumprimento de seus direitos, mas também para saber a forma de conquistar novos direitos.

Tais buscas pela construção da cidadania passam, muitas vezes, pelos meios de comunicação, seja como transmissores de informações, seja como canais que propiciam aos indivíduos o questionamento de suas condições impróprias de subsistência junto ao Estado. O problema maior é que os meios tradicionais de comunicação, como a televisão, o rádio, o jornal impresso, entre outros, permitem muito pouca interação de fato, fazendo as vezes de meros transmissores de informações em um processo de mão única.

Contudo, as novas formas de comunicação, sobretudo a internet, estabeleceram uma nova prática comunicacional que permite não apenas o diálogo entre emissor e receptor, como também uma incessante troca de posições que dificulta até mesmo estabelecer quem é emissor ou receptor, ou se sequer existe essa divisão. Com o advento desta plataforma, surgiu um mecanismo capaz de dar voz aos cidadãos excluídos de alguma forma, tal qual pode ser verificado nas manifestações contra a corrupção ocorridas no decorrer de 2013 e que contaram com ampla divulgação por parte do objeto de estudo desta dissertação, o Movimento Contra Corrupção.

Para entender essa nova lógica comunicacional, propiciada sobretudo após o advento da chamada *Web 2.0*, que é a internet pensada e desenvolvida pelos próprios usuários, é importante entender, a título de comparação, como ocorriam as interações com os meios de comunicação chamados por Canclini (2006) de primeira etapa das indústrias audiovisuais, se referindo aos meios como televisão e rádio. A partir de então será possível perceber as novas possibilidades trazidas pela internet, bem como conhecer como a *web* foi concebida e tem se desenvolvido desde então. Dentro desse percurso, que notadamente ainda está sendo percorrido, será importante entender como o cidadão se insere dentro desse processo e quais são os percalços para a sua participação plena.

Depois de todo arcabouço teórico estruturado, este trabalho passará efetivamente a analisar a *fan page* do Movimento Contra Corrupção, que foi um dos principais incitadores das manifestações supracitadas que ocorreram e ainda vêm ocorrendo no Brasil, sobretudo a partir de junho de 2013. A escolha específica deste grupo se deu pela grande exposição que possui na internet (mais de 1,3 milhão de seguidores em maio de 2014), pela utilização primordial da rede para divulgação dos conteúdos e pelas repercussões das publicações do grupo fora do âmbito virtual. Outro aspecto que justificou tal escolha foi a possibilidade de interação e discussão por qualquer membro dentro dos canais propiciados pela página, o que

pode ser visto como um indicador de abertura do MCC à prática da Comunicação Pública e seus processos dialógicos necessários.

Pelas formas de atuação do Movimento Contra Corrupção será possível proceder à análise de um objeto que está ligado às três dimensões apontadas por Marshall (1967) em sua clássica definição de cidadania. Além das dimensões de direitos civis, políticos e sociais, o MCC, ao utilizar como ferramenta de comunicação a internet, se insere em uma nova forma de utilização de meios de comunicação que, segundo Canclini (2006), está diretamente ligada ao exercício contemporâneo da cidadania. Ademais, o conteúdo e a forma de tais ferramentas de comunicação indicam para um possível início de conscientização e aprendizado dos manifestantes para a prática da cidadania ativa, o que vai ao encontro da concepção cidadã de Adela Cortina (2005).

Partindo da revisão de literatura sobre cidadania, comunicação pública e internet, o objeto de estudo será analisado dentro dos preceitos teóricos estabelecidos por meio do método de análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa serão ainda complementados com fontes secundárias de informação, como os conteúdos postados nos outros canais do MCC, entrevista com um dos cofundadores publicada no *site* do movimento e materiais correlatos às causas defendidas pela *fan page*.

Utilizando como referencial teórico as obras de Bardin (2008), Bauer e Gaskell (2002) e Duarte e Barros (2011), a análise de conteúdo permitirá perceber o que foi discutido e se tais discussões tiveram e ainda têm potencial para apontar soluções de problemas práticos e colaborar com as práticas cidadãs por meio de uma Comunicação Pública oriunda dos públicos afetados.

Trata-se, portanto, de uma proposta de análise de um movimento surgido estritamente dentro da internet, mas com implicações dentro e fora dela. Este trabalho pretende avançar no sentido de verificar se na internet, tomando o MCC como exemplo, é possível a disponibilização de espaços para a prática de uma Comunicação Pública. Mediante tais respostas será possível perceber se existe alguma evolução nesse sentido ou se a internet seria notadamente apenas uma forma diferente de se manter as práticas e discursos de uma classe dominante que visa perpetuar seus privilégios frente aos subcidadãos brasileiros.

CAPÍTULO I - O QUE É CIDADANIA E QUEM PODE TER ACESSO?

A cidadania, como tema recorrente em diversos trabalhos, é apresentada como um termo polissêmico e em constante mutação, de acordo com vários aspectos que interferem diretamente tanto em sua definição quanto na sua práxis.

Dessa forma, o intuito desse capítulo é lançar luz sobre o que é de fato a cidadania, baseando-se nos estudos de vários autores, bem como as diversas variáveis que influenciam as discussões sobre o tema. Desse modo, serão consideradas desde as concepções gregas e romanas de cidadania, passando por T. H. Marshall, e chegando às definições mais atuais que já levam em conta aspectos como o consumo, entre outros.

Para percorrer esse trajeto será importante também focar o papel do cidadão dentro do processo de construção de sua própria cidadania e analisar as ferramentas de que dispõe e as que lhe são cerceadas, trazendo à tona um processo de exclusão e de subcidadania.

1.1 CIDADANIA - ALGUNS CONCEITOS

O conceito de cidadania tem se tornado atual novamente e vem, segundo Cortina (2005), ressurgindo enquanto pauta de discussão. O ressurgimento tem se dado por uma tentativa de fazer com que os membros das sociedades pós-industriais criem uma pretensa identidade que os façam se sentir parte destas sociedades.

Antes de discutir as formas com que a cidadania vem sendo debatida e praticada é importante fazer uma retrospectiva do termo, que é utilizado desde os séculos V e IV a.C., quando Aristóteles esboçou a experiência cotidiana da democracia ateniense da época. Nesse modelo proposto, o *status* de cidadão previa uma participação ativa do indivíduo em sua comunidade e uma conseqüente sensação de pertencimento à sociedade da época. É imprescindível levar em conta que a cidadania ateniense era restrita aos indivíduos que preenchiam uma série de pré-requisitos, como ser do sexo masculino, ter o serviço militar cumprido, ser nascituro e com os pais nascidos em Atenas, dentre outros. Contudo, já era previsto que os indivíduos que gozavam do *status* de cidadão tinham assegurada a participação ativa nas discussões e nas decisões políticas a serem tomadas.

De fato, a desigualdade vista dentro do modelo de cidadania grega demonstra a impossibilidade de aplicação desse padrão nas sociedades democráticas contemporâneas. Tal

modelo, como aponta Cortina (2005), seria uma das duas raízes que originaram o conceito de cidadania.

A segunda raiz deste conceito, a concepção romana, se mostra com um viés que aponta para uma cidadania tida por Cortina (2005) e Liszt Vieira (2001) como passiva, pois recorre ao assistencialismo e ao provimento por parte do Estado de leis e benefícios ao cidadão. Tal concepção vem ao encontro da clássica definição de T. H. Marshall (1967), quando apontou as dimensões dos direitos civis, políticos e sociais como base para a construção de uma cidadania ideal, uma vez que o Estado seria o provedor e garantidor de tais direitos.

Marshall coloca como elementos civis os direitos necessários à liberdade individual, como o direito de se expressar, de ir e vir, de pensamento e de fé, entre outros, e cita os tribunais de justiça como as instituições mais proximamente associadas à questão da civilidade.

Já os direitos políticos seriam atrelados à possibilidade de cada cidadão participar do exercício de poder político, seja como eleitor, seja como autoridade política. Quanto à tal dimensão, as instituições correspondentes seriam o parlamento e os conselhos do governo local.

Por fim, o viés social estaria relacionado com as condições de bem-estar, que iriam desde uma condição econômica mínima necessária, passando pela segurança, até chegar aos direitos a serviços sociais importantes ao desenvolvimento humano, como educação, saúde, entre tantos outros.

Tal conceituação para este trabalho se torna importante sob dois aspectos. Primeiramente porque, segundo Cortina (2005), foi justamente a definição de cidadania de Marshall que preponderou durante muitas décadas e que influenciou diversos trabalhos importantes sobre o tema. O outro aspecto refere-se às implicações que tal noção de cidadania engendra na sociedade, uma vez que o cidadão, ao ter a clara noção de que tem direitos e que estes não vêm sendo cumpridos, pode mudar de postura e se tornar um cidadão mais próximo da concepção grega do termo, ou seja, um cidadão participativo. Essa mudança de postura em relação à forma de encarar a participação dos cidadãos está estreitamente ligada com as manifestações ocorridas no Brasil durante junho de 2013 e, conseqüentemente, com o objeto de estudo deste trabalho. O conceito de Marshall deve ser considerado, portanto, um importante ponto de partida.

Hanna Arendt (1979) vai um pouco além ao ampliar as três dimensões propostas para qualquer direito que um indivíduo possa ter, ao conceituar cidadania como direito de ter direitos. Segundo a autora, foi justamente a partir do momento em que diversos grupos foram alijados da suposta igualdade de direitos que surgiu a percepção da necessidade de busca da cidadania. Nesse sentido, Marshall afirma que: "os direitos do cidadão não podem ser definidos de modo preciso. Um mínimo [...] pode ser concedido, mas o que interessa ao cidadão é a superestrutura das expectativas legítimas" (MARSHALL, 1967, p.96).

Quando o Estado surge como um provedor de benesses, praticando políticas populistas e tratando os cidadãos como seus subalternos, boa parte desses cidadãos passa a crer nessa relação de dependência em relação ao Estado. A solidariedade é desejável quando praticada de forma altruísta. Contudo, dependendo da forma com que o Estado pratica o assistencialismo, as ações implementadas podem ocultar intenções perniciosas, como a expectativa de contar com o voto dos assistidos, o que se mostra prejudicial ao Estado democrático. Quando os indivíduos elegem representantes políticos com o intuito de manutenção de seus pequenos benefícios, acabam por legitimá-los no poder.

Como representantes eleitos, é natural que sejam estes os responsáveis pela tomada de decisões previstas nas legislações respectivas. Contudo, a democracia só pode ocorrer se as pessoas afetadas puderem elaborar e comunicar seus problemas de maneira a permitir que o poder institucionalizado possa resolvê-los. Para que isto ocorra é necessário que tais indivíduos tenham acesso a canais que permitam tal comunicação com o Estado. A prática da Comunicação Pública pode vir a suprir esta lacuna, desde que cumpra alguns requisitos que serão discutidos posteriormente neste trabalho. E as mídias sociais podem apresentar um caminho para a prática dessa Comunicação Pública a partir da discussão e das ações promovidas por indivíduos normalmente apartados dos processos decisórios, mas que ganham força em razão da visibilidade propiciada pela internet.

Vieira (2001) chega a afirmar que o Estado e o mercado incentivam uma cidadania passiva e que caberia à sociedade civil a luta pela cidadania política e pela democracia. O autor diz ainda que a cidadania não pode mais ser vista, conforme apregoava Marshall, como um conjunto de direitos formais, mas sim como um modo de incorporação de indivíduos e grupos ao contexto social. A justiça e os direitos são incontestavelmente necessários aos cidadãos, mas outros elementos importantes devem ser considerados para a prática de uma cidadania efetiva.

Partindo dos conceitos iniciais que definem cidadania, há uma necessidade de complementaridade para se adequar o termo à contemporaneidade. O conceito de participação direta na política, por exemplo, é aplicável a comunidades reduzidas, mas é muito complexo e difícil de ser praticado por cada indivíduo dentro dos Estados Nacionais atuais. Dessa forma, as mudanças estruturais que a sociedade vêm passando nos últimos anos demandam uma atualização do conceito de cidadania que extrapole a mera concessão de direitos por parte do Estado.

Canclini (2006) traz um ponto importante a ser discutido quando defende que, por conta da degradação da política e da descrença dos indivíduos em suas instituições, a construção da cidadania, por vezes, se dá mais efetivamente por meio do consumo de bens e de meios de comunicação do que propriamente pelas regras de democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos. Nesse sentido, ele cita como exemplo o fato de que as campanhas eleitorais hoje migraram dos comícios para a TV e as propostas ideológicas têm sido preteridas em relação ao confronto de imagens, o que tornaria os cidadãos como espectadores mais do que eleitores em exercício de seus direitos políticos.

Esses dados são reforçados por Venício Lima (2009) quando apresenta uma pesquisa de 2006, do Instituto Vox Populi, que afirma que 60% dos entrevistados têm na televisão sua maior fonte de informação política. Esse destaque da mídia, sobretudo da TV, na forma com que os cidadãos têm acesso às informações acaba trazendo para os meios de comunicação os papéis de construtor da agenda política, transmissor de informações políticas, de fiscal do governo e de crítico deste.

Contudo, conforme pondera Canclini (2006), os meios de comunicação de massa não disponibilizam informações suficientes necessárias à construção da cidadania ou, se o fazem, selecionam o público de maneira a atingir um número pequeno de pessoas. A grande maioria da população não passa da primeira etapa das indústrias audiovisuais. Jorge Duarte (2011) reforça esta teoria e acrescenta que tal restrição de acesso às informações minimiza o potencial de participação dos indivíduos. Canclini defende a imprescindibilidade da facilitação do acesso aos conteúdos plurais a esse público desassistido pelas mídias e lança o desafio de como o interesse público pode ser representado nos meios.

Ainda que seja necessário ponderar a veracidade das informações disponíveis na rede e o excesso de conteúdos que poderiam gerar tanto dificuldades de hierarquização de

informações, quanto a chamada disfunção narcotizante², a internet já possibilita caminhos que a colocam como uma alternativa viável de instrumento de provimento de informações necessárias à construção da cidadania. É imperativo saber que, por ser um ambiente/veículo relativamente novo, dois pontos principais devem ser observados. O primeiro deles refere-se à democratização do acesso, uma vez que grande parte da população ainda não tem acesso à rede mundial de computadores, embora esse índice de excluídos digitais venha, paulatinamente, diminuindo. O segundo ponto concerne à utilização da ferramenta em si. Por utilizar tecnologias de ponta e por estar em frequente renovação, além da questão do pouco tempo de popularização junto aos usuários comuns, a internet demanda que as pessoas se familiarizem e aprendam a utilizá-la em benefício próprio. Esse aprendizado ocorre paulatinamente, mas as ações já verificadas, como as promovidas pelo MCC, dão indícios de que o amplo acesso e o conhecimento para utilização das ferramentas disponíveis possibilitam o desencadeamento de outros movimentos voltados para a construção da cidadania.

Tal necessidade de aprendizado corrobora com a imprescindibilidade apontada por Cortina de os indivíduos aprenderem a ser cidadãos: "a cidadania, como toda propriedade humana, é o resultado de uma prática, a aquisição de um processo que começa com a educação formal (escola) e informal (família, amigos, meios de comunicação, ambiente social)" (CORTINA, 2005, p.30). Os meios de comunicação tradicionais funcionam, de fato, como parte do processo informal de aprender a ser cidadão. Já a internet intensifica esse processo por meio das novas formas de interação que viabiliza, um vez que potencializar os conhecimentos sobre a *web* corresponde a ter um acesso cada vez maior a um banco crescente de informações capazes de colaborar com esse processo de aprendizagem da cidadania.

Tudo isso traz de volta a discussão sobre as formas possíveis de se praticar a cidadania, uma vez que indivíduos que recebem informações suficientes sobre seus direitos têm uma maior tendência a buscar participação nas decisões públicas, já que têm conhecimento para fazê-lo. Há uma tendência, portanto, que esses cidadãos pratiquem uma cidadania mais ativa, diferentemente dos indivíduos que atuam sob a lei e que esperam a proteção dela sem buscar intervir diretamente nos processos decisórios, a não ser pelo voto, conforme a concepção romana do termo. Esses cidadãos oriundos do modelo de cidadania ateniense são mais propensos a agir caso suas expectativas de direito e um mínimo de condições não estiverem sendo concedidos. Nesse caso, existe uma tendência, sobretudo onde a democracia é um valor

² A teoria da disfunção narcotizante, proposta inicialmente por Merton e Lazarsfeld, defende que o excesso de informação poderia levar os indivíduos à apatia, à ausência de ação (TEMER; NERY, 2012).

respeitado, de surgimento de iniciativas pleiteando os direitos disponíveis e os ideais de cidadania intrínsecos a cada indivíduo ou grupo. O surgimento de movimentos organizados via internet são um exemplo disso.

Mesmo os indivíduos que praticam o conceito romano de cidadania têm seus ideais e as leis relativamente impostas. Mediante isso, Cortina (2005) questiona se seriam essas leis a que os indivíduos se submetem se lhes fosse dada a opção de escolha. Coloca ainda que aprender leis e valores é condição básica humana, mas a validação delas é um processo individual. Dessa forma, pode-se entender que, ainda que existam modelos e estereótipos de o que seria necessário para se construir uma cidadania plena, como uma receita pronta, é a identidade e a individualidade de cada um que irá legitimar esse modelo. Assim, é possível afirmar que existem inúmeras possibilidades de ideais de cidadania.

Independentemente do projeto que se apresente, a idealização dessa cidadania é importante a título de modelo, mas, conforme José Murilo de Carvalho, ela talvez sequer exista:

Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico. (CARVALHO, 2002, p.9)

De fato, quando se adquire determinado direito os demais não são necessariamente obtidos, pois geralmente as instâncias são diversas e independentes. Até mesmo por isso a questão do acesso à informação se torna tão importante e o papel dos meios de comunicação ganha destaque. É necessário ressaltar, contudo, que só o acesso a informação não garante cidadania a ninguém, mas sem ele é muito mais difícil para um indivíduo buscar se aproximar ao máximo de seu ideal de cidadania, qualquer que seja.

Mediante tal afirmação, é importante ponderar que os meios de comunicação tradicionais restringem a participação popular em comparação com a internet, o que dificulta uma Comunicação Pública ideal, como será demonstrado posteriormente.

Sem a devida abertura dentro desses meios de comunicação, os pretensos cidadãos, em busca de ideais de cidadania pessoais ou de sua comunidade, precisam desenvolver maneiras de se fazerem ouvidos. Uma possibilidade é abrir canais de discussão tanto com seus pares quanto com o poder público institucionalizado.

Um problema decorrente da falta de tais canais e espaços que deem voz aos cidadãos ocorre quando, assim como aponta Cortina (2005) ao tratar da herança da cidadania grega, os menos favorecidos se desiludem por entender que os interesses tratados por meio das leis estão voltados para o atendimento de questões pessoais.

Mas quem são esses indivíduos tomados por minorias, excluídos, subalternos ou subcidadãos, quais são os seus papéis e qual é a possibilidade de uma inserção cidadã destes na sociedade contemporânea?

1.2 A CIDADANIA DAS MINORIAS

Liszt Vieira (2002) alega que o primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos do Homem afirma que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Segundo o autor, Hanna Arendt discorda de tal afirmação por acreditar que essa igualdade de direitos e de dignidade precisa ser construída dentro da coletividade. Uma vez que essa equiparação de direitos não é algo dado de antemão, razões históricas e culturais fizeram com que uma significativa parcela da população não gozasse desta pretensa equidade. As discrepâncias verificadas acarretam exclusões de indivíduos, sobretudo os de maior vulnerabilidade social.

Hobbes (1991 *apud* SODRÉ, 2005, p. 18), afirma que "nenhuma dominação é possível sem o consentimento do dominado". Este é o conceito de Lênin e Gramsci de hegemonia. A minoria seria justamente esta recusa de consentimento com a dominação e sua luta seria uma tentativa de reinvenção das formas democráticas em relação ao seu contexto de atuação.

Contudo, deve ser considerado que, enquanto alguns integrantes das minorias participam de movimentos contra-hegemônicos na busca de conquistar o direito à voz, boa parte de indivíduos pertencentes a tais minorias, ainda que conscientes das subjugações a que são submetidos, ainda praticam uma forma passiva de cidadania, ficando alheios aos processos de luta. Estes indivíduos, por não buscarem se fazer ouvidos, só teriam algum acesso a melhores condições mediante representações. Gayatri Spivak (2010) afirma que é comum intelectuais buscarem se passar por representantes desses cidadãos passivos, falando em seus lugares ao invés de dar voz a esses indivíduos chamados pela autora de 'subalternos'.

A autora defende que os subalternos sabem muito mais a respeito de seus problemas vivenciados do que os intelectuais, além de terem todas as faculdades necessárias para expor e

discutir a respeito de tais problemas, quaisquer que sejam. Ou seja, eles seriam plenamente capazes de falar por si próprios. Tais tentativas de representação podem, inclusive, agravar os problemas, uma vez que podem ocultar aspectos importantes das questões a serem discutidas. Um exemplo dessa tentativa de representação pôde ser verificado quando membros de partidos políticos tentaram tomar a frente nas manifestações ocorridas em 2013 e foram prontamente rechaçados pela população³.

No mesmo sentido que Spivak, Heloiza Matos (2011), ao tratar de Comunicação Pública, tema do próximo capítulo, defende que a representação é passível de várias críticas uma vez que a participação indireta pode inviabilizar o acolhimento de demandas sociais, pois priva os indivíduos do debate, da negociação e da tomada de decisões a respeito de seus problemas.

Para deixar clara a posição de Spivak (2010) é imprescindível que se leve em consideração que aqueles que a autora define como subalternos não devem ser confundidos com qualquer sujeito marginalizado. Os subalternos seriam especificamente aqueles cuja voz não pode ser ouvida. Muitas vezes são, de fato, sujeitos marginalizados, oriundos das classes mais baixas da sociedade e, como causa ou como efeito de tal *status*, são excluídos da representação política, legal, econômica e da possibilidade de ascensão social. Contudo, deve-se ressaltar que para a autora só são subalternos os indivíduos que não têm acesso a canais que outorguem voz aos mesmos. Esta especificidade faz com que o MCC se afaste dessa conceituação de subalterno de Spivak, uma vez que o suporte utilizado pelo grupo, a internet, permite a expressão por parte dos seguidores. Os subalternos, nesse caso, seriam os indivíduos que, apesar de também serem acometidos pelos malefícios decorrentes das ações que deram causa às manifestações, não possuem acesso a nenhum canal para se expressarem adequadamente. Os excluídos digitais podem ser um exemplo.

Ainda que Spivak (2010) defenda que esse acesso não acontece de fato em razão da classe dominante criar mecanismos para manutenção de seu poder, é importante levar em consideração a já citada observação de Hobbes de que toda dominação demanda o consentimento do dominado. Ainda que se relativize tal afirmação, uma vez que existem exceções, como a dominação pela força, os indivíduos que abdicam da luta pela voz por comodismo consentem com sua condição atual. Tal comportamento remonta ao início da concepção do termo cidadania, em Atenas, quando os não considerados cidadãos preferiam

³ Estes episódios foram relatados na Carta ao Leitor da Revista Veja de 26 de abril de 2013.

tratar de seus assuntos particulares do que lutar contra a prática dos então 'cidadãos' de desvirtuar as leis em benefício próprio e de seus familiares e amigos.

De acordo com Deleuze (1980 *apud* Spivak, 2010), os oprimidos de países bem desenvolvidos, se tiverem a oportunidade, e por meio da solidariedade através de uma política de alianças, poderiam falar. Spivak, contudo, afirma que fora dessas condições, em países menos desenvolvidos, com modelos educacionais e de justiça muito aquém dos ideais, esses subalternos não teriam essa possibilidade.

Nesse sentido, Paulo Freire (2005) cogita que o sujeito oprimido, que corresponderia ao subalterno de Spivak, muitas vezes tem medo da liberdade pelo perigo da conscientização, uma vez que a consciência crítica tenderia para a anarquia. Contudo, ele defende que não seria, de forma alguma, a conscientização que levaria ao fanatismo destrutivo. Ela simplesmente se inseriria no processo histórico de cada sujeito o fazendo iniciar ou continuar a sua busca pela afirmação.

Para Freire (2005) seria impossível que os métodos pedagógicos pré-determinados pelos supostos opressores servissem para liberar o oprimido dessa sua condição. Nesse sentido, cada sujeito deve se tornar responsável pela sua libertação. E tal conquista de liberdade depende diretamente desse processo de conscientização e de uma consequente cidadania ativa, visto que para conquistar a liberdade o sujeito não pode ficar passivo diante da violência do dominador.

O caminho para a conquista dessa liberdade passaria por uma pedagogia do oprimido, que deveria ser construída com ele e não para ele, assim como Spivak (2010) rechaçava a representação ao invés da impositação do subalterno para falar por si próprio. Tal pedagogia encontra eco também em Cortina (2005), quando defende a cidadania como um processo que deve ser aprendido em várias instituições que cercam cada um desses sujeitos oprimidos.

Segundo Freire (2005), quando essa busca pela libertação não ocorre, há um processo de desumanização, engendrado pelos opressores, que distorce as condições plenas para uma completude de possibilidades de acesso a cada sujeito. Essa desumanização seria o resultado de uma ordem injusta que promove a violência dos opressores e tal violência geraria por frutos os sujeitos oprimidos. Mas essa condição de opressão levaria, mais cedo ou mais tarde, a uma reação contra os opressores.

Tais reações, além de possibilitarem a libertação desses oprimidos, ainda teriam o viés de modelo, mostrando o caminho para tantos outros indivíduos e servindo de exemplo de luta pela conquista de direitos. Freire ressalta a importância de exemplos que caracterizem a

vulnerabilidade do opressor. Contudo, para o autor, "a presença dos oprimidos na busca de sua libertação, mais que pseudoparticipação, é o que deve ser: engajamento" (FREIRE, 2005, p.64), o que remete, mais uma vez, à necessidade de praticar uma cidadania ativa.

É importante ressaltar, entretanto, que as formas de participação dos brasileiros em geral na busca pela construção de suas cidadanias, sobretudo os supracitados subalternos e/ou oprimidos, carregam uma herança que, se não determina cabalmente a forma com que lidam com esta busca, no mínimo os influenciam de forma decisiva. Tal influência se deve, em muito, ao histórico dessa luta pela cidadania no país e ao legado que perdura desde o seu descobrimento.

A esse respeito, José Murilo de Carvalho (2002) faz um retrospecto de como a cidadania foi encarada no Brasil a partir de seu descobrimento e quais características e fatores que trouxeram as lutas pela condição de cidadão para o modo como se encontram atualmente.

Antes de mais nada, Carvalho distingue 3 tipos de pessoas: os cidadãos plenos, que teriam acesso a todos os direitos civis, políticos e sociais, os incompletos, que teriam acesso a alguns desses direitos e os não-cidadãos, que não seriam beneficiados por qualquer tipo de direitos. Apesar da separação proposta, ele admite que tal pretensão de uma cidadania ideal pode ser importante a título de modelo, mas dificilmente atingível, mesmo após tantos anos de evoluções e conquistas em relação aos primeiros anos pós-descobrimento.

Isso posto, o autor trata das duas principais diferenças do histórico de construção da cidadania no Brasil em relação ao esquema apresentado por Marshall (1967). A primeira seria a prioridade e a ênfase dada aos direitos sociais em relação aos demais. A segunda seria a alteração na sequência com que os direitos teriam sido adquiridos, sendo que o social precedeu os outros. Tanto a precedência quanto a prioridade dada aos direitos sociais ajudam a iniciar um entendimento sobre a maneira com que as instâncias decisórias de poder no Brasil historicamente trataram a questão dos direitos da população.

Segundo Carvalho (2002), desde o descobrimento, em 1500, até a independência, em 1822, os portugueses teriam trazido unidade em vários aspectos, como território, língua, religião, cultura, embora tudo de forma imposta, mas deixou muitas mazelas no país, como o analfabetismo, a sociedade escravocrata e o estado absolutista. Assim, até 1822, não existia cidadãos nem pátria brasileira. A escravidão verificada no país foi o que prestou o maior desserviço à cidadania, pois todo mundo era ou tinha escravos. Poucas pessoas tinham acesso aos direitos civis, pouquíssimas aos políticos e nem se falava em direitos sociais à época.

Ainda segundo Carvalho, a independência teria trazido muito pouca mudança, pois o processo se desenrolou enquanto o povo foi meramente expectador. Percebeu-se uma pequena melhora quando, em 1831, o imperador Dom Pedro I foi pressionado a renunciar, o que já demonstrou algum avanço em relação aos direitos políticos. Além disso, a legislação da época era muito liberal politicamente, visto que permitia o voto dos analfabetos. Apesar desses pontos positivos, alguns retrocessos no campo político foram verificados. Com a percepção do valor do voto, tornou-se comum a prática de barganhas e venda de preferências políticas. Além disso, eram verificadas frequentemente práticas como o voto de cabresto, além de inúmeras fraudes no processo eleitoral. Por conta de todos esses problemas, em 1881 foi criada uma lei liberal que responsabilizava o povo, e não as elites, pelos desvios verificados. Tal lei passou a exigir uma renda de 200 mil réis para ser apto a votar, proibia os analfabetos de fazê-lo, além de tornar o voto facultativo, reduzindo os então 1 milhão de eleitores para apenas 100 mil. Indo na contramão do resto do mundo nesse sentido, sobretudo da Europa, a criação da lei liberal ajuda a compreender como que se deu a construção histórica do cenário que viabilizou a opressão citada por Freire e, conseqüentemente, gerou insatisfações a ponto de provocar reações na população.

Em relação aos direitos civis, dentro desse período compreendido entre a independência e a Proclamação da República, quase não houve avanços, sobretudo por conta da manutenção da escravidão. O Brasil teria sido o último país cristão do mundo a libertar seus escravos. Isso se deveu muito ao fato de que os valores da escravidão eram aceitos pela sociedade. Até mesmo os escravos que lutavam contra a escravidão, quando libertos, admitiam escravizar outros. Isso reforça a ponderação de Paulo Freire (2005) de que o homem não quer sair da condição de oprimido para a de liberdade, e sim de oprimido para opressor. Tal comportamento atrapalha sobremaneira a libertação do oprimido, uma vez que os valores que deveriam ser superados permanecem vivos e apresentam como única mudança os atores que fazem parte do processo.

Retomando a retrospectiva do quadro histórico brasileiro quanto à construção de sua cidadania, José Murilo de Carvalho (2002) coloca que os escravos libertos eram abandonados à própria sorte, uma vez que nenhuma estrutura os era oferecida, e isto teria provocado conseqüências duradouras para a população negra. A igualdade, apesar de escrita na lei, não

era praticada. A grande propriedade permanecia e o coronelismo e a política do café-com-leite⁴ perduravam.

Jessé Souza (2003) também traz esse retrospecto histórico do que ele chama, inclusive dando nome à sua obra, de construção social da subcidadania. Para efeitos didáticos, este trabalho tomará os conceitos de subcidadãos, subalternos e oprimidos como sinônimos, uma vez que as características e pontos comuns de tais termos suplantam em muito as pequenas divergências apresentadas por seus respectivos autores, que inclusive mais complementam do que desabonam as definições dos demais.

Para Souza (2003), assim como para Carvalho (2002), as desigualdades encontradas no Brasil se devem, em muito, ao regime escravagista, figurando como o cenário de construção dessas desigualdades como um fio condutor do processo. O senhor de terras e escravos era tido como um super-indivíduo. Todas as modalidades de protetorado pessoal eram possíveis e tal proteção patriarcal era pessoalíssima. Todo esse quadro de dependência pessoal em relação ao senhor de terras e escravos acabava gerando o que Souza chama de 'familismo', o que demandava o retorno ao senhor em forma de favores, produzindo, portanto, uma relação bilateral de troca de proteção por favores.

Tal tipo de relação acabou por se transferir da esfera privada para a esfera pública em relação às questões políticas e sociais, conforme afirma Jessé Souza:

A consequência política e social dessas tiranias privadas quando se transmitem da esfera da família e da atividade sexual para a esfera pública das relações políticas e sociais, se tornam evidentes na dialética de mandonismo e autoritarismo de um lado, no lado das elites, mais precisamente, e no populismo e messianismo das massas, por outro. Dialética essa que iria, mais tarde, assumir formas múltiplas e mais concretas nas oposições entre doutores e analfabetos, grupos e classes mais europeizadas e as massas ameríndia e africana e assim por diante (SOUZA, 2003, p.119)

Mediante tal afirmação já é possível vislumbrar uma possível origem para o preconceito e as diferenças que perduram ainda hoje entre as classes dominantes e os subcidadãos.

Com a manutenção desse tipo de sociedade ancorada no patriarcalismo, o senhor costumava delegar tarefas aos 'agregados' da 'família', que predominantemente eram mestiços.

⁴ A política do café com leite foi uma política que visava a alternância, na presidência do Brasil, entre candidatos indicados por mineiros e paulistas, dois maiores colégios eleitorais brasileiros, para atender aos seus interesses, e que vigorou entre os períodos de 1894 e 1930.

Segundo Souza (2003), essa ambígua confraternização entre raças possibilitava uma ascensão social ao mestiço, que passavam a se identificar com os valores e interesses do opressor. Como o protetorado do senhor permitia que pessoas sem muita expectativa de ascensão tivessem melhorias sociais, havia grande disputa pela proteção do senhor e de sua família. Como tal proteção era discricionária, os postulantes introjetavam as vontades dos senhores como se fossem deles próprios. Essa assimilação da vontade do outro como se fosse sua própria aniquilaria, conforme o autor, qualquer projeto de auto-representação do dominado, como um ser independente e autônomo.

Para além das figuras do senhor, dos escravos e das demais relacionadas com um ou outro, surgia também uma figura a que Souza (2003) chama de 'ralé', que seria composta por homens 'dispensáveis', uma vez que não exerciam papéis de destaque dentro das funções produtivas essenciais para a época e que sobreviviam nas lacunas e nas ocupações marginais da ordem produtiva. Esta chamada 'ralé' correspondia a dois terços da população brasileira em meados do século XIX. Essa marginalidade econômica era fator preponderante para que a 'ralé' não usufruísse de qualquer reconhecimento social, uma vez que eram dispensáveis.

Segundo Souza (2003), em 1808, e mais notadamente a partir de 1822, teria começado a haver uma mudança de direção nos focos de poder. Quase que imperceptivelmente a princípio, a cidade iniciava um processo de afirmação perante o engenho e o potentado rural. Também o Estado ganhava terreno enquanto instituição, em paulatina substituição à 'família' patriarcal. Com a vinda de Dom João VI, o Estado passou a priorizar política e socialmente os interesses urbanos. Nessa época, comerciantes, financistas, emprestadores de dinheiro a juros, dentre outros profissionais, passaram a ganhar importância e diminuíram a necessidade da dependência do senhor de terras. Dessa forma, o poder pessoal dos senhores foi perdendo espaço para as novas instituições impessoais recém importadas da Europa. Criava-se um novo mundo material e simbólico que valorizava sobremaneira tudo o que viesse da Europa

Com essa intensa valorização de tudo o que viesse da França, Alemanha, Itália e sobretudo da Inglaterra, houve uma modificação no prestígio das pessoas e grupos, determinados de acordo com a proximidade ou distanciamento em relação aos padrões estabelecidos por esses centros europeus. Hábitos foram modificados, a arquitetura das casas, o jeito de se vestir, inclusive com a utilização de tecidos incompatíveis com o clima tropical. Aqui, percebe-se mais uma vez uma característica marcante dos subcidadãos, que é a já citada assimilação da vontade do outro como sendo sua e a conseqüente aniquilação de qualquer projeto de auto-representação.

Contudo, segundo o autor, a maior mudança verificada foi a entrada e a valorização de um elemento até então muito pouco apreciado no Brasil: o conhecimento e o consequente destaque do talento individual. E é justamente esse elemento que vai passar a influenciar decisivamente, a partir de então, a nova hierarquia social.

Pouco depois, no período em que ocorreu a abolição da escravatura, Souza (2003) afirma, assim como Carvalho (2002), que os escravos libertos foram abandonados à própria sorte. Nem os antigos senhores, nem as novas instituições se interessaram pelo seu destino. Consequentemente, os ex-escravos se tornaram, de uma hora para outra, responsáveis pelo próprio sustento e pelo de sua família, sem quaisquer meios materiais, numa economia capitalista e burguesa. Tinham, então, que competir com os imigrantes italianos pelos postos de trabalho disponíveis e eram, na maioria das vezes, preteridos por estes. Tal fato foi um dos grandes responsáveis pela manutenção da subcidadania que eles vivenciavam quando escravos.

Por conta de todas as dificuldades apresentadas, essas famílias passaram a tender para o matriarcalismo, uma vez que o único trabalho disponível que não sofria quase nenhuma concorrência com os estrangeiros era o serviço doméstico, dominado quase que exclusivamente por mulheres. A família, completamente desorganizada, era a base dos desequilíbrios e as crianças, não tratadas como tal, continuaram repassando os valores inerentes às suas condições de subcidadãos adiante.

Segundo Carvalho (2002), houve algum avanço em relação à cidadania por volta da década de 1920, quando ocorreram reivindicações de direitos básicos por parte do movimento operário, como o direito à manifestação, o direito de organizar-se, de escolher o trabalho e de fazer greve. Contudo, nesse mesmo período, também ocorreram retrocessos substanciais, uma vez que a Constituição Republicana desobrigava o Estado de fornecer educação primária, prejudicando os direitos sociais da época.

Em 1880, ocorreram no Rio de Janeiro protestos contra o aumento da passagem do transporte urbano. A partir desse marco, ficaram comuns manifestações populares contra a má qualidade dos serviços públicos, sendo a mais significativa delas a Revolta da Vacina, que se deu em 1904. Tais eventos demonstram que a população, apesar de privada de vários direitos, já tinha alguma noção sobre os direitos do cidadão e os deveres do Estado. Contudo, os movimentos tinham notadamente o caráter reativo, e não propositivo.

O teor desses primeiros movimentos verificados no Brasil indicam um precursor dos movimentos recentes e apresentam algumas semelhanças com estes. Em momento oportuno

serão discutidas as causas e características dos movimentos incitados pelo MCC. Por ora, é interessante relacionar que o estopim dos movimentos, nos dois casos, foi o aumento do preço das passagens do transporte urbano. Além disso, ambos tiveram características mais marcadamente reativas do que propositivas, uma vez que as manifestações criticaram ações do governo e pleitearam melhorias mais notadamente voltadas para as situações a que deram causa. Contudo, ainda que as manifestações de 2013 contassem com alguns temas principais, houve uma heterogeneidade de motes, uma vez que muitos indivíduos protestaram por causas próprias e sem relação direta com as principais bandeiras do movimento.

Apesar de afirmar que houve pouco avanço em relação à cidadania no Brasil até 1930, Carvalho (2002) ressalta o papel dos poucos movimentos que sinalizaram uma luta por direitos, tanto legais e políticos quanto direitos menos formais. Era o início do desenvolvimento de uma consciência cidadã e da prática da cidadania ativa. Como exemplo, são citados os movimentos abolicionistas, dos jovens oficiais do exército, iniciado em 1922, e dos vários movimentos nas áreas rurais, como a Revolta dos Cabanos, a Balaiada, a Cabanagem, a Farroupilha, entre outros.

Entre 1930 e 1964, os direitos sociais tiveram vários avanços no Brasil, como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e, com ele, a legislação trabalhista, previdenciária e a CLT. Já para os direitos políticos, este período foi conturbado, pois alternou momentos de regimes democráticos com ditaduras. Avanços claros nesse aspecto puderam ser notados com a criação da Justiça Eleitoral e com a conquista do direito de voto às mulheres. Os direitos civis, por sua vez, foram muito prejudicados pela ditadura, principalmente no que tange à liberdade de expressão e organização.

Segundo Carvalho (2002), o Brasil teria vivido sua primeira experiência democrática a partir da constituição promulgada em 1946. Esta, além de garantir os direitos sociais previstos previamente, ainda trouxe importantes avanços civis e políticos, como o voto obrigatório, direto e secreto a todos com mais de 18 anos de idade, não analfabetos e soldados. Avançou também na questão da liberdade de imprensa. Tais evoluções, somadas à preocupação com os problemas do povo, fizeram com que Vargas alçasse *status* de herói popular. Juscelino Kubitschek também seguiu este caminho e aprofundou o processo democrático, manteve as altas taxas de crescimento e garantiu o maior salário mínimo da história do país até hoje.

Os avanços democráticos brasileiros foram findados com a implantação de uma nova ditadura, que vigorou de 1964 até 1985. Com ela, voltou-se a restringir os direitos políticos e civis, passando a haver uma ênfase maior nos direitos sociais. Nessa ditadura militar a

repressão foi notadamente mais violenta, apesar de vivenciar alguns períodos de abrandamento. Tal repressão foi mais intensa entre os anos de 1969 e 1974, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, quando introduziu-se a pena de morte, censura prévia, torturas, proibição de greves, entre várias outras medidas.

Apesar de o período da ditadura militar ter sido uma época em que o Brasil apresentou altas taxas de crescimento, o que verificou-se de fato foi um aumento ainda maior do abismo entre as classes dominantes e os subcidadãos, uma vez que cresceu ainda mais a desigualdade social. Quanto a esse aspecto, Jesse Souza (2003) afirma que existe uma crença de que o crescimento econômico é capaz de resolver todos os problemas de exclusão e marginalidade, mesmo que 50 anos de expressivo crescimento brasileiro, verificado durante o século XX, não tenha feito nada além de agravar tais desigualdades.

Como os direitos civis e políticos foram notadamente prejudicados no decorrer da ditadura militar, algumas ações no sentido de aplacar os ânimos da população foram tomadas e o campo dos direitos sociais foi privilegiado em detrimento dos demais. Como exemplo, pode-se citar a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o Fundo de Assistência Rural (Funrural).

Nos últimos anos da ditadura, a partir de 1974, o presidente Geisel iniciou um processo de lento retorno à democracia, primeiramente com a diminuição das restrições à propaganda eleitoral. Em 1978 revogou-se o AI-5 e liberou-se o retorno de exilados políticos. Em 1979 extinguiu-se o bipartidarismo. Durante esse período teria havido uma grande expansão dos movimentos sociais urbanos e de associações profissionais. O auge desse momento de conscientização da necessidade de uma cidadania ativa teria se dado em 1984, com o movimento das 'Diretas Já', uma enorme mobilização popular que lutou pelo retorno das eleições diretas para presidente da república.

A partir deste período, que culminou na tão desejada redemocratização do país, não houve mais retrocessos significativos. A Constituição de 1988, segundo José Murilo de Carvalho (2002), é a mais liberal e democrática que o país já teve e é chamada de Constituição Cidadã. Talvez até mesmo como uma certa compensação pelo período da ditadura militar, a garantia dos direitos civis passou a ser a preocupação central. Em 1989 ocorreu a primeira eleição direta para presidente desde 1960. A partir de 1985 foram recuperadas a liberdade de expressão, de imprensa e de organização. Criou-se também a Lei de Defesa do Consumidor.

Ainda assim, persistiram vários problemas, como o desemprego e a desigualdade social. Problemas em saúde e educação, principalmente, mas também em diversos outros campos referentes aos direitos sociais, foram se acumulando e perpassando por todos os governos, desde José Sarney até o atual governo de Dilma Rousseff, isso considerando apenas o âmbito nacional.

Outra questão que assola o Brasil e que não sofreu alterações substanciais pós-redemocratização foi a corrupção, verificada por meio de vários escândalos denunciados nos governos de todos os presidentes desde então. Vários desses episódios motivaram movimentos populares organizados pela sociedade, fazendo valer a sua cidadania ativa, com destaque para o movimento dos cara pintadas em favor do *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, e o movimento ocorrido durante o ano de 2013, mais intensamente no mês de junho. Este começou como uma manifestação contra o aumento de R\$0,20 no valor das passagens de ônibus urbanos e acabou ganhando proporções muito maiores e como foco principal o combate à corrupção, luta incentivada e apoiada pelo MCC.

Retomando a questão dos direitos dos cidadãos apresentada por Carvalho (2002), é importante ressaltar que ocorreram melhorias em vários campos. Houve uma brusca queda nos índices de mortalidade infantil, no analfabetismo, a escolaridade média vem aumentando e diversos outros indicadores apontam para uma melhoria no cômputo geral. Isso não significa, entretanto, que o quadro seja positivo, uma vez que a comparação com outros países demonstra que mesmo nações com muito menos recursos do que o Brasil apresentam um Índice de Desenvolvimento Humano⁵ (IDH) muito maior. Mesmo apontado como a 6ª economia do mundo⁶, o Brasil ocupava, em 2013, apenas a 85ª posição no ranking anual do IDH divulgado pela ONU⁷.

Souza (2003) aponta como um problema capital o fato de a população não saber sequer quais direitos possui. Um caminho possível para resolver tal questão pode se dar por meio da Comunicação Pública, que será discutida posteriormente neste trabalho. Deve-se ressaltar, contudo, que a resolução desse problema também depende diretamente da educação. É justamente aqui que José Murilo de Carvalho (2002) volta a se encontrar com o pensamento de Jessé Souza, quando este aponta o conhecimento como um dos principais, senão o

⁵ O IDH é um índice medido anualmente pela Organização das Nações Unidas e leva em consideração indicadores de renda, saúde e educação, em uma escala que varia de 0 a 1.

⁶ Disponível em: <<http://www.terra.com.br/economia/infograficos/pib-mundial/>> Acesso em: 28 out. 2013.

⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/03/brasil-melhora-idh-mas-mantem-85-posicao-no-ranking-mundial.html>> Acesso em: 28 out. 2013.

principal, elemento de definição da nova hierarquia social contemporânea. A condição de cidadão passa a perpassar necessariamente pela educação e pelo acesso ao conhecimento, reforçando ainda mais a necessidade de aprender a ser cidadão apontada por Cortina (2005). O solução do problema esbarra na discricionariiedade de cada governo de investir em educação, pelo menos ao ponto de conferir certa autonomia ao indivíduo para a construção de sua própria cidadania, que seria conquistada ao invés de cedida.

Todavia, o que se verifica na prática é que, frequentemente, os direitos sociais são criados para beneficiar alguns grupos enquanto diversos outros são sistematicamente excluídos das negociações com o governo. As classes mais beneficiadas buscam a manutenção de seus privilégios, além da concessão de novos favores. Carvalho (2002) chega a afirmar que se o problema que mais atravancava a cidadania no Brasil era a escravidão, hoje é a grande desigualdade social no país.

Nesse sentido, Souza (2003) afirma que, não apenas economicamente, o valor dado a cada indivíduo depende diretamente da forma com que os valores pré-estabelecidos dentro do contexto de um local específico são considerados. Exemplificando, o autor afirma que se um indivíduo rico atropela um sem recursos na Europa, ele possivelmente será punido de acordo com a lei, enquanto no Brasil isso dificilmente ocorreria. Isso porque, fora do âmbito jurídico, onde as pessoas na teoria são iguais perante a lei, o valor do pobre 'não europeizado' no Brasil seria comparável ao de um animal doméstico, pois ele não participa do contexto valorativo de fundo. Esses são valores pré-estabelecidos e muitas vezes inconscientes, mas que perpassam toda a sociedade e predeterminam o papel de seus sujeitos.

Esses conjuntos de valores são chamados por Jessé Souza de 'habitus primário' que os define como "esquemas avaliativos compartilhados objetivamente, ainda que opacos, e quase sempre irrefletidos e inconscientes que guiam nossa ação e nosso comportamento efetivo no mundo" (SOUZA, 2003, p.174). O autor complementa dizendo que esse tipo de consenso, como uma rede invisível que perpassa toda a sociedade, determina quem está acima e quem está abaixo da lei. Não se trataria de um comportamento intencional, uma vez que possivelmente ninguém admitiria considerar seus semelhantes como 'subgente'. Seriam acordos e consensos sociais mudos e subliminares, mas muito eficazes, que articulam solidariedades e preconceitos profundos e invisíveis.

Segundo Souza (2003), esse supracitado 'habitus primário' se consolidaria com grande efetividade apenas em sociedades periféricas como a brasileira, onde pelo menos um terço da população é relegada à subcidadania. Como esses subcidadãos estão inseridos no mesmo

contexto onde este 'habitus primário' se verifica, eles tendem a uma ausência de reconhecimento social e autoestima. Charles Taylor diz que "a ausência de reconhecimento não significa apenas falta do devido respeito a alguém. Ela inflige feridas profundas, atingindo suas vítimas com um auto-desprezo mutilador". (1994 *apud* SOUZA, 2003, p.179). Um dos mais claros exemplos é a aceitação, por parte do subcidadão, de sua condição de inferioridade como algo legítimo e até merecido, naturalizando, dessa forma, tal desigualdade. A grande massa de trabalhadores no Brasil é obrigada a fazer da necessidade uma virtude. Essa necessidade é imposta, mas passa a ser desejada. O não reconhecimento de diversas classes, por meio de regras escusas, acabam levando essas classes à legitimação desse tratamento desigual.

Nas sociedades periféricas modernizadas de fora para dentro, que é onde Jessé Souza (2003) enquadra o Brasil, só é considerada 'gente' quem se encaixa nos padrões estabelecidos que, no caso brasileiro, é o europeu. Este padrão passa, dessa forma, a servir de régua de uma hierarquia valorativa que separa 'gente' de 'não-gente' e 'cidadão' de 'subcidadão'.

Da mesma forma que um terço da população estaria relegada à condição de subcidadania, se aproximando da categoria de não-cidadãos apresentada por Carvalho (2002), existe também uma grande parte da população na condição de cidadãos incompletos. Estes, ainda que em situação menos degradante que os subcidadãos, também padecem da impossibilidade de serem reconhecidos alguns de seus direitos e da subvalorização de suas classes dentro do espectro valorativo que a sociedade como um todo impõe por meio do 'habitus primário'. Nesse caso, já se acena com a possibilidade deste grupo intermediário, os cidadãos incompletos, lançarem mão de recursos muitas vezes inacessíveis aos não-cidadãos, como a internet, por exemplo. Dessa forma, começam a surgir movimentos como o MCC, voltados para a extinção ou, pelo menos, para a diminuição das desigualdades e dos descumprimentos dos direitos da população. A garantia do cumprimento dos direitos não altera, a priori, o comportamento da sociedade, mas colabora com a evolução das sociedades periféricas apontadas por Souza (2003) como os espaços específicos onde este 'habitus primário' se consolida. Assim, surge a expectativa de que esta evolução reduza, a médio e longo prazo, os preconceitos verificados.

Corroborando com Spivak (2010), Souza (2003) afirma que os novos instrumentos de luta da classe trabalhadora organizada, como sindicatos e partidos políticos que pretensamente defendem seus interesses, não são porta-vozes dos interesses genericamente difusos da plebe desorganizada.

Em assim sendo, e mediante a evidente necessidade de algo ser feito para dar um início à correção do curso histórico que tem sido tomado desde o descobrimento, conforme ficou claro por meio das retrospectivas trazidas por José Murilo de Carvalho e Jessé Souza, é imprescindível que os próprios oprimidos tomem uma postura ativa contra sua condição. Como já citado, Paulo Freire (2005) reforça o fato de que é imperativo o engajamento dos oprimidos na busca de sua libertação. Contudo se, conforme defende Spivak (2010), o subalterno não pode mesmo falar, qual será o espaço de luta desse engajamento encorajado por Freire?

Uma possível resposta para tal questão começa a ser vista em Alexandre Barbalho (2005), quando diz que um dos pré-requisitos para o reconhecimento das causas dos subalternos e para uma consequente ressonância destas é a presença nas estruturas de comunicação. O autor levanta ainda o questionamento, que também é central neste trabalho, se a mídia não seria o lugar por excelência da luta minoritária. A seguinte colocação ajuda a entender um pouco melhor a postura do autor quanto a este quesito:

É a mídia que nos dias de hoje detém o maior poder de dar a voz, de fazer existir socialmente os discursos. Então, ocupá-la torna-se a tarefa primordial da política da diferença, dando vazão à luta das minorias no que ela tem de mais radical (no sentido de raiz): poder falar e ser ouvida. (BARBALHO, 2005, p.36)

Barbalho (2005, p.35) finaliza seu texto perguntando se "não seria o monopólio midiático o latifúndio contra o qual os 'sem-voz' deveriam lutar?" É notório que a mídia é uma ferramenta que possibilita aos subcidadãos um canal de comunicação com as instâncias decisórias de poder. Contudo, pelo menos três questões primordiais se apresentam em torno dessa realidade. A primeira refere-se ao fato de existir uma distância importante entre o falar e o ser ouvido. Além disso, quando o acesso à mídia ocorre, muitas vezes as causas defendidas pelo subcidadão referem-se a questões pessoais e sem relevância para a comunidade e/ou grupos aos quais faz parte, deixando de fora as questões que realmente importariam para a sociedade como um todo. Por fim, mesmo que o falar de um oprimido seja ouvido e as questões suscitadas por este sejam primordiais para toda sua comunidade, ainda há a distância entre o conhecimento do problema e alguma ação corretiva por parte do poder público, além da dificuldade de se estabelecer um diálogo para que a comunicação se estabeleça de fato.

A mídia pode ter um papel de destaque no processo de melhorar a condição desses oprimidos, desde que possibilite, além da voz pura e simplesmente, uma interlocução com o

Estado. Este, por sua vez, deve estar disposto a lançar mão de uma Comunicação Pública de fato, conforme será apresentada no próximo capítulo. E é imperativo que, para que esse diálogo ocorra, os indivíduos com vulnerabilidade social tenham acesso aos canais de comunicação, o que, de outra forma, restringe o diálogo às classes dominantes que possuem os dispositivos materiais necessários para fazê-lo.

É importante ressaltar que essa luta midiaticizada pode se apresentar como a própria causa da luta. Raquel Paiva (2005) afirma que muitos grupos minoritários agem com o intuito de aparecer na mídia, sobretudo em um período em que os meios de comunicação têm selecionado cada vez mais o seu público e excluído grande parte das pessoas. Tendo em vista esses grupos voltados para galgar espaços nas mídias, Paiva aponta o conceito de 'minorias flutuantes', que seriam grupos divergentes dos tipificados por um movimento contundente, que se apresentam como forças políticas contra-hegemônicas, mas que lutam por causas pontuais, muitas vezes se valendo de novas tecnologias nas estratégias de luta. O objeto de estudo deste trabalho, o Movimento Contra Corrupção, será analisado posteriormente sob a luz desse conceito apresentado pela autora. Por enquanto, cumpre saber que tais 'minorias flutuantes' seriam marcadas pela imprevisibilidade, uma vez que as causas também tendem a ser imprevisíveis, e fortemente influenciadas pelo ambiente midiático. Tal forma de ativismo social, segundo Paiva, é intensificada a medida que os novos meios de comunicação propiciam uma pretensa democracia eletrônica, sobretudo por meio das mídias sociais disponíveis na internet.

Se, de fato, a internet propicia essa suposta democracia, é de se esperar que os subcidadãos, a partir do momento que tiverem acesso a essas ferramentas, lancem mão desse recurso para a solução ou, pelo menos, para a discussão a respeito de seus problemas. Se, considerando um cenário ideal, isto se verificar, podemos começar a falar de uma Comunicação Pública ideal, com possibilidades de ser iniciada pelo oprimido e com perspectivas de melhoria de sua realidade. Contudo, como se trata de um processo complexo, é tempo de discutir sobre a Comunicação Pública, quais são os percalços para sua implementação e as consequências positivas e negativas de lançar mão dos preceitos inerentes à sua prática.

CAPÍTULO II - COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Existe uma relativa complexidade em se conceituar a Comunicação Pública (CP). Isso ocorre porque tal expressão não encontra consenso em relação ao seu sentido e aos seus contornos. Por ser um conceito ainda em construção, os autores que versam sobre esta temática se ocupam mais em trabalhar nos consensos em torno do tema e, conforme Brandão (2011), em tudo aquilo que não deve ser tomado por Comunicação Pública. Nesse sentido, Jorge Duarte enfatiza que a CP "não trata de comunicação sobre interesses particulares, privados, de mercado, pessoais, corporativos, institucionais, comerciais, promocionais ou de 'um público'" (DUARTE J, 2011, p.61). Já Elizabeth Brandão afirma que Comunicação Pública diverge de Comunicação Governamental, no sentido que esta só será pública de acordo com a forma com que for conduzida.

Ainda assim, incorre-se em discordâncias frequentes, uma vez que alguns autores conceituam CP sem envolver todos os atores no processo, tratando o termo com incompletude, conforme será verificado nos subcapítulos a seguir. O ponto pacífico, segundo Kucinski (2011), encontra-se na imprescindibilidade de qualquer comunicação que se pretenda pública se pautar necessariamente pela defesa do interesse público. Contudo, é comum constatar episódios em que o pretense interesse público é usado como pretexto para que outras formas de comunicação se passem por pública.

Apesar de esta dissertação assumir um conceito que pretende sustentar como correto, pelo menos no que tange ao objeto que propõe a analisar, é importante ressaltar que a própria discussão ajuda a instruir um corpo de conhecimento sobre esse tema. Dessa forma, colabora com a construção de conhecimentos sobre uma ferramenta imprescindível para o fortalecimento dos direitos do cidadão e para o possível empoderamento das minorias em suas lutas contra-hegemônicas, conforme discutido no capítulo anterior. O Movimento Contra Corrupção, estudado sob este viés, será analisado como uma possível ferramenta da prática da CP, numa acepção moderna do termo que já leva em consideração o papel ativo do cidadão.

Ainda que seja questionável o levantamento de um histórico sobre um conceito que permanece em construção, como é o caso da Comunicação Pública, cabe ressaltar alguns pontos antes de iniciar a discussão sobre o tema. Primeiramente, há de se destacar que, conforme Kucinski (2011), toda a coletividade tem o direito a um ambiente de comunicação sadio, pluralista e que permita a real participação dos cidadãos. Este ambiente é crucial para a

aplicabilidade da Comunicação Pública e, sem ele, a eficiência e eficácia da CP tende a ficar comprometida.

Por fim, como se trata de um tipo de comunicação, é imperativo entendê-la como um processo contínuo, e não como uma ação pontual. Dessa forma, a CP deve ser vista como um ato permanente que demanda uma troca, e não algo como um fluxo unidirecional. Isto se dá justamente porque o diálogo proveniente desta troca é o que permite a execução dos preceitos inerentes a esta forma de se comunicar.

2.1. AS COMUNICAÇÕES PÚBLICAS POSSÍVEIS

A transparência é, ou deveria ser, algo inerente às repúblicas democráticas, uma vez que é pré-requisito aos Estados enquadrados neste tipo de governo a divulgação de tudo o que é realizado com recursos públicos e de tudo o que é de interesse público. Tal publicidade dos atos e informações do Estado são um ponto de partida, mas não podem ser entendidas como Comunicação Pública, pois esta envolve uma multiplicidade de fatores dos quais a transparência é apenas parte, ainda que de vital importância.

Elizabeth Brandão (2011) ressalta que o termo Comunicação Pública vem sendo utilizado com múltiplos significados e apresenta, segundo seus estudos, os cinco conceitos mais comuns atribuídos à CP, a saber:

- a) Comunicação Organizacional: seria a comunicação voltada para o relacionamento das empresas, públicas ou privadas, com seus públicos internos e externos, buscando estratégias e soluções para criar e melhorar o contato com seus diversos públicos, além de construir uma imagem. Esta acepção tem um sentido mais mercadológico e o intuito precípua de obter lucro, poder e *status*. O caráter público deste tipo de comunicação se dá pelo fato de que, segundo a autora, a comunicação se converteu em um patrimônio comum da sociedade, que outorga direitos, mas também exige uma série de obrigações. Todas as instituições, incluindo as privadas, devem aceitar e cumprir essas obrigações de maneira responsável. Assim, como a Comunicação Pública é entendida neste contexto como um processo de informação voltado para a esfera pública, as empresas, públicas e privadas, também têm por obrigação estabelecer relações com a sociedade;
- b) Comunicação Científica: busca criar canais de aproximação entre a ciência e o cotidiano das pessoas, de forma a despertar o interesse da opinião pública pela ciência. A divulgação

científica é tida como Comunicação Pública quando divulga ações de caráter pedagógico, como campanhas para melhoria da vida dos cidadãos, especialmente nas áreas de saúde e agricultura. Também há a necessidade de prestação de contas à sociedade devido aos substanciais investimentos envolvidos nas pesquisas;

c) **Comunicação do Estado e/ou Governamental:** corresponde às comunicações diretas entre Estado e Governo com os cidadãos, sobretudo prestação de informações voltadas para a cidadania. Este tipo de Comunicação Pública tende a promover o debate público, pois é onde ocorre o fluxo de informações relativas às decisões e ações do governo referentes à transparência, prestações de contas, realizações e tentativas de promoção da cidadania. No entanto, na grande maioria dos governos, seja no âmbito municipal, estadual ou federal, os principais canais utilizados para este tipo de comunicação são os de mídia de massa, como TV, rádio e impressos, que permitem muito pouco diálogo com a sociedade.

d) **Comunicação Política:** este viés da Comunicação Pública pode ser entendido sob dois aspectos. Primeiramente, como a comunicação feita para expressar as ideias e posições políticas de governos e/ou partidos políticos. A outra face deste tipo de CP está relacionada às questões relativas às concessões públicas de radiodifusão e o direito da sociedade de acessar os veículos oriundos dessas concessões para seu benefício. Aqui entra também o Estado e o seu papel de regulador de todo esse processo;

e) **Estratégias de Comunicação da Sociedade Civil Organizada:** dentro desse conceito de Comunicação Pública há o entendimento de que as responsabilidades públicas não são exclusivas do governo e sim de toda a sociedade. Dessa forma, a sociedade civil busca, entre outras coisas, o acesso aos meios de comunicação existentes, bem como a criação de seus próprios meios. Assim, passa a ser possível estabelecer uma comunicação que leve em conta as particularidades de cada grupo específico, como sua linguagem e estética.

Esta última definição de CP é a que denota, muito mais do que as demais acima elencadas, uma prática democrática de comunicação, uma vez que não está atrelada à indústria midiática e permite uma diversificação das reivindicações e das posições políticas. Seria, segundo Brandão, "a perspectiva de uma comunicação libertadora, identificada com as demandas e práticas populares" (BRANDÃO, 2011, p.8). Partindo desse princípio, e mediante a proximidade dos conceitos apresentados pela autora, este trabalho assumirá a seguinte definição como parâmetro, por entender ser uma forma mais completa e holística de se praticar a Comunicação Pública:

A Comunicação Pública ocorre no espaço formado pelos fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais em temas de interesse público e 'ocupa-se da viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão. Assim, fazer Comunicação Pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo'. (BRANDÃO, 2011, p.20)

Embora todos os cinco usos mais comuns da expressão Comunicação Pública tenham, de fato, uma perspectiva que coaduna, em maior ou menor grau, com a definição assumida por este trabalho, é a perspectiva da CP como estratégia de comunicação da sociedade civil organizada que, pela sua atualidade e pelas participações dos públicos que engendra, será assumida como a mais adequada para os estudos realizados nesta dissertação.

Todos os possíveis usos do termo têm em comum a preocupação de estabelecer, entre o Estado, o governo e a sociedade, um canal de informação para construção da cidadania. Contudo, somente uma CP que envolva ativamente a sociedade civil organizada permite que a cidadania ativa seja posta em prática, uma vez que os próprios indivíduos, cidadãos ou subcidadãos, poderão atuar e definir conjuntamente as questões concernentes às suas condições.

Para Jorge Duarte (2011), qualquer comunicação que se pretenda pública deve obedecer a pelo menos cinco critérios básicos:

- a) Privilegiar o interesse público em detrimento de interesses privados e/ou individuais;
- b) Colocar o cidadão como central no processo;
- c) Entender a comunicação como mais ampla do que o simples repasse de informação;
- d) Adaptar os instrumentos de acordo com a realidade e as necessidades dos públicos e;
- e) Tratar toda a comunicação como uma unidade, independente da ferramenta.

Verificar se o MCC possibilita a prática da CP será importante no sentido de avaliar se e como a cidadania tem sido praticada na rede: uma cidadania ativa, com discussões e tomada de ações voltadas para a melhoria das condições de vida da sociedade, uma cidadania passiva, com expectativa de iniciativas por parte do Estado, ou uma apatia dos usuários. Por ora, é importante ressaltar que estes critérios estabelecidos por Duarte, ainda que sejam imprescindíveis para a prática deste tipo de comunicação, poderiam se enquadrar em qualquer um dos tipos de CP trazidos por Brandão (2011). Assim, é importante determinar a maneira com que a centralidade do cidadão é estabelecida e de que forma os instrumentos e a comunicação são estruturados dentro do processo. Além da centralidade, deve-se primar pela interação do cidadão no momento do estabelecimento da comunicação. Além disso, as

ferramentas devem ser colocadas à sua disposição de forma a permitir uma comunicação de fato, com fluxos bilaterais, e não apenas um repasse de informações. Em se tratando de CP é imperativa a superação da visão técnica da comunicação, voltada exclusivamente para a transferência de informações.

Quanto às funções da Comunicação Pública, Pierre Zémor define as que considera como principais:

Seriam funções da Comunicação Pública: ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público; informar (levar ao conhecimento, prestar contas e valorizar); contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto ator social); acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as da organização social. (1995 *apud* CURVELLO, 2011, p.202)

Antes de se chegar nesta comunicação que demanda um cidadão consciente e sabedor do seu papel dentro do processo de construção da cidadania para a consecução de um ideal de CP, ainda é preciso um longo processo pedagógico. Dessa forma, conforme a afirmação de Cortina (2010) de que a cidadania começa em um processo de educação formal e com o apontamento de Freire (2005) sobre a necessidade de os dominados serem responsáveis por lutar pela sua própria libertação, é preciso verificar que tipo de comunicação dita pública tem sido praticada. A partir de então será possível definir como deve ser a prática de uma Comunicação Pública ideal, conforme será discutido no próximo tópico.

Segundo Matos (2011), o termo comunicação pública já era utilizado desde o início do séc. XX, empregado para se referir à comunicação estatal e à implantação da radiodifusão. No entanto, foi Pierre Zémor, com a publicação de seu livro *La communication publique*, em 1995, que trouxe o conceito voltado para a formação e informação dos indivíduos para a construção da cidadania. Este marco trouxe o tema para discussão sob uma nova perspectiva e chamou a atenção para a necessidade de se praticar a CP por qualquer governo que busque sua legitimação junto à população.

Existe uma tendência de tomar por Comunicação Pública qualquer tipo de comunicação feita por órgãos do governo. Contudo, apesar de ser possível uma CP oriunda dos Estados e entidades governamentais, o que se verifica é que, pelo menos no Brasil, tais tipos de comunicação são predominantemente publicitárias, com veiculação na grande mídia. Isso se dá muito em razão da priorização das comunicações com fluxos unidirecionais por quem detém o poder, conforme pondera Jorge Duarte (2011). Eugênio Bucci (2011) reforça

esta ideia ao afirmar que, historicamente, as instituições públicas de comunicação social sempre trabalharam como máquinas de propaganda do poder executivo. Pierre Zèmor (2011) critica este uso indiscriminado da publicidade ao afirmar que apesar de os cidadãos terem que receber as mesmas informações, estas não deveriam ser veiculadas massivamente, pois seria quase inviável tratar de questões complexas desta forma.

Ainda assim, a comunicação promovida pelos órgãos governamentais, de acordo com a forma com que é trabalhada, pode ser um importante ponto de partida para o estabelecimento de uma Comunicação Pública, desde que respeite alguns critérios e avance no sentido de estabelecer um diálogo com os cidadãos.

Zèmor (2011), embora não dê ênfase aos fluxos bilaterais de informação, estabelece algumas diretrizes para as iniciativas de Comunicação Pública provenientes dos órgãos do governo. Para o autor, na prática, a CP assume formas diversas de acordo com as particularidades da Instituição Pública envolvida no processo. O papel dessa comunicação nos órgãos seria o de disponibilizar a informação ao público, de tornar as instituições conhecidas e os seus serviços desejáveis e necessários.

Para que quaisquer dados e/ou informações prestados pela instituição possam ser úteis é necessário que sejam disponibilizados de forma acessível e prática aos interessados. A disponibilização de dados pela internet até pode vir a trazer agilidade, mas é imprescindível levar em conta a questão do acesso à rede, pois, dependendo das circunstâncias, tais medidas podem se mostrar mais excludentes do que inclusivas.

Zèmor (2011) ressalta também que o direito à informação estabelece um dever de comunicação. Esta, por sua vez, deve ser executada da maneira mais completa possível, levando em conta, por exemplo, a comunicação interna dentro dos órgãos, já que esta se refletirá diretamente no repasse de informações aos indivíduos. Também são importantes outros fatores como a linguagem utilizada e a adequação das respostas às perguntas. As relações entre servidor público e cidadão devem estar resguardadas por quatro pré-requisitos apontados pelo autor: informar por dever; assegurar um adequado repasse da mensagem; utilizar a comunicação no processo de identificação e entrega das demandas e; contribuir para o bem estar da sociedade. É importante se atentar para o fato de que a Comunicação Pública, no âmbito do Estado, não está atrelada exclusivamente aos gestores da instituição. Ela envolve todos os servidores.

Mesmo considerando que esta prestação de serviços por parte dos governos é apenas uma parte da Comunicação Pública, nem mesmo esses pré-requisitos iniciais são totalmente

cumpridos. Como exemplo, Brandão (2011) aponta que, predominantemente, as assessorias de imprensa dos órgãos fazem divulgações pela mídia com base em uma visão que presume que o que deve ir a conhecimento do público em geral é apenas aquilo que é de interesse do órgão a que representa. Dessa maneira, as notícias são elaboradas de forma a tentar fazer com que o que é de interesse do órgão seja adaptado para ser tomado como algo de interesse público. O intuito seria, então, a construção da imagem dos órgãos, governos, políticos e/ou dirigentes em detrimento da divulgação voltada para o interesse público.

O que cria um impasse nesse sentido e dificulta a separação de qual comunicação governamental seria pública ou não é que, conforme Bueno (2011), o que define se uma comunicação é de interesse público não seria a sua expressão concreta, mas a intenção do emissor. Este aspecto só seria verificável a partir do vínculo com a trajetória do órgão que a pratica ou por meio de estudos aprofundados. De qualquer forma, tais intenções escapam aos principais interessados, que são os cidadãos. A Comunicação Pública, na acepção holística do termo, necessita ser transparente e sem interesses obscuros, e sempre comprometida com a qualidade de vida dos cidadãos.

Em relação a este tipo de CP que vem sendo praticado, Márcia Duarte (2011) aponta os principais problemas enfrentados pelo cidadão. O primeiro seria o teor das informações disponibilizadas pelos órgãos do governo, já que estas, conforme já dito, se restringem aos interesses de divulgação das respectivas entidades, não atendendo, portanto, aos anseios dos cidadãos. A segunda seria o que a autora chama de política do "Fazemos a nossa parte - os dados estão na Internet" (DUARTE MYM, 2011, p.112) que exclui os cidadãos que não têm acesso a essas ferramentas, problema que será devidamente discutido posteriormente. Por fim, a autora apresenta também a questão do número limitado de serviços de atendimento ao cidadão, como ouvidorias e serviços de atendimento aos clientes (SACs). Além do mal funcionamento e da inacessibilidade desses, eles não dão conta nem da demanda quantitativa, nem da prestação das informações necessárias. Corroborando com a autora, Faria (2011) também considera que os mecanismos de transparência do Estado para a sociedade são muito deficitários, bem como é insuficiente a promoção da inclusão social.

Ainda assim, Luiz Martins da Silva (2011) considera que, embora a forma e o conteúdo ainda sejam passíveis de críticas, o Estado brasileiro já tem iniciado uma preocupação em fazer uma Comunicação Pública sem lançar mão da autopromoção. Cicilia Peruzzo (2011) vai além ao afirmar que nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) têm havido uma grande evolução qualitativa em relação à Comunicação Pública. Segundo a

autora, o discurso da transparência estaria substituindo os entraves no fluxo de informações e estaria havendo abertura de canais para ouvir a sociedade e permitir sua participação, como ouvidorias e discussões públicas. Além disso, a quantidade de informações disponibilizadas estaria aumentando exponencialmente por meio das assessorias de comunicação e pelos canais de televisão dos respectivos poderes.

Percebe-se, assim, que não há consenso em relação à adequação dos canais disponibilizados pelos governos. Enquanto Márcia Duarte critica duramente as ferramentas disponíveis, Cicilia Peruzzo enaltece as ações e mecanismos de Comunicação Pública viabilizados pelos órgãos governamentais brasileiros. Diante desse impasse é possível afirmar, empiricamente, que Duarte tem razão ao questionar os instrumentos de CP utilizados pelos governos brasileiros para o contato com a população, em várias instâncias, pelos vários e procedentes motivos apresentados pela autora. Contudo, deve-se ressaltar também que, ainda que longe do ideal, algumas ações voltadas para uma maior transparência e para a abertura de novos canais denotam uma evolução, em maior ou menor grau. A título de exemplo, podem ser apontados a Lei de Acesso à Informação⁸ e a Comissão da Verdade⁹.

Tais exemplos chamam a atenção para o fato apontado por Adriana Studart (2011) de que no Brasil, apesar de haver uma legislação que oferece um amplo espectro de direitos, a falta de informação prejudica o seu cumprimento, uma vez que não se dissemina conhecimento sobre como se deve agir nos casos em que os pretensos direitos são violados. Tal constatação reforça a necessidade de um projeto de Comunicação Pública que ultrapasse a mera criação de leis, embora estas sejam imprescindíveis, e o repasse de informações. Além disso, apesar do extenso número de leis, Cortina (2005) atenta para o fato de que o estabelecimento de direitos coercitivamente impostos sem a devida adesão e participação dos cidadãos envolvidos tende a não dar certo.

No Brasil, alguns fatores contribuíram para o início de uma evolução na prática da Comunicação Pública. Segundo Matos (2011), com o fim do Governo Militar, já no final da década de 1980, os segmentos interessados se organizaram de forma a discutir políticas públicas para a redemocratização dos meios de comunicação. Com o retorno do regime

⁸ A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamenta o direito à informação garantido pela Constituição Federal e obriga todos os órgãos públicos a divulgar todas as informações solicitadas pelos cidadãos em até 20 dias, prorrogáveis por mais 10, com exceção das ultrassecretas, secretas e reservadas. Disponível em: <http://artigo19.org/doc/entenda_a_lei_final_web.pdf> Acesso em 15 fev. 2014.

⁹ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela Lei nº 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV visa investigar e divulgar as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv>> Acesso em 15 fev. 2014.

democrático, despertou-se também a necessidade de informação para construção da cidadania e a própria noção de cidadania teria se alterado, passando a ser entendida como um processo mais participativo. Outro fator importante apontado por Brandão (2011) ocorreu quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso deu início a uma nova forma de encarar a comunicação governamental, defendendo uma relação aberta e franca do governo com a população e colocando a Comunicação Pública como central nos processos democráticos. A partir do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o uso da expressão Comunicação Pública, denotando informação para a construção da cidadania, entrou definitivamente em pauta nos governos e ganhou *status*.

Além da valorização da CP pelos chefes de Estado brasileiros, Peruzzo (2011) afirma que a Comunicação Pública praticada pelos poderes executivo, legislativo e judiciário tem passado por importantes transformações, substituindo a burocracia pela transparência e implementando ações de aprofundamento do processo de informação para construção da cidadania. Parte dessas ações se concentraram em criação de canais de radiodifusão estatais, sobretudo entre a segunda metade da década de 1990 e início da década de 2000. Segundo Silva (2011), tais medidas são passíveis de críticas em alguns aspectos. Primeiramente, é discutível a pertinência de o Estado explorar a mídia, o que seria impensável em alguns países, tendo em vista que cria-se uma oportunidade de tirar benefícios próprios, como a construção positiva de suas imagens e a divulgação exclusiva de conteúdos de interesse do Estado. A segunda crítica está relacionada com a grande quantidade de meios próprios de comunicação criados pelo Estado brasileiro, ao invés de criar um único nos moldes da BBC inglesa. Por fim, também é discutível o usufruto da coisa pública para fins particulares. Um desafio que se impõe nesses contextos é a orientação do debate nestes canais sem influenciar os agentes envolvidos.

Apesar da indiscutível importância que deve ser atribuída aos governos e aos cidadãos como principais agentes do processo de Comunicação Pública, Graça Monteiro (2011) ressalta que uma importante particularidade que a CP tem em relação aos outros tipos de comunicação é que o teor das mensagens tem um papel de destaque ímpar, pois demanda a necessidade do interesse público.

Quanto a esse importante aspecto da CP, Habermas (2004) afirma que existe uma grande dificuldade em se delimitar qual é o verdadeiro interesse público, já que a verdade é algo falível e provisória. Há a necessidade de uma aceitação racional e não o estabelecimento sobre qual é o interesse público baseado em determinadas conveniências. Dessa forma, o

interesse público não deve ser visto como algo estático e pré-concebido, pois ele acompanha a evolução da sociedade. Habermas propõe que a definição do verdadeiro interesse público deve ser determinada por meio do debate: "a argumentação tem a forma de um concurso que visa aos melhores argumentos a favor de ou contra pretensões de validade controversas e serve à busca cooperativa da verdade" (HABERMAS, 2004, p.250).

Armando Medeiros de Faria (2011) afirma que, a rigor, o interesse público não existe, uma vez que tal expressão remete a algo unânime. Mas aquilo que se é tido por interesse público teria "uma superfície porosa e fragmentada onde se movimentam *lobbies*, organizações privadas, interesses pulverizados, além da representação política de grupos e de categorias sociais diversas, muitas vezes, antagônicas". (FARIA, 2011, p.174)

Segundo o autor, o interesse público, por vezes, apresenta muitos atores e manifestações sociais distintas, às vezes provisórios, às vezes oscilando entre diferentes elementos e discursos, como um caldeirão que reúne vários ingredientes e tem o conteúdo final desconhecido. De acordo com a forma de construção discursiva, o interesse público pode ser moldado e reajustado de acordo com as conveniências de cada um. Nessa circunstância, nem o Estado, nem a imprensa deveriam ser considerados detentores do bem comum.

Além disso, Canclini (2006) também ressalta a importância de se fazer valer o interesse público nas emissoras de rádio e de TV, que não costumam dar sua contrapartida à sociedade e não são cobradas pelo Estado para fazê-lo. O caminho apontado pelo autor para este problema é a libertação dos cidadãos das redes hegemônicas de informação. Nessa conjuntura, Canclini indica a internet como um trajeto possível para implementar esta libertação.

Sob essa miríade de fatores envolvidos no processo de formação do suposto interesse público, João Pissara Esteves (2003 *apud* FARIA, 2011) considera que termos como interesse público e opinião pública têm uma multiplicidade tão grande de variáveis que se torna difícil defini-los. Como há grande dificuldade em determinar 'o' interesse público e 'a' opinião pública como algo único, ocorre um relativo descrédito nas tentativas de determiná-los.

Ainda assim, por ser algo inerente à Comunicação Pública, é importante entender também como a opinião pública veio a se firmar como algo imprescindível para a sua prática. Adela Cortina (2005) defende que a opinião pública seria, atualmente, um dos locais mais adequados para se exercer a cidadania civil. Segundo Novelli (2011), antes do século XVIII, a opinião era tida como oposição à ciência. Enquanto esta era tida como a verdade verificável dos fatos, a opinião era relegada ao domínio do falso. Hobbes teria alçado a opinião para o

status de consciência individual, ainda que a soma dessas consciências não fossem suficientes para elevar a opinião à condição de verdade objetiva. Já John Locke considerava a opinião como uma aceitação coletiva. Partindo desse princípio, ele defendia que o homem poderia ser julgado de acordo com três parâmetros: a lei de Deus, a lei civil e a lei da opinião, que seria o julgamento moral dos indivíduos externamente à esfera legal.

Ainda segundo Novelli (2011), Rousseau teria sido o primeiro filósofo a utilizar a expressão opinião pública, sendo a opinião algo próximo da definição prévia de Locke. Edmund Burke teria sido o precursor da utilização da expressão opinião pública da forma como é vista atualmente, ou seja, uma reflexão privada das questões públicas e a sua respectiva discussão pública.

Durante a segunda metade do século XVIII, a burguesia aumentou seus domínios de forma a pressionar o fim do estado absolutista. Dessa forma, a opinião pública, que nesse momento correspondia à opinião dos parlamentares que tornavam públicas as suas opiniões sobre as questões políticas, clamava pela transparência dos negócios da coroa. A opinião popular até então era ignorada.

Já ao final do século XVIII, a opinião passou a ser usada como instrumento de pressão das elites intelectuais. Tais opiniões eram apresentadas como se da comunidade fossem, numa espécie de representação como a criticada por Spivak (2010). Para que tal imposição ideológica ocorresse e fosse efetiva, a esfera pública e a imprensa tiveram papel determinante ao darem publicidade a estas 'opiniões públicas'.

Esse papel da imprensa ficou tão notório que passou a ser considerado como um meio imprescindível para a formação de uma opinião pública real, que transcenderia as opiniões particulares e individuais. Tal processo se assemelha à formação da opinião pública até recentemente, influenciada pela grande mídia, conforme será discutido posteriormente. Tanto na imprensa da época quanto nas mídias contemporâneas, a formação da opinião pública passou a ser influenciada por sábios e especialistas com exposição nos respectivos veículos.

Ainda segundo Novelli (2011), durante este período da Revolução Francesa, a população ainda não gozava do direito à voz, uma vez que alegava-se que, por ainda estar fortemente influenciada pela igreja, ela não estaria preparada para exprimir seus pensamentos de forma racional.

Após as Revoluções Liberais do século XVIII, e mais notadamente no final do século XIX, a possibilidade de participação da sociedade na política atribuiu grande importância à opinião pública. Por ser um pré-requisito para a legitimação política, ela passou a ser buscada

pelos governos. Contudo, segundo Novelli (2011), com a grande evolução dos meios de comunicação na época, a opinião teria passado por um processo que a fez se assemelhar ao consumo. Seria uma opinião mais consumida do que discutida.

Posteriormente, com a evolução do conceito através dos anos, que passou pela equiparação de público com massa e, posteriormente, com o grupo, a opinião pública acabou por ser definida como a que subjetivamente se impõe como dominante. Tal conceito não leva em conta a democracia e/ou a voz da maioria. O que tem o maior peso é o discurso legitimado.

Este contexto evoca o que Elisabeth Noelle Neuman chamou de Espiral do Silêncio, definida por Temer e Nery (2012) como o 'instinto de sobrevivência' que faz com que o cidadão comum siga a opinião do que acredita ser da maioria da população. A opinião particular desse indivíduo só seria expressa nas possibilidades de manifestações anônimas. Como as opiniões de todos esses indivíduos particulares não são expressadas, fica impossível definir se elas não fariam parte de um grupo ainda maior do que a que acaba aceita como a 'verdadeira opinião pública'. A internet, sobretudo as mídias sociais, tendem a minimizar a incidência da Espiral do Silêncio pois, por razão da estrutura com que ocorrem as interações, é possível que cada indivíduo acompanhe grupos e páginas de outros internautas que corroboram com o seu próprio pensamento, facilitando a organização de grupos que pensam de forma semelhante. Essa interface das mídias sociais pode ter sido decisiva na organização de grupos como o Movimento Contra Corrupção, uma vez que possibilitou que a opinião desse público, naquele momento, fosse traduzida na forma dos protestos verificados.

A opinião pública, por ser influenciada pela mídia, passou a ser foco dos governos e elites dominantes desde o começo do século XX, quando, concomitantemente ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, criavam-se novas técnicas de propaganda e persuasão. Segundo Cortina (2005), o poder político passou a depender de legitimação através da comunicação. Conforme Novelli (2011), acreditava-se na possibilidade de manipulação irrestrita, conforme a Teoria Hipodérmica¹⁰ preconizava. A opinião pública para a época seria, conforme Sauvy, "o conjunto de falas dos porta-vozes dos grupos de pressão veiculadas na mídia" (1959 *apud* NOVELLI, 2011, p.80).

Entre 1950 e 1970 teria havido uma consolidação de pesquisas e sondagens voltadas para a determinação da opinião pública. As instituições de pesquisas seriam as únicas capazes

¹⁰ A Teoria Hipodérmica, segundo Mauro Wolf (1995), foi baseada na crença de que os indivíduos seriam pertencentes a uma massa e estariam isolados uns dos outros, o que os tornaria facilmente manipuláveis pelos meios de comunicação.

de apontar o que seria a opinião pública. Com a sistematização e suas publicações, essas pesquisas passaram a influenciar a opinião pública, uma vez que os cidadãos comuns têm pouco ou nenhum conhecimento a respeito dos estudos publicados e os tomam, portanto, por verdadeiros. Talvez esse seja o principal motivo que leve candidatos a cargos eletivos, empresas e governos a divulgarem tantas pesquisas, priorizando apenas os atributos positivos às suas imagens. Contudo, Habermas (1997) defende que a opinião pública não é representativa no sentido estatístico. Ela não corresponde, portanto, a um agregado de opiniões individuais pesquisadas individualmente e, conseqüentemente, não pode ser confundida com os resultados de uma pesquisa de opinião. Esta pode até fornecer alguns indicativos da opinião pública, mas nunca determiná-la.

Em relação a este tema, Bourdieu (1985 *apud* NOVELLI, 2011) aponta três fatores que podem tornar as pesquisas questionáveis:

- a) Presume-se que todas as pessoas entrevistadas têm uma opinião formada sobre o assunto questionado e que têm informações suficientes para formá-la;
- b) Tomam as opiniões como se tivessem o mesmo peso sem considerar, por exemplo, a diferença entre um formador de opinião e um indivíduo isolado;
- c) As perguntas feitas podem não ser as mais adequadas.

Além desses fatores apontados por Bourdieu, Cynthia Crossen (1996 *apud* NOVELLI, 2011) também questiona o fato de os entrevistadores modificarem as respostas das pessoas no momento da entrevista, quando as pressionam para tomar uma decisão imediata, sem tempo para reflexão ou discussões a respeito do tema. A opinião pública deve ser fruto de uma discussão crítica na esfera pública. Novelli (2011) defende que é imprescindível para a lógica democrática contemporânea a existência social de uma esfera pública para a discussão e resoluções das questões relativas ao interesse público. Assim como Habermas (2004) defende que a definição do que é de interesse público deve advir de debates e argumentações, também a opinião pública deve ser formatada por meio de tais discussões protagonizadas pelos cidadãos. O espaço por excelência para que tal sorte de discussões ocorra é a esfera pública, que será devidamente conceituada e discutida no próximo subcapítulo. Com o advento da internet, criou-se um espaço *online* que se apresenta como um projeto de esfera pública contemporânea para a apuração compartilhada da opinião pública. Este trabalho discutirá se este projeto, de fato, se concretiza empiricamente na sociedade.

Após discutir as questões relativas ao histórico, as formas de aplicação e os elementos necessários para a constituição de uma Comunicação Pública, é importante contextualizá-la

dentro de uma conjuntura que contemple a participação ativa de todos os agentes envolvidos no processo, conforme definição assumida neste trabalho. Assim, é relevante analisar o papel do cidadão na prática da CP.

Conforme Heloiza Matos (2011), é indiscutível o papel central do governo como agente do processo, mas a Comunicação Pública também deve ser vista do ponto de vista da sociedade organizada e do cidadão. A autora aponta como um dos principais desafios da CP a adoção de procedimentos que garantam e preservem a liberdade de expressão.

Segundo Jorge Duarte (2011), a Comunicação Pública deve colocar a centralidade do processo de comunicação no cidadão, por meio do diálogo e do estímulo à sua participação ativa. Ela precisa ser entendida amplamente para possibilitar todo tipo de acesso ao cidadão, até mesmo os que ele nem sabe que tem direito. Segundo Zemor (2011), para prestar informações as instituições deveriam divulgar a existência dessas informações. Assim, é imprescindível que os indivíduos tenham respeitado o seu direito à informação, pois este possibilita o conhecimento para usufruto dos demais direitos. Para o cumprimento desse direito é necessário que as instituições tenham a preocupação de atender a esse cidadão dentro de suas limitações de recursos e acesso.

Ainda de acordo com Zemor (2011), os últimos debates sobre CP têm buscado focar a comunicação voltada para o atendimento dos interesses da sociedade e não mais das organizações e de seus gestores. Há uma postura de perceber a comunicação como uma ferramenta voltada para os interesses da sociedade e para a construção da cidadania dos indivíduos. É imprescindível, entretanto, que os cidadãos se reconheçam como tal e, dessa forma, exerçam seu direito de participação. É justamente essa CP voltada para a participação do cidadão que será mais aprofundadamente discutida na segunda parte deste capítulo.

2.2. A COMUNICAÇÃO DOS PÚBLICOS

Mediante os fatores apresentados para a prática da Comunicação Pública, Curvello (2011) aponta o cenário onde tal comunicação tem se estabelecido: o Estado-Nação em crise, o processo de globalização em curso e o cidadão apresentando um novo perfil, mais informado e ativo. Diante de tal panorama, o autor defende a imprescindibilidade de abertura para a governança, que seria a forma adotada pelo Estado para integrar os cidadãos na elaboração e condução de suas políticas públicas.

Para o estabelecimento dessa relação entre Estado e sociedade, tida por vários autores como condição imprescindível para a instauração da Comunicação Pública de fato, existem vários instrumentos de comunicação, condensados por Jorge Duarte (2011) em três modelos. Os massivos, baseados nas ferramentas de comunicação de massa, têm a vantagem de estabelecer a agenda e promover debates. Contudo, eles praticamente não permitem diálogo e padecem da fragmentação do público. Os meios de comunicação de massa tradicionais se enquadram neste formato. Já o modelo segmentado permite a comunicação com grupos de interesse específico, em que há maior possibilidade de controle sobre o conteúdo, acesso e distribuição, além de expandir as possibilidades de diálogo. Os exemplos de mídia dessa modalidade citados por Duarte são as *newsletters*, *intranets*, *blogs*, eventos, entre outros. Por fim, o modelo direto de comunicação refere-se a um contato personalizado, seja face a face, seja mediado em tempo real por algum instrumento de comunicação, como telefone ou computador. Este modelo aumenta sobremaneira a capacidade de interagir e facilita a compreensão do interlocutor.

Algumas considerações devem ser feitas em relação aos modelos apresentados pelo autor. Primeiramente, tais modalidades parecem apontar para um desequilíbrio no processo de Comunicação Pública, pois indicam o Estado como emissor e os cidadãos como espectadores, sem apontar caminhos no sentido inverso. Ademais, com o surgimento das mídias sociais, é possível, com uma mesma ferramenta, estabelecer processos comunicacionais de diferentes formas, que poderiam se enquadrar em qualquer um dos modelos apresentados. Tomando o exemplo da página do Movimento Contra Corrupção no Facebook, o grande número de seguidores da página (mais de 1,3 milhão em maio de 2014) poderia enquadrá-lo como massivo, pois tem a capacidade de estabelecer a agenda de discussão entre os membros do grupo e promover debates, conforme será observado na análise. Contudo, o possível relacionamento com outros grupos de interesse, com intuítos semelhantes, o fazem se aproximar do modelo segmentado. Por fim, como nas mídias sociais é possível se relacionar de um para um, um para poucos ou um para muitos, a modalidade de comunicação direta também estaria contemplada.

Dessa maneira, tais formatos podem ser considerados como modelos de comunicação em razão das possibilidades de estabelecimento de uma comunicação por meio de seus usos. Entretanto, é necessário ponderar que apenas a utilização de qualquer que seja o modelo não garante a efetivação da comunicação, pois para que tal ocorra é necessário uma relação dialógica. Graça Monteiro (2011) afirma que o processo de comunicação dentro da CP segue

o mesmo padrão das outras formas de comunicação, ou seja, necessita instaurar uma relação. Jorge Duarte (2011) ressalta que transmissão passou a ser entendida como comunicação, o que seria um entendimento equivocado, já que a transmissão é linear e de mão-única.

Para o devido estabelecimento de um diálogo, Adela Cortina (2005, p.195-196) apresenta as condições necessárias, baseadas na ética discursiva:

- a) Abrir a participação a todos os afetados. Caso seja impossível a participação de todos, os não presentes devem ser representados;
- b) Ter disposição para ouvir a outra parte;
- c) Não se considerar sabedor da verdade e o interlocutor como alguém a quem convencer;
- d) Estar disposto a mudar sua posição caso seja convencido pelo interlocutor;
- e) Estar preocupado em procurar uma solução justa e entender-se com o interlocutor, ou seja, descobrir os pontos em comum e esclarecer os restantes;
- f) Possibilitar que todos os pontos de vista sejam expressos;
- g) Priorizar os interesses universalizáveis nas decisões finais, e não os individuais e;
- h) Abrir a possibilidade de revisões da solução encontrada, caso necessário.

Diante desses pré-requisitos, pode-se estender que a relação dialógica entre Estado e sociedade também deve cumprir estes moldes e, dessa forma, se aproximar de uma comunicação verdadeiramente pública. Paulo Freire defende que "as sociedades a que se nega o diálogo - comunicação - e, em seu lugar, se lhes oferecem comunicados, resultantes de compulsão ou doação, se fazem preponderantemente mudas" (1967 *apud* DUARTE M Y M, 2011, p. 95-96).

Márcia Duarte (2011) também aponta que o desenvolvimento cada vez mais rápido dos meios de comunicação estaria intervindo nesse processo de diálogo entre Estado e sociedade sob vários aspectos. Mudam-se os padrões de discurso dos políticos, quando mediados, altera-se as relações entre representantes e representados, muda-se a forma de acesso dos cidadãos aos órgãos governamentais, líderes políticos são desmistificados, muda a perspectiva espaço-temporal, entre outras modificações.

Independentemente da forma com que o cidadão vá estabelecer relações com o Estado, para que um diálogo ocorra é fundamental que ele tenha voz e o governo tenha disposição para ouvi-lo e para tomar as ações pertinentes quando necessário. O que ocorre normalmente, segundo Monteiro (2011), é o atendimento a poucos grupos, geralmente os que ocupam posições dominantes, que têm acesso à mídia para expor seus pontos de vista. Como apenas esses grupos ganham projeção, suas reivindicações são tomadas como de toda a sociedade e

atendidas, por conseguinte. Quando a CP estimula a participação cidadã nos debates públicos, ela tende a subverter este processo e ampliar as iniciativas de acesso popular, além de provocar uma ação de contra-agendamento da mídia, ou seja, a mídia deixa de determinar as pautas de discussão dos grupos envolvidos. A Comunicação Pública só se efetiva devidamente quando contextualizada em situações em que o cidadão consegue pressionar as instituições a agirem de acordo com suas demandas.

Para Novelli (2011), um dos papéis principais da CP seria justamente a extrapolação das esferas de divulgação do governo, voltadas quase sempre para a sua autopromoção, para atuar voltada para a facilitação do relacionamento entre cidadão e Estado. Monteiro (2011), a título de exemplo, ressalta o aumento da comunicação entre os indivíduos e o poder público por conta da disponibilização cada vez maior de serviços prestados pelo governo por meio eletrônico, chamados de e-gov. Ainda que seja possível facilitar a comunicação com o uso da internet, é imperativo levar em consideração alguns fatores que podem agir como complicadores. Primeiramente, é necessário que as ferramentas sejam utilizadas de fato e que o poder público as aplique para prestar as informações solicitadas, e não somente disponibilize informações de seu interesse e em locais e formatos de sua preferência. Além disso, devem existir outras formas além da eletrônica para o estabelecimento da comunicação, para não se correr o risco de implementar uma comunicação apenas com a fatia da população que tenha acesso à rede, o que ainda corresponde a uma minoria do total da população brasileira.

Monteiro (2011) afirma ainda que na Comunicação Pública o receptor desempenha vários papéis de uma só vez: cliente, consumidor, contribuinte, eleitor, voluntário, em suma, cidadão. Esse cidadão citado pela autora nesse quadro parece praticar uma cidadania passiva, com a expectativa de cumprimento de seus direitos básicos, e não um cidadão participativamente engajado em processos dialógicos voltados para a construção de sua cidadania. Isso porque Monteiro não leva em consideração, nesse momento, que dentro da CP a relação deve ser dialógica e que o diálogo pode ser iniciado por qualquer uma das partes. Assim, sobretudo após o advento da internet, o cidadão pôde passar a desempenhar o papel de emissor, ou mesmo exercer diversas funções dentro de uma mesma interação, seja por ferramentas criadas pelo governo para tal fim, seja por instrumentos de comunicação próprios dos cidadãos envolvidos. Isso pode ser observado no desencadeamento das manifestações de 2013, uma vez que os manifestantes, por meio da internet, deram início ao processo de comunicação e exerceram o papel de emissores.

O lugar para a discussão dos assuntos relativos à comunidade contemporânea pode ser, com as devidas particularidades, uma nova forma de esfera pública, conforme conceito elaborado por Habermas. Segundo o autor, a esfera pública pode ser definida da seguinte maneira:

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. (HABERMAS, 1997, p.92)

O papel da esfera pública seria, segundo o autor, reforçar a pressão exercida pelos problemas, não podendo se limitar a percebê-los e identificá-los. Por meio da problematização dos temas tratados, deve alçá-los à condição de assuntos de relevância que devem ser tratados pelo complexo parlamentar. Para conseguir cumprir esta função a esfera pública necessita se formar a partir dos contextos comunicacionais das pessoas virtualmente atingidas. As manifestações de opiniões dentro da esfera pública se dão a partir dos temas discutidos e tomadas de posição a favor ou contrária ao assunto. Os argumentos são elaborados na forma de opiniões focalizadas. Estas opiniões são transformadas em opinião pública de acordo com o amplo assentimento entre os participantes da discussão.

Habermas (1997) ressalta também que as esferas públicas não podem ser produzidas aleatoriamente. Elas têm que conquistar espaços e legitimidade a partir de seus próprios esforços. Assim, as esferas públicas se configuram como estruturas autônomas e garantem respaldo e capacidade funcional. Estruturada desta forma, a esfera pública se torna o local por excelência onde os assuntos de interesse público são discutidos pelos cidadãos.

O conceito de Habermas de esfera pública apresentado neste trabalho já é uma atualização que foge ao contexto da França do século XVIII e remete aos dias atuais. Contudo, quando Habermas (1984) apresentou o conceito inicial de esfera pública, os atores envolvidos nas discussões realizadas nesta esfera, em praças e cafés parisienses, eram membros da classe burguesa: homens cultos e de distinção dentro da sociedade da época.

Tal panorama remete à primeira particularidade de uma nova forma de esfera pública sugerida em relação à inicialmente proposta por Habermas, já que a expectativa é de que qualquer cidadão possa participar e não apenas indivíduos com uma determinada formação ou nível cultural. Outra crítica, feita pelo próprio Habermas (1984), é a de que com o grande crescimento verificado nos meios de comunicação de massa, a influência verificada por eles

nos cidadãos provocaria uma distorção no verdadeiro interesse público e na opinião pública de forma a invalidá-los. Os indivíduos envolvidos, ao invés de pensadores e críticos, passariam a meros consumidores de cultura.

Esse é outro aspecto da esfera pública proposta inicialmente pelo autor que apresenta divergências em relação a uma nova proposta deste conceito. A presença da mídia na sociedade atual é notória e a sua influência se verifica de fato, pois é por meio dela que grande parte da população toma conhecimento dos acontecimentos que serão pauta para as discussões e deliberações que se fazem necessárias. Contudo, ainda que por vezes isso não se verifique, há a expectativa de que o cidadão possa compreender o panorama das informações recebidas e filtrar as possíveis intenções subliminares dos veículos, quando ocorrem. De qualquer forma, a presença da mídia é indissociável do ambiente onde os cidadãos vão tomar as medidas para determinar suas ações.

Para Adela Cortina (2005) a república, derivada do latim *res publica*, traduzida como coisa pública, recebe este nome justamente por tratar de questões de interesse público. Para tanto, necessita, para sua efetivação, criar um espaço no qual os cidadãos possam deliberar publicamente sobre os assuntos que lhes digam respeito. Essa esfera pública seria condição imprescindível para a consolidação da cidadania e da crítica ao poder político estabelecido. Neste caso, como o exercício do poder político afeta cada um dos cidadãos, a formação da esfera pública nos termos de Habermas, a partir dos contextos de comunicação dos indivíduos interessados, deve garantir a manifestação de todos os indivíduos.

Dentro desse espaço público, conforme Dominique Wolton (2004 *apud* FARIA, 2011), há a necessidade de debates, negociações e relações de força. Isso não significa, entretanto, que não existam mecanismos de dominação, como os meios de comunicação, por exemplo. Os atores, contudo, devem ser relativamente autônomos e portadores de uma capacidade crítica que os possibilite ser independentes em relação a tais mecanismos. O interesse público, conforme já foi tratado, deve ser sempre contextualizado e fruto de discussões dentro das esferas públicas suscitadas por Habermas, ou seja, legitimadas, autônomas e voltadas para o fortalecimento das causas junto às instituições decisórias de poder.

Partindo dessas considerações, Heloiza Matos (2011) apresenta uma proposta de definição de espaço público dentro do contexto da Comunicação Pública: a esfera pública seria o conjunto de espaços onde se formaliza a participação dos agentes sociais de forma a efetivar sua participação no processo de Comunicação Pública. A autora pondera, entretanto, que pela multiplicidade de espaços heterogêneos e dispersos onde circulam as informações,

seria quase impossível qualquer tentativa de gerir tais espaços. Tal particularidade pode contribuir na legitimação da esfera pública dentro de um contexto de Comunicação Pública já que, sem a gestão e o controle dos espaços, pode-se garantir a autonomia e a participação de agentes interessados nas discussões suscitadas.

Dentro desse contexto, a visão de Canclini (2006) se mostra extremamente pessimista. O autor afirma que os conflitos sociais e a gestão de suas interações estariam em locais inacessíveis aos cidadãos, pois as forças e os vultuosos investimentos envolvidos não são passíveis de confrontação pelos indivíduos comuns. Novelli (2011) pondera que dentro desse cenário, onde o governo precisa se justificar para ter o respaldo da população, o espaço público se torna um local privilegiado de negociação. Isso pôde ser verificado quando, por exemplo, a presidente Dilma Roussef fez um pronunciamento em cadeia nacional de televisão, em 21 de junho de 2013, buscando apresentar respostas e propostas de ação relativas às demandas das manifestações apoiadas pelo MCC¹¹. Tal fato já denota alguns indícios de um diálogo de iniciativa popular referente a temas de interesse público e que foram ouvidos e respondidos pelo poder público institucionalizado, o que aparenta ser a instauração de um processo de Comunicação Pública na prática. Isso faz jus à afirmação de Liszt Vieira (2001), quando defende que a prática da cidadania depende da reativação da esfera pública, onde os cidadãos possam tomar ações coletivas e deliberar sobre os problemas que afetam toda a comunidade. No próximo capítulo serão discutidas as possibilidades de entendimento da internet como um possível espaço público moderno.

Os problemas discutidos dentro dessa esfera, que devem ser enquadrados como temas de interesse público, precisam envolver o Estado de forma a permiti-lo se inteirar e agir em prol das necessidades coletivas dos grupos envolvidos.

A opinião pública, como expressão das deliberações que tomaram lugar no espaço público sobre questões de interesse público, ainda que deva se levar em conta questões como a Espiral do Silêncio e a dificuldade de se determinar 'a' opinião pública, aparece definida por Figueiredo e Cervellini da seguinte maneira:

Todo fenômeno que, tendo origem em um processo de discussão coletiva e que se refira a um tema de relevância pública (ainda que não diga respeito a toda a sociedade), esteja sendo expresso publicamente, seja por sujeitos individuais em situações diversas, seja em manifestações coletivas. (1995 *apud* NOVELLI, 2011, p.73)

¹¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uYpkgTxg-Qk>> Acesso em: 13 mar. 2014.

Mediante tal conceituação, que se enquadra nas práticas verificadas na *fan page* do Movimento Contra Corrupção, Novelli (2011) afirma que a Comunicação Pública, qualquer que seja a forma praticada, tem um papel de grande relevância sobretudo na formação e consolidação da opinião pública sobre assuntos públicos.

Mas independente do consenso e/ou da aferição da opinião pública, o imprescindível nesse processo é a participação da sociedade de forma ativa. Isso porque qualquer grupo dissidente e em desacordo com a opinião pública tida como a 'verdadeira' pode estabelecer seus próprios diálogos com o governo e manter, dessa forma, uma Comunicação Pública voltada para seus próprios interesses. De qualquer maneira, a Comunicação Pública não tem poder por si própria e só faz sentido quando é resultado das ações desses cidadãos organizados.

Nesse sentido, Márcia Duarte (2011) explicita que, conforme a teoria da ação comunicativa proposta por Habermas, não basta o uso da razão por indivíduos esclarecidos, pois a melhor razão seria aquela que advém do diálogo e não depende da sabedoria de um único indivíduo. Segundo a autora, a ação comunicativa teria, dessa forma, o papel de mobilizar os cidadãos e permitir que o diálogo proveniente de sua prática sirva de instrumento para a construção de uma cidadania ativa em prol da concretização das práticas democráticas.

Apesar da importância da participação da sociedade como um todo, Duarte (2011) pondera que, no Brasil, o interesse pela política é restrito a períodos eleitorais ou quando a mídia veicula temas de interesse público relacionados à política. Exceção a regra, por ter surgido como iniciativa popular, as manifestações ocorridas em todo o Brasil em 2013 contra o aumento das passagens do transporte coletivo e contra a corrupção, entre outros motes, foram iniciadas à margem desses dois fatores. Tais manifestações tiveram início através da internet, onde os cidadãos têm abertura para divulgar os conteúdos que acharem pertinentes, podendo, dessa forma, escapar ao agendamento das mídias tradicionais. Contudo, é notório que mesmo esse movimento foi fortemente influenciado pela grande mídia. A partir do momento em que os veículos começaram a divulgar maciçamente o que estava acontecendo, mais pessoas aderiram, baseadas na cobertura dos meios de comunicação massivos.

A relação entre a mídia e a política é, de fato, bastante estreita. Segundo Venício Lima (2011), a mídia teria ganhado muita importância nos períodos eleitorais após a década de 1980. O Governo Militar teria sido o primeiro a colocar a comunicação como central para seus propósitos, utilizando-a como instrumento político. A influência da mídia nas

manifestações de 2013 pode ser explicada pela afirmação de Lima de que a grande maioria das sociedades urbanas contemporâneas estão centradas nos meios de comunicação e baseiam várias tomadas de decisão a partir deles. Com isso, passa a haver grande disputa de visibilidade na mídia por parte dos atores políticos. Como as emissoras de rádio e televisão servem de vitrine, vários apresentadores destes canais também se transformam em políticos profissionais.

Ainda segundo o autor, a partir das eleições presidenciais de 1989 a comunicação com os eleitores teria se transformado de forma a alçar as empresas de marketing a um lugar central dentro das campanhas, o que perdura ainda hoje. Os custos financeiros teriam aumentado substancialmente, os eventos políticos modificaram sua linguagem de forma a serem planejados como eventos para TV e os contatos diretos foram substituídos por contatos mediados. Nestor Canclini (2006) afirma que a subordinação da ação política à linguagem dos meios reduz a importância dos partidos enquanto espaços de negociação.

Conforme Lima (2011), tais fatos teriam feito com que o conhecimento sobre os acontecimentos políticos passasse a ser obtido por meio da televisão para a maioria da população, conforme pesquisa citada no capítulo anterior. Canclini (2006) considera que, com esse grande poder nas mãos da mídia, existe a necessidade de uma legislação mais completa, clara e atualizada sobre o setor de radiodifusão, além da criação de políticas públicas. O modelo atual de leis incentiva o desenvolvimento de radiodifusão privada e comercial, o que dificulta sobremaneira o acesso dos cidadãos aos meios de comunicação, sobretudo com os oligopólios comunicacionais criados.

Contudo, conforme defendido por Silva (2011), é a própria sociedade que deve criar seus canais apropriados para a manifestação de seus pensamentos, para o debate público e para o encaminhamento de propostas e soluções para os problemas que a afetam. A utilização de mídias sociais, por exemplo, não demanda qualquer tipo de aprovação ou disponibilização por parte do governo. Assim, ações como a criação de páginas como o MCC comprovam a existência de possibilidades de iniciativas que promovem uma cidadania ativa sem a expectativa de provimento de espaços de discussão por parte do poder público. Isso não significa dizer que o Estado estaria desobrigado de criar políticas públicas e cobrar das concessionárias públicas de comunicação um maior acesso à sociedade e a contrapartida do interesse público em suas transmissões. A necessidade do que Rubim (1998 *apud* DUARTE M Y M, 2011) chama de cidadania midiática, que seria o acesso, a circulação e a habitação do espaço midiático, ainda se faz presente. O que este trabalho quer demonstrar é que os

indivíduos têm possibilidades de usar a comunicação a seu favor sem ter que esperar passivamente pelas benesses do governo. O problema que pode impedir tal acesso passa a ser a exclusão digital, que será melhor discutida no próximo capítulo. Por ora, é importante ressaltar a necessidade da prática da cidadania ativa no contexto da participação dos cidadãos nos meios de comunicação.

Márcia Duarte (2011) aponta que um dos maiores entraves em relação às potencialidades da internet enquanto possibilidade de exercício de uma cidadania ativa, com participação direta dos indivíduos nas decisões sobre questões de interesse público, estaria na incapacidade política dos cidadãos. Tal incapacidade, que remonta os aspectos já discutidos neste trabalho e que são provenientes de uma herança histórica, também seria fruto da falta de acesso a recursos sociais, como a educação, principalmente. O processo de capacitação dos cidadãos para esse exercício de democracia direta é algo a ser construído a longo prazo e demanda vontade política de fazê-lo.

Contudo, mesmo com estas dificuldades apresentadas, a autora defende que as novas tecnologias da informação, como a internet e suas possibilidades, têm influenciado decisivamente a transformação que a sociedade brasileira está atravessando. Entre as principais mudanças, ela destaca a nova cultura política que prioriza a participação consciente e voluntária dos indivíduos ao invés do simples cumprimento do dever do voto.

Todavia, Faria (2011) pondera que por mais que a internet esteja anunciando um novo paradigma, com o fim da passividade dos cidadãos como pano de fundo, os meios de comunicação de grande escala ainda têm um peso muito grande no agendamento das questões a serem discutidas na esfera pública. Ainda assim, instrumentos como a internet são incontestavelmente necessários para o empoderamento das minorias, uma vez que permitem a produção de conteúdos de interesse dos grupos envolvidos e, conseqüentemente, a possibilidade de resgate de suas cidadanias.

A internet, apesar de apresentar uma linguagem que possibilita o aumento da velocidade nas trocas de informações, ainda está sujeita às regras inerentes à Comunicação Pública. Monteiro (2011) afirma que a comunicação entre emissores e receptores dentro da CP estabelece efeitos de longo prazo, pois a relação demandaria um maior tempo para sua consolidação. Pode-se ver, por exemplo, que entre as reivindicações do MCC e das manifestações, algumas foram atendidas em um espaço de tempo relativamente curto, como as votações que já estavam tramitando no Congresso Nacional. Outras, como a Reforma Política, se tornaram compromissos do governo e ficaram pendentes de resolução, pela

impossibilidade de tomar medidas imediatas que resolvessem o problema de forma coerente e responsável.

Um dos direitos de terceira geração citado por Kucinski (2011), o direito a um ambiente de comunicação sadio, encontra na internet uma ferramenta capaz de colaborar na sua aplicação prática. Isso porque a rede mundial de computadores proporciona a possibilidade de o cidadão exercer o seu direito de informar, e a um custo baixo, permite a intervenção do cidadão nos movimentos sociais e debates públicos, além de dar um amplo acesso ao banco de dados e informações do Estado.

Contudo, mesmo com as possibilidades trazidas pela internet, o processo de construção da cidadania, principalmente em relação às minorias, ainda apresenta percalços e, pelo menos a princípio, não é capaz de implementar a Comunicação Pública de forma a garantir a participação democrática de todos. Cabe, portanto, verificar a estrutura dessa plataforma de comunicação, como ela tem sido utilizada em prol da cidadania e quais entraves ainda impossibilitam o pleno funcionamento da CP dentro de seus espaços.

CAPÍTULO III - INTERNET: COMEÇO, MEIO E FIM

Para se compreender as possíveis maneiras da internet interferir positivamente na construção de um ambiente de comunicação capaz de contribuir com a democracia, com a Comunicação Pública e com a cidadania, se faz necessário verificar o que ela é e como opera. Conforme Lévy e Lemos (2010), a sociedade da informação e a internet já são realidades mundiais. As comunidades, redes sociais, os ativistas políticos, manifestantes e toda uma gama de indivíduos em busca de seus direitos de cidadãos já utilizam a internet corriqueiramente em favor de suas causas.

Assim sendo, é possível afirmar que a internet contribui para a consolidação da democracia e da cidadania, já que vários exemplos nesse sentido são verificáveis com relativa frequência. O que este capítulo tentará demonstrar são as características intrínsecas à internet que propiciam este movimento e a evolução dessa ferramenta até chegar à sua atual configuração. Além disso, promoverá a discussão sobre como é possível intensificar seu papel de promotora da cidadania e de Comunicação Pública, tomando como exemplo principal o Movimento Contra Corrupção.

Em tempo, é importante esclarecer alguns aspectos sobre o título deste capítulo para contribuir na compreensão dos termos e conceitos empregados no decorrer deste trabalho. A utilização da expressão 'começo, meio e fim' da internet não corresponde a uma cronologia, até mesmo porque seria inapropriado estipular um fim para uma ferramenta que está em franca expansão e vivenciando um momento histórico de suma importância para o seu ciclo.

Dessa forma, o 'começo' da internet é o único termo empregado no título que possui, de fato, um viés temporal, pois pretende-se esclarecer alguns aspectos referentes ao seu histórico. Isso porque, conforme Castells "a produção de uma determinada tecnologia num momento histórico condiciona o seu conteúdo e as utilizações que se fazem dela no seu desenvolvimento futuro. A história da internet serve para compreender a sua evolução posterior" (CASTELLS, 2004, p.25).

O 'meio' remete à discussão sobre o fato de a internet ser, ou não, um meio de comunicação. Isso se dá porque a internet tem particularidades em relação aos demais meios de comunicação que demandam ponderações ao se tentar enquadrá-la como um meio propriamente dito ou como uma plataforma de comunicação que abrange vários meios. Rodrigues (1990 *apud* STASIAK, 2009) define meio como um subsistema incumbido de efetivar determinadas funções sociais, como vigilância e entretenimento, por exemplo. O

campo dos mídia como mobilizador do debate público e da produção de sentido entre os campos sociais. Nessa perspectiva, a internet poderia ser enquadrada como meio de comunicação. Já Barbero (2004 *apud* STASIAK, 2009) traz a definição de meio como ponto onde se faz e se refaz a cultura das maiorias. Nesse sentido, a internet já apresenta uma possibilidade divergente, uma vez que, além da cultura das maiorias, a infinidade de conteúdos disponíveis por meio dos diversos canais propicia espaços de representação de todo tipo de culturas, inclusive as minoritárias, o que afastaria a internet do enquadramento enquanto meio.

Enquanto Castells (2004) afirma que a internet é um meio de comunicação que permite, de forma inédita, a comunicação de muitos para muitos, sem limitações temporais e espaciais, Vilches (2001) defende que a internet seria composta por vários meios de massa, de acordo com a utilização pelos seus usuários.

Pelo contexto com que a internet vem sendo tratada neste trabalho, foi assumida a terminologia 'plataforma de comunicação' para que ela seja entendida de uma forma plural. De fato, é possível ter acesso a quase todos, se não todos, os demais meios de comunicação através da internet. Assim, a internet ser definida como um único meio poderia limitar a amplitude do seu campo de atuação. Dessa forma, a utilização eventual do termo 'meios' se faz também correta, visto que comporta a abrangência da internet de forma a levar em conta a sua amplitude.

Já o 'fim' empregado no título se refere às possíveis finalidades que a internet possui. Dessa forma, este capítulo irá analisar as aplicações que os usuários têm reservado à rede, quais são as possíveis evoluções para as práticas atuais, quais as diferenças substanciais de utilização da internet em relação aos meios de comunicação de massa tradicionais e como esta plataforma pode contribuir na busca dos indivíduos pela construção de sua cidadania.

Também para dirimir questionamentos no decorrer do trabalho, é importante explicitar o motivo da utilização da grafia da palavra 'internet' dessa forma, sem o 'i' maiúsculo. Tal opção, além de seguir as tendências atuais, se deu pelo fato de a grafia com o 'I' maiúsculo dar a entender que se trata de um nome próprio, ou seja, o nome dado ao projeto, assim como já fora Arpanet. No entanto, pelo uso e aplicação do termo corriqueiramente, a internet já teria se transformado em um substantivo, justificando, portanto, o abandono da grafia com letra maiúscula.

Por fim, para esclarecer a distinção entre os termos empregados no decorrer do trabalho, cabe ressaltar a diferença básica entre internet e *world wide web* (www). Apesar de

esses termos serem frequentemente empregados como sinônimos, a *world wide web* corresponde à parte mais importante da internet, mas não à sua totalidade. Somente a *www* utiliza o HTML (*HiperText Markup Language*), que é a linguagem hegemônica que permite os *hiperlinks* que redirecionam os usuários para as páginas na internet. Pela sua interface e pela padronização, o HTML é utilizado para a criação da grande maioria das páginas na rede, pois outras linguagens que permitem hipertexto e hipermídia ou são muito complexas ou têm uma compatibilidade reduzida. Outros serviços disponíveis na internet que não fazem parte da *world wide web*, como o FTP e o mIRC, não permitem os hipertextos.

Após estas considerações iniciais, cabe dar início à discussão de como os meios de comunicação estão inseridos no processo de construção da cidadania dos indivíduos e o que a internet trouxe de novo dentro dessa conjuntura de luta por espaços, visibilidade e voz.

3.1 AS CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DA REDE

Ao trazer à tona a discussão sobre o papel dos meios de comunicação como ferramenta de Comunicação Pública, enquanto intermediário entre o cidadão comum e o Estado, é importante conhecer melhor algumas características desses meios.

Pare se evitar a atribuição de um possível maniqueísmo entre os meios novos e antigos é imprescindível ressaltar que, conforme Burgess e Green (2009), o que se vivencia hoje não é um rompimento histórico radical. Apesar da turbulência verificada e alardeada por críticos aos novos meios, o momento é de adaptação e convergência. Segundo os autores, a retórica da revolução digital dava a entender que a nova mídia iria substituir por completo a antiga, mas o YouTube é dado como exemplo de uma cultura de convergência, pois há uma evidente colaboração entre a mídia corporativa e o público. É comum o YouTube ser utilizado como uma extensão dos canais de TV, uma vez que nas emissoras de televisão os programas seguem uma grade com horários fixos e nem sempre coordenados com a disponibilidade dos receptores. Vários programas de canais de TV aberta, como o Fantástico, da Rede Globo de Televisão, e o CQC, da Rede Bandeirantes, direcionam seus espectadores para conteúdos adicionais dos programas na *web*. Outro exemplo claro dessa convivência entre os meios é o serviço de *streaming*, onde os usuários pagam uma assinatura mensal para assistir a filmes, séries e programas. Entre o conteúdo disponível, boa parte é produzida por redes de televisão,

que vendem para empresas como a Netflix e a NetMovies os direitos de reprodução de seus programas.

Segundo Vilches (2001), o conteúdo é a chave do novo planeta digital que se constrói pela convergência dos meios. Não há uma predefinição de qual é a mídia mais apropriada para disseminação dos conteúdos, ainda que diversas particularidades dos meios, que ainda serão tratadas neste trabalho, os tornem mais ou menos apropriados para cada aplicação específica.

Lévy e Lemos (2010) também afirmam que o sistema de comunicação de massa não vai acabar, pois é muito importante em aspectos cruciais, como formação do público e criação de um sentido de comunidade de pertencimento local. Castells (2004) também exemplifica um outro uso predominante dos meios massivos em relação aos meios pós-massivos: as campanhas políticas. Segundo o autor, durante as campanhas eleitorais, a televisão, o rádio e a imprensa seriam os meios de comunicação preferidos pela sua adequação ao modelo 'de um para muitos', que atingiriam, dessa maneira, um público maior.

Castells (2004) acredita que a internet estaria em um caminho voltado para a afirmação de seu caráter específico como meio de comunicação, lançando mão de sua própria lógica e linguagem ao invés de convergir com as outras mídias. De fato, ainda que os meios de comunicação de massa encontrem locais específicos que justificam a sua coexistência com os novos meios de comunicação, existem ponderações que devem ser feitas em relação a algumas particularidades que fazem os meios tradicionais inaptos a algumas aplicações necessárias. Tal inaptidão impede uma convergência absoluta, sem espaços para as particularidades dos meios, e contraria as previsões de Negroponte (1995), quando afirma que no futuro não haverá qualquer divergência entre as indústrias produtoras de televisores e computadores. Aparentemente, o caminho parece ser de uma convergência parcial, mas com uma coexistência entre os meios.

Primeiramente, é notório que, por oferecer uma quantidade limitada de conteúdos, o rol de escolhas possíveis por parte dos receptores dos meios tradicionais é relativamente limitado. Além disso, conforme Lévy, as mídias de massa como a imprensa, o rádio, o cinema e a TV aplicam a linhagem cultural do universal totalizante iniciado pela escrita. Com isso, as mensagens são veiculadas de forma a encontrar o 'denominador mental comum' dos receptores (LÉVY, 2000a, p.116), nivelando as mensagens 'por baixo' para captar os indivíduos no mínimo de suas capacidades interpretativas. Ainda que se deva relativizar tais afirmações do autor, uma vez que existem várias exceções a esta regra, pelo menos no que

tange à TV isso vem ocorrendo de fato e as grades de programações da TV aberta, repleta de programas de qualidade duvidosa, são provas disso.

Negroponete (1995) defende também que a TV seria um exemplo de veículo onde toda a inteligência necessária se encontraria no ponto de origem. Isso porque, segundo o autor, o transmissor determina tudo e o receptor tem o papel de apenas receber o que lhe é enviado. A imprensa escrita também operaria de forma semelhante. Contudo, o seu formato já permitiria um pouco mais de liberdade, uma vez que possibilita o consumo do conteúdo de diferentes formas, por pessoas diferentes e em momentos diversos.

Outra característica dos meios de comunicação tradicionais apontada por Lévy (2000b) é a falta de suporte à sociedade no sentido de contribuir com a elaboração coletiva de solução para os problemas sociais. Para o autor, os espectadores desses meios não notariam a presença uns dos outros e não promoveriam trocas de experiências, debates e negociações, um exercício imprescindível para a implementação da Comunicação Pública. Tais debates e negociações são possibilidades reais na rede e podem ser apontados como fatores determinantes no grande número de seguidores de páginas como o Movimento Contra Corrupção.

Com tais lacunas apresentadas pelos meios de comunicação tradicionais, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) mudaram a forma das pessoas se comunicarem e impactaram as outras mídias convencionais. Segundo Ferrari (2010), as mudanças são enormes e profundas e muitas delas ainda nem foram assimiladas pelos veículos. Isso porque as tendências de comportamento e consumo na rede são heterogêneas e podem mudar rapidamente, o que torna complexa a distinção entre os modismos e as tendências.

Segundo Massimo Di Felice (2008 *apud* MAINIERI e RIBEIRO, 2011), a humanidade já teria passado por três grandes revoluções comunicativas. A primeira foi a passagem da sociedade oral para a escrita. A segunda, a invenção da prensa de Gutemberg. Já a terceira revolução estaria ligada a massificação da cultura pelos meios de comunicação. O ponto em comum entre essas revoluções foi a possibilidade de alcançar cada vez mais público a um custo menor e em menos tempo. A humanidade estaria vivenciando a quarta revolução, que é a implementação das tecnologias digitais como a internet. Nesta quarta etapa, surgem novas formas de as pessoas se comunicarem. A comunicação se torna um processo de fluxo que acaba com as distinções entre receptores e emissores, estabelecendo outros modelos de interação.

Nesse processo, até mesmo os meios de comunicação de massa, responsáveis pela terceira revolução apregoada por Felice, se adaptam para fazer parte da quarta revolução. Jornais, emissoras de rádio e de televisão publicam e emitem quase todo o seu conteúdo pela internet. Dessa forma, todas as mídias podem ser acessadas a qualquer hora e local, requerendo para isso apenas o acesso à rede. Tal fato influencia inclusive nas formas de produção e distribuição dos conteúdos, pois é preciso adaptar tudo à forma de difusão via internet.

Com a coexistência das mídias tradicionais e das novas mídias, algumas diferenças ficam ainda mais evidentes. Nesse sentido, Ferrari enaltece o fim da dicotomia entre produtores e consumidores e a determinação de papéis estáticos, além do modelo emergente com as novas mídias que substitui a comunicação um-todos pela possibilidade de "muitos falarem com muitos e muitos responderem de volta" (FERRARI, 2010, p.33).

A autora também ressalta a nova configuração das informações com o advento das mídias eletrônicas. Com a possibilidade de correlações entre conteúdos diversos por meio de *hiperlinks* e conteúdos adicionais, o caráter unívoco das informações fica descaracterizado frente a múltiplos significados e leituras possíveis.

Burgess e Green (2009) afirmam que, com o advento da internet, a opinião pública representada pelas mídias de massa se tornou muito menos hegemônica do que anteriormente, uma vez que na atual conjuntura existe uma ampla gama de perspectivas divergentes sobre os assuntos em pauta. Como consequência, cria-se um espaço propício ao debate.

Embora a coexistência das mídias novas e antigas seja completamente factível, isso não significa dizer que não exista uma influência de uma para com a outra, como se ambas funcionassem independentes. Vilches (2001) aponta vários efeitos que o advento da internet provocou na TV. Tradicionalmente, as grandes mídias foram centrais de produção e difusão estáveis. Contudo, com o advento da internet, a audiência da televisão teria começado a diminuir e os espectadores, como uma das consequências disso, foram se tornando uma grande massa migratória. Para minimizar esse efeito tão prejudicial ao meio, os canais teriam começado a utilizar subterfúgios como a sincronização dos intervalos comerciais, a conversão dos conteúdos em espetáculos para a família e alterações nas formas de produção, antes artesanais e agora feitas às pressas para suprir as demandas por novidades frequentes. Outro ponto referente à produção suscitado pelo autor é o formato das produções. Até os anos 1990 a produção era feita para a televisão. A partir de então toda produção teria passado a ser

multimídia e multiformato, justamente para poder ser emitida pela internet e ser vista em computadores, *tablets* e *smatphones*.

Vilches (2001) enumera também as diferenças estruturais da internet em relação à TV:

- a) As conexões em tempo real, entre usuários e redes de informação, passam a ser universais;
- b) O controle das informações deixa de ser feito a partir de um único centro;
- c) As redes de internet aceleram a circulação de mercados e produtos do conhecimento, ao invés do domínio exclusivo do espetáculo e da informação, como seria na TV;
- d) A internet vai na contramão do processo de privatização e encarecimento dos mercados de televisão, tornando-se cada vez mais barata e aumentando a qualidade da conexão;
- e) As atividades de informação e comunicação na internet seriam úteis para o mercado;
- f) A quantidade substancialmente maior de conteúdos disponível na rede aumentaria o acesso popular à comunicação;
- g) A facilidade de acesso aos conteúdos através da internet possibilitaria, mais do que a TV, a instrução dos usuários;
- h) Os conteúdos difundidos pela rede não dependem, necessariamente, de interesses econômicos e;
- i) Formam-se novos grupos de acesso às redes, não incluídos no conceito de audiência generalizada.

Além desses nove pontos destacados, Vilches ainda ressalta que a internet não possui as limitações tecnológicas e sociais que caracterizavam a televisão, uma vez que não há interferências entre o emissor e o destinatário.

Ainda em relação às divergências entre os meios, no que tange aos conteúdos veiculados, Lévy (2000a) afirma que a TV e a imprensa são instrumentos de manipulação e desinformação mais eficazes do que a internet, uma vez que nesses meios não há a possibilidade de respostas nem o confronto entre opiniões divergentes. Para o autor, a televisão estabelece uma impossibilidade de agir e não permite uma comunicação entre aqueles que recebem o mesmo conteúdo, enquanto o ciberespaço¹² abriga negociações sobre significados. O crescimento desse ciberespaço seria resultado do anseio de jovens em experimentar formas de comunicação divergentes das mídias clássicas.

¹² A palavra "ciberespaço" foi criada por William Gibson, em 1984, em seu livro "Neuromante". Lévy (2000a) a define como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores

É notório que em sua defesa irrestrita dos novos meios de comunicação, Lévy acaba por imputar à TV papéis que não lhe cabem, como se esta fosse dotada de um poder absoluto. Sua crítica quanto a TV estabelecer uma impossibilidade do agir é prova disso. O que ocorre de fato é que a TV não funciona como uma ferramenta de mobilização social tal como a internet tem sido utilizada. Da mesma forma, a negociação de sentidos não ocorre por meio da TV, o que não impede que discussões sejam estabelecidas fora dela. A cobertura da TV nas manifestações ocorridas no Brasil em 2013, por exemplo, foi responsável por levar ao conhecimento de vários espectadores os eventos e manifestações que estavam acontecendo. Tal conhecimento possibilitou que as pessoas debatessem o assunto, seja em interações dentro de seus ciclos de relações, seja por meio da internet, em páginas como o Movimento Contra Corrupção.

Ainda em relação às diferentes formas de consumo dos meios de comunicação novos e clássicos, Lemos e Lévy (2010) afirmam que na TV busca-se veicular tudo aquilo que presume-se atrair grandes massas de audiência, enquanto na internet são postados conteúdos de toda uma diversidade cultural que se tornam acessíveis para os grupos e nichos específicos. Não haveria, portanto, a preocupação em atingir grandes audiências, mas sim de suprir nichos, no movimento chamado por Chris Anderson (2006) de 'cauda longa', que corresponderia à oferta de uma grande quantidade de conteúdos voltados para públicos específicos. Os conteúdos passam a ser buscados e consumidos pelos usuários dentro de uma gama de opções disponíveis na rede e não mais pela definição da grade da TV.

Lemos e Lévy (2010) apontam que a principal vantagem da internet em relação às mídias de massa é que ela permite a cada um se expressar sem precisar passar por nenhum *gatekeeper*¹³, seja jornalista, seja qualquer outro tipo de mediador.

Segundo Castells (2004), cada meio específico passou a desempenhar seu papel: a TV como fonte de entretenimento, o rádio como companheiro e a internet para satisfação do interesse por conteúdos específicos. Isso reforça a teoria de que os meios clássicos não vão acabar. Cada um continua desempenhando funções específicas e importantes que não se esgotam nessas pontuações de Castells. A convivência entre os meios não só é possível como é necessária. A internet veio agregar o rol de comunicações possíveis. Isso foi importante principalmente no sentido de retirar das mídias de massa a uniformidade dos discursos e o monopólio na formação da opinião pública, conforme será tratado adiante.

¹³ O *gatekeeper* é aquele que seleciona o conteúdo que será divulgado de acordo com o seu valor. Tem o papel, portanto, de determinar a quais notícias o público terá acesso através dos meios de comunicação.

Após esta discussão sobre as principais diferenças entre os meios clássicos e a internet é importante entender o contexto de criação específico da rede mundial de computadores para que se possa compreender a sua evolução até os dias atuais e as novas possibilidades oferecidas.

Como condição para a existência da internet, os primeiros computadores surgiram na Inglaterra e nos Estados Unidos em 1945. Segundo Lévy (2000a), as primeiras máquinas eram destinadas ao uso militar, para cálculos científicos. O uso entre os civis teria começado a se disseminar somente durante a década de 1960, mas a grande virada para a popularização dos computadores teria se dado na década de 1970, a partir do desenvolvimento e comercialização dos microprocessadores. Com essa tecnologia tornou-se possível a criação de máquinas cada vez menores, o que culminou na invenção dos *Personal Computers* (PCs), ou computadores pessoais.

Castells (2004) atribui a origem da internet à Advanced Research Projects Agency (ARPA), agência criada em 1958 pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos com o intuito de alcançar a superioridade tecnológica militar sobre a União Soviética. Esta agência foi responsável pelo desenvolvimento da ARPANET, uma rede de computadores destinada a repartir o tempo de trabalho *online* dos computadores entre diversos centros de informática interativa e grupos de investigação da ARPA.

O objetivo inicial da agência seria o de implantar uma rede capaz de sobreviver a um ataque militar. No entanto, Castells afirma que este jamais teria sido o verdadeiro intuito por trás da ARPANET. Ela teria sido idealizada e desenvolvida por um grupo de informáticos que tinham por intuito, muito além dos objetivos militares, o desejo de "mudar o mundo através da comunicação entre computadores" (CASTELLS, 2004, p.36)

A primeira demonstração com êxito deste projeto se deu em 1972. O passo seguinte foi conectar esta rede a outras, também desenvolvidas pela ARPA, a PRNET e a SATNET. Para tanto, foi criado o protocolo TCP/IP, utilizado ainda hoje. Durante a década de 70 houve uma popularização da rede em institutos de pesquisa e no meio acadêmico. Em 1982 a ARPANET passou a ser conhecida como internet, mas somente em 1990 foi lançado o primeiro serviço comercial via linha telefônica de acesso à internet. Em 1990 surgiu a *World Wide Web* (www), um sistema que facilitou sobremaneira a navegação pela internet e permitiu a popularização dessa plataforma entre os usuários comuns. A www, criada por Tim Benners Lee, permitia tirar e introduzir informação de e em qualquer computador ligado por meio da internet. Segundo o cientista criador da *World Wide Web*:

A finalidade última da *web* é ajudar a melhorar a 'teia' de nossa existência no mundo. Nós nos agrupamos em famílias, associações e empresas[...] O que acreditamos, endossamos, aceitamos é representável e, cada vez mais, representado na web. (LEE *apud* ERCÍLIA, 2000, p.7)

Verifica-se que, como instrumento de comunicação e ferramenta para fins de busca de informação e uso popular, a internet começou a ser utilizada somente a partir da década de 1990. É a partir desse marco do surgimento da *World Wide Web* que o meio começou a se desenvolver como instrumento pessoal de comunicação, conforme verificado hoje. Em consequência deste avanço surgiram os *browsers*, como o Netscape, em 1994, e o Internet Explorer, em 1995. Para demonstrar a rápida evolução da rede a partir da criação da *www*, Ferrari (2010) informa que em 1993 existia 1,7 milhão de computadores conectados em todo o mundo. Já no ano de 1997, este número havia saltado para 20 milhões de máquinas, crescimento de 1.176% em apenas quatro anos, segundo o guia *Computer Industry Almanac*¹⁴, divulgado em 1998.

Outra importante evolução para entender a conjuntura de comunicação midiática atual foi o surgimento da Comunicação Mediada por Computador (CMC). Segundo Lemos e Lévy (2010), a CMC surgiu na década de 1970, nos Estados Unidos. Algumas instituições universitárias, pesquisadores e alunos começaram a trocar mensagens pela rede através de e-mails e listas de discussão. Estas formas de comunicação foram as precursoras das mídias sociais, que ainda serão discutidas posteriormente. Castells (2004) considera esta etapa dos usos da internet como uma nova era da comunicação livre e a realização pessoal nas comunidades virtuais.

Entre o final dos anos 1980 e começo dos anos 1990 começaram a surgir as tecnologias digitais, em substituição à tecnologia analógica. A possibilidade de traduzir praticamente qualquer tipo de conteúdo por meio de códigos binários compostos por 'zeros' e 'uns' acabou por se traduzir na infraestrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, sociabilidade, organização e conhecimento, conforme Pierre Lévy (2000a).

Como a tecnologia continuou a evoluir no decorrer desses anos, desde o surgimento da internet, houve um aumento exponencial da capacidade de processamento dos equipamentos. Concomitantemente, houve uma baixa contínua nos preços, além de investimentos de forma a tornar a interface mais facilmente manuseável pelos usuários comuns. Isso permitiu um

¹⁴ Disponível em <http://c-i-a.com/pr_info.htm> Acesso em 13 abr. 2013

avanço no sentido de inclusão tecnológica, mas ainda aquém do necessário para democratizar o acesso aos meios, conforme será discutido ao final deste capítulo.

A disseminação da internet no Brasil se deu com alguns anos de atraso. Segundo Ercília (2000) o primeiro acesso à internet no Brasil se deu apenas em 1991, e apenas em 1994 entraram em funcionamento os primeiros servidores e *sites*. O número de 2 milhões de usuários da rede no Brasil só teria sido atingido no ano de 1998. Segundo Lemos e Lévy (2010) o Brasil estaria entre os 10 países como maior número de usuários, embora isso se deva em grande parte ao contingente populacional do país, já que a taxa de penetração seria pequena, mesmo se comparada a outros países latino-americanos. Outra característica marcante entre os internautas brasileiros é a ampla participação nas redes sociais e na produção de informação. Os autores afirmam também que os brasileiros ficam mais tempo *online* por mês e utilizam com mais frequência as ferramentas de computação social. Segundo pesquisa do IBOPE/NetRatings¹⁵ apontada pelos autores, em maio de 2008, 18,5 milhões de brasileiros navegaram em *sites* relacionados a comunidades virtuais, número que, somado aos *fotologs*, *videologs* e mensagens instantâneas representa 90% do total de usuários no Brasil.

Tais usos da internet ajudam a compreender o surgimento de movimentos pela rede como o MCC, uma vez que a quase totalidade dos internautas estão disponíveis e interessados em estabelecer interações via rede, o que torna a internet um local propício para deliberações sobre os mais diversos temas. Somente o Facebook, local onde está hospedado o principal canal de comunicação do MCC, possuía, em julho de 2013 1,15 bilhão de usuários ativos por mês¹⁶. Ainda segundo dados do próprio Facebook, o número de brasileiros cadastrados no *site* neste período era de 76 milhões, o que o coloca como o segundo país com maior número de usuários em números absolutos, atrás apenas dos Estados Unidos. O crescimento do número de usuários brasileiros entre fevereiro de 2011, quando o Facebook abriu um escritório no Brasil, e julho de 2013, data de publicação da pesquisa, atingiu 660%.

Diversos dados como os supracitados dão a entender que a universalização do acesso é uma questão de tempo. Lemos e Lévy (2010) afirmam que o percentual de conectados à internet nos países desenvolvidos ultrapassou o percentual de 50% em 2010, sendo que em 1990 era menor do que 1% em todos os países. Em 2007 cerca de 20% da população mundial

¹⁵ Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=cald&comp=IBOPE//NetRatings&docid=DF1CAE890B4D16F88325746D00604588/>> Acesso em: 15 abr. 2014

¹⁶ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/facebook-alcanca-marca-de-76-milhoes-de-usuarios-no-brasil>> Acesso em: 25 abr. 2014

estava conectada¹⁷. Desde então este número vem crescendo mais rapidamente em países em desenvolvimento do que onde a penetração da internet já é intensa. Em 2012, segundo pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet (CGI)¹⁸, o número de brasileiros que havia acessado a internet nos últimos 3 meses ultrapassou pela primeira vez o número de pessoas que jamais havia acessado a rede: 49% a 46%.

Todos estes dados referentes à concepção e evolução da internet até este período de popularização ajudam a compreender também algumas de suas características marcantes. Tais aspectos referentes a esta plataforma facilitam a avaliação do papel que a internet tem desempenhado hoje em relação à Comunicação Pública e à cidadania, por meio de exemplos marcantes como o objeto de estudo deste trabalho.

Pela incipiência desse novo espaço de comunicação, Lévy (2000a) defende que cabe à sociedade a exploração das suas potencialidades mais positivas, nos aspectos econômico, político, cultural e humano. É importante que se reconheça as mudanças qualitativas que a internet provoca e necessário que os indivíduos se ajustem para aprender a lidar com essa nova realidade. A velocidade de mudanças tecnológicas na atual conjuntura é tão intensa que mesmo os indivíduos com considerável conhecimento técnico têm dificuldades em acompanhar.

Com tantas mudanças em curso, não existe forma e/ou local específico para alcançar os conhecimentos e informações desejadas. O imprescindível é que os conteúdos estejam disponíveis e de forma tempestiva. Segundo Lévy (2000b), a cultura da rede ainda não está estabelecida. Seus meios técnicos ainda estão no início de seus usos. Isso denota que o processo ainda está em curso e que, possivelmente, muitas mudanças ainda se verificarão. Corroborando com esta ideia, Gil Torquato (2009 *apud* FERRARI, 2010), diretor corporativo e de Relações Institucionais do UOL, afirmou que, ainda hoje, vivemos em uma rede de iniciantes e iniciados.

Uma particularidade em relação aos iniciados nessa nova plataforma de comunicação é a possibilidade de suas participações efetivas na produção de tecnologia. Castells (2004) chega a afirmar que o caráter aberto da arquitetura da internet é a sua principal força, pois promove uma auto-evolução e permite que utilizadores se convertam em produtores de tecnologia e configuradores da rede.

¹⁷ Disponível em: <<http://internetworldstats.com/stats.htm/>> Acesso em 25 abr. 2014.

¹⁸ Disponível em: <<http://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/20/pela-1-vez-numero-de-internautas-supera-o-de-pessoas-que-nunca-acessaram-a-rede-diz-estudo.htm>> Acesso em 25 abr. 2014.

Conforme já discutido, a popularização da internet vem diuturnamente arregimentando mais usuários, o que tende a equilibrar os perfis dos mesmos. Lemos e Lévy (2010) afirmam que o percentual de jovens conectados ainda é bastante superior ao de idosos, por exemplo, mas como a primeira geração nascida com internet banda larga em casa logo atingirá a idade adulta, o tempo irá corrigir esta discrepância. A diferença entre gêneros, que no início da internet tinha algum peso, uma vez que a quantidade de homens com acesso era bem superior, já pode ser ignorada, pois já se verifica um equilíbrio neste aspecto.

Isso demonstra que qualquer potencialidade que a internet tenha ou venha a ter logo será acessível a uma quantidade substancialmente maior de pessoas e sem a necessidade de direcionamentos relacionados a dados demográficos. Conforme afirma Raquel Recuero (2012), as audiências na internet são invisíveis por princípio. Isso porque, como não há a interação face a face, já que a comunicação é mediada por computador ou outro dispositivo eletrônico, não se sabe ao certo quem receberá o conteúdo divulgado. Além disso, ainda há a possibilidade de os usuários disporem de troca de identidades que, antes da internet, só era permitido aos atores. Contudo, Castells (2004) afirma que esse jogo de papéis, apesar de ser apresentado como prática corriqueira na internet, quase nunca é utilizado e estaria restrito a círculos de adolescentes.

Assumir a identidade junto à rede colabora com um processo importante para a consolidação ainda maior da internet: a credibilidade dos conteúdos postados. Ferrari (2010) divulga uma pesquisa feita pelo Instituto Vox Populi, em 2009, onde foi medido o grau de credibilidade dos meios de comunicação. A internet ficou em segundo lugar (8,20 pontos de 10,00 possíveis) ficando ligeiramente atrás do rádio, primeiro colocado com 8,21 pontos. Contudo, a TV ainda figurava como principal meio de informação, com 55,9% frente aos 20,4% da internet, segunda colocada.

Lévy (2000a) afirma que embora nenhuma autoridade central garanta o valor das informações disponíveis na rede, os *sites* tendem a ser mantidos por pessoas e instituições que assinam suas contribuições. Os nomes dessas pessoas e instituições e seu respeito junto ao público emprestam sua credibilidade à internet. Assim, o conteúdo divulgado pelo Movimento Contra Corrupção tende a obter credibilidade junto ao público na mesma medida em que o movimento é tomado como algo sério, com uma causa de interesse público e voltada para a denúncia e discussão de problemas que afetam a cidadania dos indivíduos. É presumível que quase a totalidade das centenas de milhares de seguidores do MCC o tomem como uma fonte

importante e confiável de informações, pois optaram voluntariamente por seguir a *fan page* do movimento.

Uma importante característica da internet que tem se verificado é a inclusão cada vez maior de culturas e variedades na rede. Isso leva a inferir que ela tem se tornado cada vez mais universal e, conseqüentemente, menos totalizável. Vilches (2001) afirma que a internet seria o primeiro projeto humano em forma de rede que busca reunir todas as formas de expressão humanas em uma única arquitetura comunicativa.

Esta interconexão de pessoas e conhecimentos é apresentada por Lévy (2000a) como um dos três elementos necessários para se concretizar a cibercultura, juntamente com o desenvolvimento de comunidades virtuais, que por vezes é até consequência da interconexão, e a intensificação da inteligência coletiva¹⁹.

Para que qualquer um dos elementos apontados acima ocorra é necessária a troca de informações e experiências entre os indivíduos por meio de dispositivos conectados a internet, ou seja, o uso de CMC. A conversação virtual é apontada por Recuero (2012) como uma das primeiras formas de CMC. Tais conversações dependem de um contexto comum entre os interagentes e tendem a utilizar uma linguagem mais informal.

A partir das conversações mediadas por computador evidencia-se outra importante característica da rede mundial de computador, a multimodalidade. Os conteúdos postados em determinada mídia social têm possibilidade de serem divulgados em diversos outros *sites*, gerando, dessa forma, uma migração da conversação. Isso é intensificado pela predileção do internauta brasileiro pelas redes sociais online. Segundo pesquisa do Ibope Nielsen Online de dezembro de 2009, divulgada por Ferrari (2010), 80% dos internautas brasileiros acessam diariamente pelo menos uma mídia social. A pesquisa divulgou também que se tivessem apenas 15 minutos para navegar, a maioria dos brasileiros acessaria uma rede social.

Todas essas formas de acesso às novas mídias vêm demonstrar que novas formas de consumo, produção e distribuição de informação vêm sendo instauradas na atualidade. Segundo Negroponte (1995), boa parte das informações divulgadas tem sido distribuída sob a forma de bits, ao invés de átomos. Ou seja, os conteúdos antes distribuídos de forma física, ou átomos, têm sido digitalizados e transmitidos eletronicamente, sob a forma de bits. Dessa forma, imagens, sons, textos e dados de todo tipo vêm sendo produzidos diretamente sob a

¹⁹ Lévy define Inteligência Coletiva como "uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências" (LÉVY, 2000b, p.28)

forma digital e os demais conteúdos convertidos para este formato. Ferrari (2010) aponta que os conteúdos digitais, ao contrário da comunicação escrita que se encerra no momento da impressão, amplia as possibilidades de leituras diferentes, além de permitir que o usuário assuma o comando e guie a interação de forma a ter um conteúdo personalizado à sua disposição.

Lévy (2000a) questiona a maneira absoluta com que Negroponte defende a transformação dos átomos em bits e se apoia no fato de que o comércio internacional de produtos físicos continua aumentando. Neste momento, cumpre saber que a digitalização dos conteúdos é um processo em curso e a forma com que estes conteúdos trafegam na rede gera uma substancial redução de recursos empregados. A existência física de determinadas ferramentas da rede chega a ser desconsiderada, como a localização física dos endereços virtuais, por exemplo. Não importa onde esteja o servidor que dá acesso a este recurso. O que importa é acessá-lo a qualquer tempo e em qualquer lugar.

Esse imediatismo que a cultura da internet trouxe para o ambiente da comunicação é representado, entre outras coisas, pelo fim das distâncias geográficas nas interações via rede. É perfeitamente possível receber, quase instantaneamente, informações provenientes de locais fisicamente localizados a milhares de quilômetros de distância. Quanto a esse fenômeno, Castells (2004) defende que a internet possui uma geografia própria, composta por redes e nós que processam fluxos de informação oriundos de diversos locais. Lemos e Lévy (2010) ressaltam, entretanto, que mesmo que as informações sejam recebidas e difundidas de qualquer lugar do mundo, a produção de sentido é processada localmente. Isso corresponde a dizer que, assim como será discutido posteriormente, a internet não substitui o 'mundo real', uma vez que aquilo que acontece localmente influi na percepção de todo o conteúdo acessado via rede.

A representação do tempo real, segundo Vilches (2001), já havia sido alcançada na TV com a CNN. O que ocorre de novidade com a internet é que agora é possível a conexão em tempo real entre os usuários das redes de informação de forma universal. E esse tempo pode ser estendido pelo período que os interlocutores quiserem, pois cada um pode tanto responder seu interlocutor de forma imediata, quanto esperar algum tempo para fazê-lo.

Para além desse atributo mais restrito à CMC, a internet ainda apresenta as características da buscabilidade e da replicabilidade, apresentadas por Recuero (2012). A buscabilidade garante que todos os conteúdos postados na rede sejam buscados e recuperados por meio das ferramentas propícias. Já a replicabilidade é observada a partir da possibilidade

de reproduzir conteúdos e armazená-los e/ou republicá-los em outros veículos e espaços. Todos esses atributos tendem a tornar os conteúdos perenes e revisitáveis, fazendo com que, assim como o espaço, o tempo na internet também seja tratado de forma específica e diversa das demais mídias. Hoje, com o advento das redes móveis, acessáveis via *smartphones* e *tablets*, é possível consumir, produzir e distribuir informação em movimento e a qualquer tempo, derrubando qualquer barreira temporal e/ou espacial que ainda pudesse existir.

Vilches (2001) afirma que as categorias temporais teriam passado de duas na TV: ao vivo e gravado, para quatro na internet: a comunicação assíncrona de um para um, como o e-mail, a comunicação assíncrona de muitos para muitos, como os fóruns, a comunicação sincrônica de um para um, poucos ou muitos, como os chats e a comunicação assíncrona sob demanda, como os serviços bancários.

A partir desse cenário, Lévy (2000a, p.239, 240) apresenta quatro novas potencialidades abertas pela interconexão geral e pela digitalização da informação:

- a) O fim dos monopólios da expressão pública: os cidadãos já podem ter acesso a meios técnicos que possibilitam a divulgação para grandes públicos a um preço baixo;
- b) A crescente variedade dos modos de expressão: as formas de se expressar no ciberespaço são muito variadas e as possibilidades tendem a crescer. As alternativas vão desde hipertextos até hiperdocumentos multimodais ou filmes digitais;
- c) A disponibilidade progressiva de instrumentos de filtragem e de navegação no dilúvio informacional: instrumentos de filtragem têm evoluído de forma a possibilitar, cada vez mais, uma rápida obtenção do que se busca e resultados mais precisos;
- d) O desenvolvimento das comunidades virtuais e dos contatos interpessoais à distância por afinidade: torna-se cada vez mais fácil encontrar pessoas a partir de seus endereços na rede e também por temas de interesse.

Todas essas potencialidades se mostram ligadas diretamente à liberdade que cada usuário tem dentro da rede, visto que é possível se expressar publicamente a um custo baixo, de formas variadas, utilizando instrumentos que otimizam e dão um maior controle aos usuários e os coloca em contato com pessoas com interesses em comum. Tal liberdade se reflete também na consideração de Ferrari (2010), que ressalta o fato de que no hipertexto cada leitor se torna também escritor pois, navegando no sistema, determina os caminhos e delinea o tipo de leitura. Também Vilches (2001) defende que no ciberespaço ocorre a eliminação da fronteira entre o autor e o leitor e o descentramento da escritura.

Em razão de toda esta liberdade e essa pretensa democracia disponível aos usuários, Vilches (2001) propõe que haja uma responsabilidade social compartilhada entre o poder público, os produtores e os usuários na gestão dos novos meios. Embora Morozov (2011) afirme que independente do tipo de regime político implantado em cada país, todos têm um projeto de controlar a internet, Negroponte (1995) afirma que a internet é um canal mundial de comunicação que combate a censura e tem um resultado ainda maior onde a rede está presente e a liberdade de imprensa não é amplamente respeitada. Segundo o autor não haveria, portanto, qualquer tipo de comando dentro da rede e, mesmo assim, tudo estaria funcionando muito bem.

A internet estaria configurada hoje, segundo Castells (2004), como um canal de comunicação horizontal, não controlado, de baixo custo e que proporciona a comunicação de um para um e de um para muitos. A partir dessas premissas, muitos autores tendem a especular sobre o futuro da internet ou o papel que desempenhará no curso dos acontecimentos. No entanto, tantos são os fatores a serem ponderados que torna-se impossível determinar os efeitos que a internet ainda provocará. Nesse sentido, Morozov (2011) afirma que os papéis da internet e as consequências de seu uso dependem do contexto de utilização e que isso normalmente é ignorado. Ainda assim, algumas aplicações são verificáveis e sugerem possíveis papéis da rede. Castells (2004), por exemplo, a atribui o papel de estrutura tecnológica da era da informação. Já Vilches (2001) percebe que existem visões concorrentes sobre as atribuições da internet. Os mais otimistas preveem que a rede trará uma sociedade mais livre e igualitária, com ampla liberdade de expressão, retirando das elites culturais seu poder hegemônico. De outro lado, existem os pessimistas que acreditam que a internet é apenas uma fase de adaptação do capitalismo e que trará ainda mais desigualdade no acesso às oportunidades e melhorias da qualidade de vida dos cidadãos.

Como não é possível determinar até que ponto cada uma dessas correntes tem razão, uma vez que a história ainda está em curso, torna-se imprescindível a observação atenta às implicações que a internet traz para a sociedade, ou que a sociedade traz para a internet. Isso porque, conforme Castells (1999), a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem as suas ferramentas tecnológicas, como é o caso da internet. Assim, segundo o autor, embora a sociedade não determine a tecnologia, ela pode sufocar seu desenvolvimento, sobretudo por meio do Estado. Ou seja, ainda que ferramentas como a internet sejam de suma importância para a sociedade, é esta quem detém o verdadeiro poder. Castells (2004) considera que a sociedade transforma a tecnologia através da experimentação.

A partir desse contato, ela modifica e se apropria dos meios tal como ocorreu com a internet, especialmente por ser uma tecnologia de comunicação.

As aplicações empíricas de determinadas tecnologias muitas vezes diverge dos usos imaginados em sua concepção. Lévy (2000a) afirma que enquanto especialistas discutem sobre as formas de uso de uma dada tecnologia, várias formas de utilização já se impuseram. Castells ressalta esta prática ao afirmar que a utilização de tecnologias de forma diferente do seu destino original seria "o maravilhoso da tecnologia" (CASTELLS, 2004, p.230). Essa aplicação das ferramentas são determinantes no que Castells (1999) chama de atual revolução tecnológica, uma vez que o que caracteriza esta revolução não é a quantidade ou a importância dos conhecimentos e das informações, mas sim o uso que se faz deles para geração de conhecimentos para comunicar a informação. A difusão da tecnologia amplifica substancialmente seu poder à medida que os usuários apropriam-se dela e a redefinem. Da mesma maneira, não é a quantidade de usuários que determina a influência da internet e sim a qualidade de sua utilização.

Segundo Lemos (2003 *apud* RECUERO, 2012), a apropriação é o produto do uso da tecnologia pelo homem, tendo duas dimensões, uma simbólica e uma técnica. A apropriação técnica corresponde ao aprendizado do uso da ferramenta, enquanto a simbólica compreende a construção de sentido do uso dessa ferramenta.

Segundo Castells (2004), tanto as aplicações das ferramentas, quanto a construção de sentido estão estreitamente relacionadas com o trabalho, a família e a vida dos utilizadores, pois são coisas indissociáveis. Ocorre assim uma influência mútua entre o ciberespaço e a vida privada, uma vez que, conforme o autor, a internet seria especialmente maleável justamente pelo uso social que se faz dela. Para Stasiak (2009), atualmente, a comunicação saiu do viés técnico e tornou-se centro de referência para a vida social, tornando-se responsável pela produção de grande parte dos sentidos que circulam na sociedade. Todavia, o sentido oposto também acontece e a vida privada acaba por interferir diretamente na forma com que as pessoas se relacionam com as ferramentas de comunicação disponíveis.

Vilches (2001) afirma que até mesmo os hipertextos são inter-referenciais, uma vez que dialogam entre si por meio de enlaces internos com toda a cultura do emissor. Recuero (2012) atesta que os computadores passaram a ser utilizados não mais como ferramenta de processamento de dados e de pesquisa, mas como uma ferramenta social, forma diversa da prevista em sua concepção. A CMC também seria um produto da apropriação social, gerada pelos sentidos que os indivíduos dão a essa ferramenta em seus cotidianos.

Dentro de todas essas apropriações, o espectador/leitor é a figura central no processo comunicativo, uma vez que é ele quem opta por iniciar e/ou dar segmento à interação e é também quem escolhe os *links* e a ordem das matérias. E a importância de seu papel não consiste apenas em determinar qual tipo de mensagem vai receber, mas também, ou principalmente, o que irá fazer com a mensagem. Até mesmo os avanços tecnológicos são determinados menos pelas ferramentas criadas do que pelos usos que se fazem delas.

Como a internet tem permeado praticamente todos os âmbitos da vida das pessoas, é natural que agentes políticos e movimentos sociais, como o MCC, busquem, cada vez mais, incrementar sua participação nesses espaços. Contudo, conforme já foi ressaltado, a rede é apenas um instrumento na expressão dos protestos sociais. Todavia, ainda que a centralidade de todo processo esteja, de fato, no usuário, conforme defendido pelos vários autores supracitados, somente com o advento da internet é que esses atores tiveram a ferramenta apropriada para dar curso às suas ações por meio de uma plataforma de comunicação. E esta plataforma, segundo Castells (2004), se adapta às características dos movimentos sociais que lançam mão de seus recursos. Tais movimentos, por terem acesso à emissão de conteúdos sem mediação por parte de grandes veículos, tornam-se mais uma fonte para formação da opinião pública e circulação de informações.

A influência mútua entre tecnologia e sociedade, ou sua indissociabilidade, conforme a supracitada afirmação de Castells, gera discussões a respeito de uma dicotomia entre vida real e vida virtual e as implicações de uma em relação à outra. A respeito desta discussão, Castells afirma:

Vivemos a cultura da virtualidade real. É virtual porque está construída principalmente através de processos virtuais de comunicação de base eletrônica. É real porque é a nossa realidade fundamental, a base material com que vivemos a nossa existência, construímos os nossos sistema de representação, fazemos o nosso trabalho, nos relacionamos com os outros, obtemos informação, formamos a nossa opinião, atuamos politicamente e alimentamos os nossos sonhos. Esta virtualidade é a nossa realidade. Isto é o que caracteriza a Era da Informação: é principalmente através da virtualidade que processamos a nossa criação de significado. (CASTELLS, 2004, p. 240)

Vilches (2001) afirma que, do ponto de vista filosófico e semiótico, não há separação entre a realidade e a construção simbólica, uma vez que o mundo baseia-se no consumo de signos.

Partindo desse princípio de que não existe uma separação explícita entre real e virtual, este trabalho apresentará alguns discursos dissonantes para ajudar a compreender o que justifica este debate. Para Vilches (2001), os meios de comunicação são extensões de nossos sentidos e, dessa forma, não podem ser classificados como verdadeiros ou falsos, assim como o ciberespaço, pois este seria um novo espaço de pensamento e de experiências humanas, formado pelos meios antigos e pelas novas formas de hiper-realidade.

Mesmo assim, algumas críticas em relação à internet dizem respeito ao espaço que a mesma ocupa, pretensamente invadindo indevidamente a esfera da vida privada. Castells (2004) critica a atribuição à internet de um efeito de isolamento e de uma perda de ligação dos utilizadores intensivos com o meio social, uma vez que pesquisas que defendem tais efeitos entram em contradição com a maior parte dos dados disponíveis. Todavia, o autor pondera que, em determinadas circunstâncias, o uso da internet pode substituir outras atividades sociais.

Já Vilches (2001) apresenta alguns efeitos da internet na vida dos indivíduos como consequência das opções selecionadas por cada um. Dessa forma, o autor aponta que os usuários da rede tendem a ser menos dependentes da cultura tradicional mas, como consequência, se tornam mais dependentes das relações interpessoais geradas na rede. Da mesma forma, Vilches aponta que aqueles que estão inseridos na rede desvinculam-se da sociedade, ao passo que aqueles que não estão inseridos se sentem desvinculados dos benefícios dessa rede.

Vilches (2001) ressalta que a carência de atividades sociais apartadas das mídias e a falta de atividades corporais e emocionais podem formar gerações com dificuldades de adaptação ao mundo real. Também questiona se a internet favoreceria a perda da identidade dos usuários já que os vínculos que os regulam na rede são diversos dos que regem a 'sociedade real'. Embora estes sejam problemas possíveis, os efeitos apontados, como a inaptabilidade ao 'mundo real' e/ou as crises identitárias, só seriam verificáveis caso a imersão dos indivíduos no 'mundo virtual' fosse absoluta, uma vez que relações estabelecidas fora do ciberespaço neutralizariam qualquer possível efeito do gênero.

Castells (2004) critica veementemente a ideia do isolamento social dos usuários da internet e da ruptura da comunicação social com a vida familiar, com indivíduos se escondendo no anonimato e praticando sociabilidades aleatórias em detrimento das interações face a face. Seu principal argumento reside no fato de que a oposição ideológica entre um passado idealizado, quando as comunidades locais viviam em plena harmonia, e o internauta

solitário é enganosa. Isso porque, além da incoerência da idealização absoluta das comunidades locais, o autor apresenta pesquisas que comprovam que a utilização do e-mail colabora para o incremento das relações sociais com amigos e familiares, além de estender os contatos sociais em geral. Castells afirma ainda que a internet é um meio eficaz para manter os laços sociais mais fracos. Cada indivíduo constrói a sua rede de relacionamentos *on* e *offline* de acordo com seus interesses, afinidades e projetos. Lemos e Lévy (2010) afirmam que as relações mantidas virtualmente tendem a incrementar as interações em geral entre os usuários, incluindo os encontros pessoais, reforçando, dessa forma, os vínculos entre as pessoas.

Outras críticas também são dirigidas à internet e devem ser devidamente avaliadas de forma a compreender melhor essa plataforma. Lévy (2000a) afirma, entretanto, que os principais críticos à internet não são aqueles excluídos de seus benefícios, que são os maiores afetados diretamente, mas os indivíduos cujas posições de poder, os privilégios e os monopólios encontram-se ameaçados pela rede.

Ainda assim, o autor aponta possíveis problemas advindos dos novos meios de comunicação: estresse pela comunicação diante da tela, vício no uso da internet, domínio de algumas potências econômicas sobre importantes funções da rede, exploração em alguns casos de teletrabalho e o que ele chama de 'bobagem coletiva' que envolve rumores, conteúdos inócuos, conformismo em rede etc.

Aparentemente, com exceção da questão do vício e da 'bobagem coletiva', todos os outros possíveis problemas não são mais do que replicações no ciberespaço de problemas corriqueiros vivenciados no 'mundo real'. A questão do vício é, de fato, algo que causa preocupação tal como todos os comportamentos obsessivos. É importante ressaltar que qualquer tipo de vício é prejudicial e a possível inaptidão social e isolamento suscitados advindos da internet seria também consequência de diversos outros tipos de obsessão.

Quanto à 'bobagem coletiva', à parte a questão da credibilidade que já foi tratada, chama a atenção a questão da qualidade do conteúdo. Harold Lasswell (*In*: COHN, 1987) já tinha essa preocupação de não dar atenção tão somente à falta de informação, pois a qualidade do conteúdo é tão ou mais importante que o acesso. Assim, o autor já criticava interpretações sensacionalistas e as formas de disponibilização dos conteúdos. A preocupação de Lasswell é válida e demonstra que esse é um problema antigo, de difícil solução e que afeta todos os meios.

Outro problema relacionado ao conteúdo na internet diz respeito ao excesso de informações disponíveis na *web*. A disfunção narcotizante, já definida no primeiro capítulo deste trabalho, é apontada por vários autores como um contratempo crítico verificável mais na internet do que em outras mídias. Recuero (2012) afirma que atualmente não há mais carência de informação nos meios, pois a internet supriu esta demanda. Contudo, como agora há um excesso de informação, o valor que se encontra escasso na sociedade passou a ser a atenção. Lemos e Lévy atribuem parte deste problema à ausência de especialistas para filtrarem os conteúdos, que agora seriam, na maior parte, de qualidade duvidosa. Ainda assim, os autores ressaltam que a liberdade e o acesso irrestrito às informações desejadas suplantam quaisquer tipos de contratempos relativos ao excesso de conteúdo na rede.

Vilches (2001) suscita também a questão do acesso desigual aos conteúdos da internet, da facilidade de acesso restrita a zonas geográficas específicas e do controle da informação. Este problema da exclusão digital, por ser talvez o mais grave advindo da internet, será tratado à parte posteriormente.

Evgeny Morozov (2011), um dos maiores críticos à internet, faz uma série de ponderações em relação à rede. Primeiramente, critica a expectativa de que, uma vez que os indivíduos de países comunistas tenham acesso à rede, qualquer tentativa de autoritarismo se tornaria insustentável. Isso porque, segundo o autor, mesmo com todo o potencial da internet, ela não tem força suficiente para garantir nada. É notório que, conforme já discutido, a internet é apenas uma ferramenta, ainda que de extrema importância, e que o verdadeiro poder se encontra nas mãos dos usuários. Contudo, já se acumulam episódios em que a internet serviu como espaço de ação de movimentos que conquistaram vitórias importantes. A chamada Primavera Árabe²⁰ é o exemplo mais significativo e o Movimento Contra Corrupção também pode ser tomado como um bom exemplo de conquistas sociais por meio da rede. Assim, Morozov tem razão ao afirmar que o potencial da internet não garante nenhuma conquista, mas não é menos correto afirmar que seu potencial já foi explorado habilmente de forma a melhorar as condições dos cidadãos em diversas circunstâncias.

Morozov acredita também que a internet não favorece mais o oprimido do que o opressor. Segundo ele, a rede dá poder aos mais fortes e desempodera os mais fracos. Assim, ela não dissipa as diferenças entre as pessoas e sim as acentua. Ainda que o autor tenha o

²⁰ Movimento iniciado em 2010 no norte da África e no Oriente Médio, organizado via mídias sociais, com o intuito de implementar mudanças políticas em seus respectivos países. Como resultado, o movimento conseguiu destituir vários ditadores e promover mudanças políticas importantes.

mérito de perceber que a rede não é uma ferramenta que prioriza qualquer tipo de classe social, a internet tem a virtude de ser a primeira ferramenta de comunicação disponível às pessoas externas às esferas de produção dos meios de comunicação de massa com potencial de atingir uma grande quantidade de indivíduos.

Uma última crítica, trazida por Castells (2004), diz respeito às comunidades *online*. Estas, em sua grande maioria, seriam efêmeras e raramente extrapolariam o ciberespaço. Ainda que tal afirmação seja, de fato, verdadeira, o próprio autor já afirmou que o mais importante na rede não é a quantidade de interações e sim a qualidade das mesmas. Assim, é importante perceber que não é a maioria de comunidades inócuas que logram as importantes conquistas na rede, mas uma minoria que passa a servir de exemplo para indivíduos preocupados em construir sua cidadania.

3.2 AS MÍDIAS SOCIAIS

Costuma-se atribuir à internet diferentes fases para marcar o advento e utilização de novas formas de se relacionar com e pela rede. É comum empregar as nomenclaturas *Web 1.0*, *2.0* e *3.0* para se referir as etapas que a internet passou e ainda vem passando²¹. A *Web 1.0* está relacionada com o início da internet, quando havia uma grande aproximação com os demais veículos, uma vez que o usuário possuía pouca interação com os elementos disponíveis. Já a *Web 2.0* marcou o início da computação social, quando os interagentes passaram a participar da construção da rede, postando, modificando e interagindo com o conteúdo postado por terceiros. A *Web 3.0* é marcada pela computação em nuvem, que significa o armazenamento, na própria rede, da memória e do processamento dos computadores pessoais e pela proposta de estruturar o conteúdo disponível na *web* de forma a personalizá-lo para os usuários.

Essas três fases, aparentemente distintas, na verdade coexistem ainda hoje e a tendência é que, em maior ou menor grau, isso perdure. Muitos portais e *sites* de empresas dão muito pouca margem para a participação do público, o que os enquadraria na *Web 1.0*. Muitos usuários iniciais também se limitam a acessar os *sites* da *web* sem interferir de qualquer maneira nos conteúdos. A *Web 3.0* ainda está em seu início e, apesar de já apresentar

²¹ Disponível em: <<http://apsocial.wordpress.com/2011/04/10/as-eras-da-web-e-suas-caracteristicas/>> Acesso em: 27 abr. 2014.

alguns efeitos nos usos da rede, ainda está sendo implantada e difundida junto aos internautas, que começam a se beneficiar das possibilidades que ela traz.

Já a *Web 2.0* será analisada mais detidamente neste trabalho uma vez que as ferramentas de CMC, as mídias sociais e a consequente valorização das contribuições dos usuários dentro da rede foram responsáveis por desencadear ações como a criação do Movimento Contra Corrupção, objeto deste trabalho. Além disso, essa é, entre as fases apresentadas, aquela que mais contribui no processo de construção de uma cidadania ativa e possibilita a utilização de ferramentas de Comunicação Pública.

Lemos e Lévy (2010) consideram que, com a computação social, todos os indivíduos, grupos e empresas estão se transformando em suas próprias mídias, com zona de atuação abrangendo a sua própria área de influência social. Além disso, como ocorre a liberação do polo de emissão, já que cada um pode assumir o papel de emissor, a *Web 2.0* estaria, cada vez mais, expandindo a conversação mundial.

Burgess e Green (2009) ressaltam que nessa fase da internet a imagem atingiu seu ápice, pois as pessoas se tornaram suas próprias mensagens. Dessa maneira, eles valorizam a ferramenta YouTube, pois ela permite que cada um seja sua própria mídia e que se torne celebridade do cotidiano. Os autores ressaltam que esse *site* só conseguiu se inserir de fato na *Web 2.0* quando abandonou a posição de espaço para armazenamento de vídeos para ressaltar, em seu *slogan* '*Broadcast yourself*'²², a característica de dar voz a cada um de seus usuários.

Ferrari (2010) ressalta que a mídia social não existiria sem a troca coletiva na rede. Essas trocas coletivas de informações e conteúdos podem ser percebidas sob diversas formas. Lemos e Lévy (2010) ressaltam as empresas de jornalismo cidadão, como a Ohmynews, na Coreia, e a Agoravox, na França. Tais empresas oferecem, a todos os interessados, a possibilidade de comentar as notícias do dia, possibilidade que vem sendo aberta por diversos outros canais na rede. Outra alternativa de participação é a avaliação de produtos em diversos *sites* de compras por parte dos clientes. Uma outra prática que tem se tornado comum citada pelos autores é o 'jornalismo cidadão', como ocorre no *site* Overmundo, onde os leitores desses projetos se tornam produtores e jornalistas em potencial. Nos casos em que utilizam dispositivos móveis, como *smartphones* ou *tablets*, para a produção desse tipo de notícias, fala-se em '*mobile journalism*'.

²² O termo em inglês *Broadcast yourself* significa algo como "transmita-se" em português.

Ferrari (2010) também traz como exemplos os casos dos *sites* Slashdot e do Digg. O Slashdot, um dos precursores da produção de conteúdo coletivo pela *web*, consiste em um *site* americano onde seus membros postam conteúdos diversos e estes são avaliados com notas de 1 a 5. Os usuários podem filtrar os conteúdos de forma que só apareça em sua página os conteúdos com a nota que eles pré-determinam. O Digg²³ funciona de forma semelhante, com os usuários postando reportagens no *site* e as mais votadas aparecendo no topo da lista.

Apresentando o caso de Susan Boyle que, ao não ser selecionada para um programa de calouros, utilizou mídias alternativas como a internet e acabou auferindo uma audiência de 6,5 milhões de acessos no YouTube, Ferrari (2010) considera que a interação da *Web 2.0* é a maior motivadora social da primeira década do século XXI.

Um problema frequentemente verificável no universo da internet em relação à computação social é apontado por Burgess e Green (2011). O enaltecimento da cultura participativa quase sempre só leva em conta a divulgação de conteúdos e trata o envolvimento passivo como uma espécie de fraqueza, priorizando aqueles que falam em detrimento dos que escutam. Esta valorização acaba por reproduzir o mesmo sistema das mídias precessoras da internet. Os autores reforçam que o consumo e as práticas de audiência são formas importantes de participar, e não falta de participação, como muitas vezes é colocado. Dessa forma, é importante ressaltar que o acompanhamento por parte dos seguidores da *fan page* do MCC sem emissão de conteúdos não significa, necessariamente, que a participação não ocorreu e que tais usuários não estão engajados nas causas defendidas pelo movimento. O simples ato de curtir a página já denota algum tipo de participação e interesse, que podem atingir gradações diversas. De fato, as formas de participação são diferentes, mais voltadas para uma cidadania passiva ou ativa, mas ambas são importantes.

Ao tratar dessa questão, Vilches (2001) ressalta que, como as interações realizadas no ciberespaço são prolongamentos do 'mundo real', pessoas acostumadas a receber conteúdos de forma passiva tendem a não se tornarem críticos nos novos meios. Da mesma maneira, cidadãos ativos fora da rede possivelmente vão lançar mão dos recursos disponíveis na internet como extensão de seu comportamento. O autor chega a questionar se, mesmo antes do advento da internet, a passividade não seria uma característica intrínseca ao homem e indevidamente imputada aos meios de comunicação.

²³ Disponível em: <<http://digg.com>> Acesso em: 30 abr. 2014.

Independente da forma de agir de cada internauta, as comunidades virtuais presumem o compartilhamento de valores por parte dos grupos e a criação e fortalecimento de laços que podem estender-se às interações face a face. A participação nos grupos implica o interesse em determinado tema, seja contra ou a favor. Esse compartilhamento de interesses vem fazendo com que a utilização de e-mails e *chats* venham sendo substituídos por mídias sociais, conforme afirma Lemos e Lévy (2010). Nessas ferramentas, pode-se expor preferências, difundir produções e comunicar com comunidades e amigos. Conforme os dados já citados trazidos pelos autores, 90% dos internautas brasileiros acessam pelo menos uma vez por mês ferramentas de CMC.

Raquel Recuero define redes sociais como: "estruturas dos agrupamentos humanos, constituídas pelas interações, que constroem os grupos sociais. Nessas ferramentas, estas redes são modificadas, transformadas pela mediação das tecnologias e, principalmente, pela apropriação delas para a comunicação" (RECUERO, 2012, p.16). Cabe ressaltar que há uma diferença entre 'redes sociais' e a expressão 'mídias sociais'. As redes não são necessariamente intermediadas por meios de comunicação e podem ocorrer entre quaisquer grupos com determinadas afinidades. Já as mídias sociais são ferramentas que propiciam interações das redes sociais. Estas mídias são, via de regra, *sites* disponíveis na *web*, visto que é a internet que detém os meios apropriados para sua consecução.

Ainda segundo Recuero (2012) as tecnologias como a internet passam a viabilizar espaços conversacionais e locais virtuais onde práticas sociais começam a ocorrer, seja por falta de espaço físico, seja pela comodidade advinda das facilidades que a rede proporciona. Na visão da autora, as redes sociais seriam grupos que utilizam determinadas ferramentas para interagir. Dessa forma, o Facebook, o Twitter e diversos outros *sites* tidos como redes sociais são, na verdade, espaços técnicos que proporcionam a emergência dessas redes ou, em outras palavras, mídias sociais.

Pierre Lévy (2000a) apresenta uma série de comportamentos esperados, ao que ele chama 'netiqueta', para manutenção de um ambiente harmônico nas comunidades sociais da rede. Primeiramente, como as comunidades se formam geralmente por conta de determinados interesses compartilhados pelos membros, não se deve abordar assuntos sem relação com a temática principal. Além disso, deve-se evitar a repetição de questionamentos e discussões previamente respondidas e esgotadas. A publicidade comercial também é desaconselhável, assim como ataques pessoais e expressões pejorativas.

Como já foi dito, as redes sociais via internet reúnem indivíduos que têm interesse pelos mesmos temas. Assim, segundo Ferrari (2010), um dos principais motores dessas redes seria encontrar os seus pares e o seu lugar. Muitas vezes, as redes funcionam para fortalecer relacionamentos que se iniciaram fora dela. Contudo, segundo Vilches (2001), a base das comunidades virtuais é a busca de contato entre indivíduos, ideias e interesses em comum.

As mídias sociais possibilitam novas formas de circulação de conteúdos e informações. Os usuários dessas mídias estabelecem processos de comunicação de forma distinta, uma vez que se torna muito mais rápido, barato e eficiente divulgar conteúdos e estabelecer contatos com pessoas distantes geograficamente.

Recuero (2012) aponta que a multiconversação também tem se tornado cada vez mais frequente, o que exige um foco difuso dos interagentes e uma capacidade cada vez maior de lidar com vários contextos simultaneamente. Além da atenção difusa, passa a ser necessária também uma atenção ininterrupta, uma vez que dispositivos móveis de acesso à internet conjugados com mídias sociais atualizadas a todo tempo, como o Facebook e o Twitter, por exemplo, fazem com que a relação social pela internet se torne permanente.

Além disso, como as conversações estabelecidas no ciberespaço ficam gravadas, abre-se a possibilidade de envolver diversos outros atores além dos interagentes iniciais, multiplicando, dessa forma, a participação. Recuero (2012) ressalta que, como as conversas podem circular em redes heterogêneas, indivíduos com pontos de vista completamente diversos podem opinar a respeito dos mesmos temas, enriquecendo os debates correspondentes.

No Facebook, por exemplo, a forma de organização dos debates consiste em um internauta postar algum conteúdo e os interagentes responderem à publicação. Todavia, quando algum interagente usa a opção compartilhar, o conteúdo correspondente migra para uma outra rede e dá início a uma nova discussão. Segundo Lemos e Lévy (2010), apesar de grande parte dos conteúdos serem enquadrados no que Lévy chamou de 'bobagem coletiva', a quantidade de discussões sérias e conteúdos de qualidade têm aumentado na rede.

Mediante toda esta interatividade e participação no processo de comunicação, Mainieri e Ribeiro (2011) consideram que as mídias sociais podem funcionar como estímulo à prática da Comunicação Pública. A *Web 2.0* contribuiu sobremaneira para o crescimento das culturas participativas, mas as culturas participativas *offline* também contribuíram substancialmente para a assimilação das mídias sociais. Ou seja, o anseio das pessoas por ferramentas que possibilitassem a expressão dos cidadãos e o exercício da Comunicação Pública contribuiu

para o desenvolvimento dessas ferramentas e sua assimilação. Burgess e Green (2009) afirmam que o mesmo aconteceu com o surgimento do YouTube. Se parece que ele surgiu 'da noite para o dia' é porque a assimilação dessa ferramenta foi muito rápida, graças à demanda reprimida de um instrumento desse gênero. Da mesma forma, é possível entender que a grande popularização da *fan page* do MCC se deu pela expectativa dos cidadãos em terem acesso a uma ferramenta de interface simples que possibilitasse o debate e a livre expressão de suas indignações.

Com o advento da CMC, a expectativa de participação dos usuários se tornou uma participação efetiva. Desde então, indivíduos das mais distintas origens e classes, utilizando ferramentas relativamente simples e acessíveis, podem difundir para uma ampla gama de pessoas qualquer tipo de conteúdo que acharem dignos de interesse. Negroponte afirma que "na internet, cada pessoa pode ser uma estação não autorizada de TV. [...] Podemos agora pensar nos meios de comunicação de massa como algo bem maior do que a TV profissional e de altos custos de produção" (NEGROPONTE, 1995, p.168).

Segundo Vilches (2001), os conceitos de emissores e receptores não são mais adequados para a rede. Os antigos destinatários se convertem em usuários e, em seguida, em autores de conteúdos. As distinções entre emissor, receptor, editor e gestor de conteúdos se dissipam uma vez que cada um pode optar por desempenhar o papel que quiser. E esse processo ainda tende a se intensificar, uma vez que o controle exercido pelos novos usuários ainda se restringe aos conteúdos e não aos meios.

Neste contexto de indeterminação de papéis, Burgess e Green (2009) ressaltam que o que mais impressiona não é o fato de cada usuário poder divulgar os conteúdos que achar interessante na *web*, e sim o fato de um grande contingente de pessoas consumir diariamente os conteúdos amadores divulgados por anônimos, o que comprova a Teoria da Cauda Longa.

Levando em consideração todas as mudanças que o advento da internet promoveu na forma com que as pessoas se comunicam, pode-se dizer que, uma vez que a atividade humana é baseada na comunicação, a rede afeta consideravelmente a vida de cada indivíduo. Vilches (2001) defende a ideia de que, com o advento da internet, tornou-se possível, pela primeira vez, uma interatividade efetiva com meios de comunicação. Cada dispositivo com acesso à rede converte-se em um servidor e tudo se torna disponível.

A internet vem trazendo possibilidades interessantes, que fazem Castells enaltecer a importância da rede como um instrumento de poder fundamental à sociedade:

A internet é o tecido de nossas vidas. Se as tecnologias de informação são o equivalente histórico do que foi a eletricidade na era industrial, na nossa era poderíamos comparar a internet com a rede elétrica e o motor elétrico, dada a sua capacidade de distribuir o poder da informação por todos os âmbitos da atividade humana. (CASTELLS, 2004, p.15)

Tal poder pode ser verificado tanto pelas novas formas de acesso à informação quanto pela capacidade de organização trazida pela rede. A internet vem se traduzindo em um novo espaço de luta por direitos e busca por cidadania, conforme pode-se verificar em vários episódios recentes que serão trazidos a seguir a título ilustrativo. O objeto de estudo deste trabalho é apenas um entre os inúmeros exemplos de usos da internet em busca de melhorias nas condições de vida da sociedade. As mídias sociais foram de fundamental importância no sentido de possibilitar um novo modelo de ativismo que busca engajar pessoas que visam mudanças sociais e agem nesse sentido.

Segundo Lemos e Lévy (2010), as mídias sociais, associadas com a mobilidade da rede, deram à sociedade uma maior capacidade de controle e intervenção, além de uma maior organização política àqueles que normalmente ficavam excluídos das formas políticas convencionais. Não se trata, conforme Lévy (2000b), de uma busca por tomada de poder e sim de aumentar a capacidade da sociedade de intervir nos processos que lhes dizem respeito.

Conforme Bianco (2011), a internet não se configura como causa de nenhum movimento e sim como potencializadora de movimentos populares que, sem ela, possivelmente não sobreviveriam. Da mesma forma, Lemos e Lévy (2010) defendem que uma mídia não é capaz de determinar um regime político, mas certas mudanças políticas só são possíveis por meio de mídias apropriadas.

Morozov (2011) afirma que nem todas as manifestações organizadas pela rede são eficazes, assim como muitas manifestações que não lançaram mão dos recursos da internet lograram resultados importantes. Ainda assim, alguns casos recentes demonstram o poder do uso da internet como ferramenta e as consequências de tentativas de controle da rede por parte de governos autoritários. Bianco (2011) comenta o caso do ditador egípcio Hosni Mubarak, que governou o país por trinta anos e foi pressionado a renunciar depois de dezoito dias de intensos protestos. Em uma tentativa de se manter no poder, Mubarak teria deixado o país sem internet durante cinco dias, quando percebeu que a rede estava servindo como principal ferramenta de mobilização dos cidadãos insatisfeitos. Como consequência, a economia do país travou. Não havia cartões de crédito, sistema bancário, bolsa de valores, arrecadação de impostos, nem pousos e decolagens de aviões.

Lemos e Lévy (2010) consideram que países com percentual de penetração da internet de pelo menos 25% dos lares não aceitariam qualquer tipo de regime autoritário. Isso porque o que os autores chamam de ágoras virtuais criam novas formas de deliberação e debate político. Nesse caso, as ditaduras temeriam a internet por esta ser um vetor de transparência, liberdade e democracia que demanda o estabelecimento de uma Comunicação Pública, o que as ameaçam diretamente. As mídias sociais e a facilidade de acesso e compartilhamento de conteúdos dificultam sobremaneira o controle dos governos autoritários e a falta de transparência destes.

A Primavera Árabe e o Occupy²⁴ são dois dos exemplos mais conhecidos de uso das ferramentas da internet para protestar contra situações políticas e econômicas estabelecidas. As mídias sociais também são utilizadas para conquista do poder, embora não por movimentos sociais. Ferrari (2012) cita como exemplo nesse sentido a campanha do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. A equipe de Obama reuniu aplicativos de redes sociais sob a bandeira da campanha do então candidato e mobilizou pessoas no sentido de levantar fundos, angariar votos e organizar seus militantes políticos. O mérito da vitória de Obama não deve ser atribuído às mídias sociais e sim às pessoas que fizeram uso das mesmas com maestria. Todavia, é imprescindível ressaltar que foram essas ferramentas que possibilitaram que as ações tomassem esse curso.

Nota-se que o advento das mídias sociais veio intensificar o já considerável potencial transformador da internet. E com a adesão cada vez maior de internautas, essas ferramentas tendem a incrementar os seus efeitos. Segundo pesquisa da Nielsen, de 2009, apresentada por Ferrari (2010), as redes sociais *online* já seriam acessadas por 66,8% dos internautas do mundo, número superior aos usuários de e-mail (65,1%). Além disso, o tempo de permanência dos internautas nessas redes crescia 300% a mais do que a média da própria internet. Isso poderia ser explicado pelo fato de que as mídias sociais, quando comparada a portais de notícias, por exemplo, apresentam uma maior capacidade de aproximar os usuários e compartilhar emoções. Com tantas inovações e uma plataforma em franca expansão, a internet traz consigo novos paradigmas que merecem atenção.

²⁴ O Occupy foi um movimento pacífico iniciado em 2011 que, organizado via internet, protestava contra a má distribuição de renda e a desigualdade social. Foram registradas manifestações em vários países do mundo, com destaque para o Occupy Wall Street, com ampla cobertura midiática.

3.3 A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA INTERNET

Com as intensas mudanças provocadas pela internet, Pierre Lévy (2000b) afirma que não se passou de uma cultura a outra, onde seria possível buscar referências e exemplos, mas sim de uma humanidade a outra, tal a profundidade das alterações verificadas. Segundo Negroponte (1995), mesmo o campo da informática já não tem mais nada a ver com computadores e sim com a vida das pessoas. E o alcance das mudanças provocadas tende a aumentar, uma vez que a cada geração o número de pessoas conectadas é substancialmente maior que a geração anterior. Com a popularização da rede mundial de computadores será possível, cada vez mais, usá-la como uma ferramenta de ajuda entre as pessoas e de compartilhamento de conhecimentos.

Como cada novo nó surgido na internet tem o potencial de reconfigurar uma parte da rede, as interconexões têm repercussões ainda maiores nas atividades econômica, política e cultural, conforme defende Lévy (2000b). Segundo Vilches (2001), o ciberespaço se torna um novo espaço da economia, da cultura, da política, da educação, do entretenimento e das relações humanas, introduzindo uma nova ordem social. Todavia, deve-se estar atento ao fato de que a partir do momento em que campos importantes como a educação, as relações sociais e o entretenimento migram para as redes do ciberespaço, os indivíduos tendem a perder as referências de sua identidade cultural.

O grau de interferência da internet nesses diversos campos pode ser explicado pela relação de contiguidade entre a sociedade e suas tecnologias. Assim, a evolução do ciberespaço pode ser compreendida como evolução da sociedade como um todo, pois, segundo Lévy (2000a), a técnica é produzida dentro de uma cultura, e a sociedade está condicionada por suas técnicas. É importante ressaltar, contudo, que a técnica abre algumas possibilidades, mas não determina quais delas serão aproveitadas. Isso é determinado pelos indivíduos.

Dentro dessas possibilidades trazidas, é certo afirmar que novos conteúdos, atores e modelos econômicos vão surgir além do que já vem ocorrendo. Lemos e Lévy (2010) defendem que sempre que há a possibilidade de emitir livremente e conectar com outros, surge uma potência política, cultural e social: a potência da reconfiguração e da transformação. A consciência política de uma sociedade é diretamente proporcional à liberdade de produzir e compartilhar informação.

Segundo Lévy (2000b), o uso social mais importante da informática é justamente empoderar a sociedade de forma que ela possa deliberar e construir soluções conjuntas para seus problemas, fortalecendo a democracia. O uso cada vez mais frequente do que ele chama de 'ágoras virtuais' contribuiria nesse sentido de negociar e tomar posições por parte dos indivíduos, grupos e mesmo da sociedade como um todo, e isso de forma tempestiva e eficiente.

Há a necessidade imanente de utilizar a rede para o aprofundamento da democracia. A internet, sobretudo através das mídias sociais, pode servir como espaço de discussão e ação de grupos e comunidades. Tais possibilidades são etapas iniciais de uma Comunicação Pública oriunda dos cidadãos. Mainieri e Ribeiro (2011) reforçam tal argumento quando afirmam que o fato de as mídias sociais possibilitarem uma participação mais interativa e ativa nos processos de comunicação tendem a encorajar a prática da Comunicação Pública.

Essa nova esfera pública, que se configura por meio da internet, exerce pressão nos governos na busca pela cidadania. Para tanto, passa a cobrar comportamentos como a lisura e a transparência em todos os seus pormenores, até mesmo por que a rede, da forma como se impõe, torna-se uma eficaz ferramenta de controle. As administrações públicas passam a ser cada vez mais exigidas, quanto mais a sociedade tem acesso a processos transparentes e eficazes.

Lemos e Lévy (2010) sustentam que os debates políticos serão, cada vez mais, realizados em comunidades virtuais bem informadas. Dessa forma, as comunidades locais, em busca da democracia, passarão também a intensificar o uso das ferramentas de mídias sociais. Castells (2004) reforça que a facilidade ao acesso às informações políticas torna a internet a ferramenta ideal para fomentar a democracia. Ele cobra, entretanto, mais boa vontade por parte dos governos no sentido de disponibilizar, via rede, todos os documentos oficiais e informações não confidenciais. Esta importante etapa da Comunicação Pública se complementa com a interatividade, que permite que os cidadãos solicitem informações diversas, expressem opiniões e estabeleçam uma comunicação direta com o poder público. Como, pelo menos em teoria, o poder emana do povo, as pessoas poderiam vigiar o seu governo, e não o contrário. Contudo, este quadro ideal de Comunicação Pública com o intermédio da internet ainda não se efetivou, uma vez que o uso da rede por parte de grande parte dos governos tem se limitado à autopromoção.

Contrariando essa regra, Lemos e Lévy (2010, p.139) apresentam a doutrina inglesa do *e-government*, que trata de aplicar técnicas bem sucedidas na internet no serviço público,

melhorando a Comunicação Pública para os cidadãos ingleses. Tal doutrina é baseada em quatro princípios fundamentais: oferecer serviços de acordo com a demanda e necessidade dos cidadãos; tornar o governo e seus serviços mais acessíveis; buscar a inclusão das minorias não atendidas pelas formas tradicionais de governo e; melhorar a utilização das informações. Dentro desses princípios apresentados, todos imprescindíveis para o estabelecimento de uma Comunicação Pública holística e eficaz, seria importante observar também a origem do processo de CP. Tais diretrizes indicativas são voltadas sobretudo para o papel do governo na prática da Comunicação Pública, mas é importante não preterir o papel do cidadão como central nesse processo. Assim, além de tornar o governo mais acessível apenas para receber demandas, é importante dar continuidade ao processo, dando respostas aos anseios dos grupos, implementando ações e discutindo os processos junto aos cidadãos.

Outros exemplos no sentido de direcionar esforços rumo à CP por meio da internet vêm dos Estados Unidos. Segundo Ferrari (2010), após a eleição de Barack Obama, o *site* da Casa Branca²⁵ teria passado por profundas modificações, passando a priorizar mídias sociais em detrimento do repasse de informações, valorizando dessa forma a troca de conhecimentos e conteúdos. Lemos e Lévy (2010) citam também a iniciativa do ex-presidente Bill Clinton de implementar, em 2000, um guichê único no ciberespaço do governo dos Estados Unidos, para facilitar a busca por informações. Seus sucessores, Bush e Obama, deram seguimento ao projeto e buscaram aperfeiçoá-lo.

Nota-se que as experiências de governos eletrônicos estão em um processo inicial e ainda tendem a se desenvolver bastante, principalmente mediante o envolvimento de comunidades da rede e a consequente cobrança por transparência e por eficiência do poder público. Algumas iniciativas nesse sentido começam a ser implementadas também no Brasil. Como exemplo, pode-se citar o Portal da Transparência, criado em 2004 pela Controladoria Geral da União, onde os internautas têm acesso às informações referentes ao uso dos recursos públicos. Outro exemplo é o programa Governo Eletrônico que, segundo apresentação no próprio *site*, tem como princípio a utilização das TICs para democratizar o acesso à informação, ampliar discussões e tornar a prestação de serviços públicos mais dinâmica²⁶.

Apesar desse progresso, é notório que muito ainda precisa avançar, sobretudo o acesso à internet para que todos possam usufruir das benesses trazidas pela Comunicação Pública. É

²⁵ Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/>> Acesso em: 01 maio 2014.

²⁶ Disponível em: <www.governoeletronico.gov.br> Acesso em: 07 maio 2014.

importante ressaltar que a CP não está, e nem deveria, restrita à rede mundial de computadores. Todavia, este é um canal que tende a facilitar as deliberações entre os grupos e o acesso ao poder público constituído e, portanto, deve ser valorizado.

O desenvolvimento dos novos meios de comunicação criou novas ferramentas de comunicação e de disseminação da opinião pública, o que acabou por ampliar a própria ideia de esfera pública. Segundo Castells (2004), o ciberespaço converteu-se numa ágora virtual global onde o descontentamento humano é transmitido de todas as partes do mundo. Essa ágora coloca pessoas de todas as partes em contato e abre a possibilidade de compartilhamento de todo o tipo de conteúdo. Portanto, o controle dessa ágora por parte das pessoas seria, segundo o autor, o desafio político mais importante trazido pela internet.

Quando do surgimento da esfera pública burguesa, durante o século XVIII, a expressão da opinião pública estava intimamente relacionada com os conteúdos divulgados pela imprensa. Com o advento dos meios de comunicação de massa, a opinião pública passou a ser influenciada por essas mídias, seja pelas informações divulgadas, seja pelo agendamento dos assuntos a serem discutidos. Com a internet, sobretudo a partir da fase da *Web 2.0*, a opinião pública passou a ser constituída de forma mais independente e menos condicionada, pois as comunidades virtuais propiciam debates participativos.

Hoje, segundo Stasiak (2009), a natureza do espaço público é transformada, uma vez que já não é coordenada pela representação da imprensa escrita. Segundo Lemos e Lévy (2010), com a internet criaram-se novas condições para o surgimento de uma cidadania planetária dentro de uma nova esfera pública mundial. Uma dessas condições é o fim da hegemonia do discurso sobre o que é público. Surge, então, uma nova relação entre o espaço público e a interação comunicativa. A nova esfera pública trouxe valores importantes como a abertura, as relações entre pares e a colaboração.

Ainda segundo os autores, a liberação quase irrestrita da emissão está diretamente relacionada ao aumento da esfera pública global e do surgimento de novas formas de conversação e disseminação da opinião pública, que também se torna mundial. Não se trata de uma opinião pública consensual, apenas que o acesso às informações para formação da opinião são planetários. Mediante tal quadro, é possível afirmar que esta nova esfera pública está em constante expansão conforme a rede se expande. Mas, conforme já mencionado, uma esfera pública com características próprias. Lemos e Lévy afirmam que esta é "uma esfera pública fractal, rizomática, que se refrata em milhões de ângulos diferentes nos sítios e nas comunidades virtuais do ciberespaço" (LEMOS; LÉVY, 2010, p.82).

Outra particularidade dessa nova esfera pública consiste no fato de que os espaços público e privado se permeiam mutuamente com mais intensidade. O fortalecimento do ciberespaço frente aos espaços físicos, como praças e ruas, faz com que o espaço público seja acessado de um ambiente privado e o espaço privado, cada vez mais, tornado público por meio das mídias.

Lemos e Lévy (2010) apontam que, em relação à democracia, esse novo modelo de esfera pública afeta positivamente quatro domínios interdependentes: a capacidade de adquirir informação, de expressão, de associação e de deliberação dos cidadãos. Esse novo modelo de espaço público está diretamente ligado às novas possibilidades democráticas que surgem na rede e o Movimento Contra Corrupção parece se enquadrar nos domínios apresentados pelos autores. A deliberação coletiva, apontada como um dos quatro domínios afetados pela esfera pública, é particularmente importante no sentido da prática da Comunicação Pública e da busca pela cidadania.

Lévy (2000b) chega a propor, como expressão máxima do empoderamento propiciado pela rede, que seja praticada a democracia direta, sem necessidade de representantes políticos. Segundo o autor, até a década de 1980 não se discutia a possibilidade de implantação de tal dispositivo porque não existiam alternativas técnicas para tanto. Atualmente, a participação dos cidadãos nos processos eleitorais se limitam ao aspecto quantitativo, uma vez que votantes iguais seriam intercambiáveis sem qualquer prejuízo para o escrutínio. Para Lévy, a informática é particularmente útil ao fomentar a possibilidade de aprofundar processos democráticos como o compartilhamento de experiências via rede e a democracia em tempo real. A internet permite, dessa forma, que cada um possa contribuir continuamente com a formulação e a resolução dos problemas que afetam seus grupos e/ou a sociedade em que vive.

É importante frisar que o exercício da democracia na sociedade demanda a liberdade de expressão. A internet, ao possibilitar a deliberação e o compartilhamento de informação por parte de cada um que a ela tenha acesso, facilita a participação política de indivíduos anteriormente excluídos do processo. O grande problema que surge é que essa participação deveria ser estendida a todos os indivíduos. A exclusão digital torna-se um problema ainda mais grave conforme o ciberespaço se insere nos diversos aspectos da vida das pessoas.

Manuel Castells (2004) afirma que a exclusão das redes informáticas é uma das mais graves formas de exclusão que se pode sofrer no atual panorama cultural e econômico. Essa exclusão mencionada não se refere a aspectos quantitativos, mas principalmente às inúmeras consequências que a falta de ligação comporta. Os prejuízos verificados vão além dos

aspectos técnicos, econômicos e culturais, envolvendo também danos cognitivos e sociais, só para citar alguns dos aspectos principais.

Para Vilches (2001) a internet, sobretudo mediante o avanço na velocidade de processamento de informações e novas tecnologias multimídia, oferece privilegiadas oportunidades de ensino para aqueles que têm acesso e sabem operar as ferramentas disponíveis. Tal cenário tende a aumentar ainda mais o abismo educacional entre os incluídos e excluídos digitais, uma vez que recursos como o ensino a distância excluem grupos e países sem recursos. Castells (2004) chama a internet de tecnologia da liberdade, mas pondera que é possível que ela liberte os poderosos e oprima os desinformados. Mesmo Lévy (2000a), ao defender as vantagens advindas do desenvolvimento da inteligência coletiva, admite que quando o seu desenvolvimento no ciberespaço é eficaz, ela acelera o ritmo da alteração tecno-social e exclui ainda mais aqueles que não conseguem participar desse processo. A inteligência coletiva seria ótima para quem participa e muito prejudicial para quem não o faz.

A internet permeia e figura como peça central em diversas áreas da atividade econômica, política e social. Assim sendo, os excluídos do ciberespaço e os que não sabem tirar proveito dele acabam vivendo às margens da sociedade. Dessa forma, conforme a tecnologia de acesso à rede se sofisticava e torna as interfaces mais complexas, mais as pessoas com menor nível educacional tendem a ser excluídas. Outras barreiras, como o idioma e a especialização dos conteúdos, também aprofundam a exclusão e criam condições para as segregações, o que acaba por possibilitar a manutenção da subcidadania, já tratada nesta dissertação.

Segundo Castells (2004), a internet é um instrumento fundamental para o desenvolvimento do Terceiro Mundo. Assim, o atraso da infraestrutura de telecomunicação dos países pertencentes a esse grupo em relação aos mais desenvolvidos contribui para aprofundar a discrepância entre eles.

Quanto mais barata e de melhor qualidade for a internet, mais pessoas terão acesso. Apesar de ser uma constatação óbvia, essa diminuição de preço e aumento da velocidade da rede vêm acontecendo paulatinamente ao redor de todo o globo. Com isso, percebe-se, concomitantemente, um aumento da consciência cidadã e da luta pela melhoria das condições de vida dos indivíduos. Talvez isso explique o sucesso de movimentos como o MCC, que em maio de 2014 já contava com mais de um milhão e trezentos mil seguidores. Como a quantidade de pessoas entrando na era digital tem aumentado, a tendência é que iniciativas

dessa ordem se tornem mais comuns e ajudem a institucionalizar a rede mundial de computadores como um espaço efetivo de debate e ações em prol do bem público.

Por ora, ainda existe muita segregação no ciberespaço. Segundo Vilches (2001), o mundo da comunicação estaria dividido não entre ricos e pobres, mas entre os informados e aqueles que não tiveram acesso à era das conexões. O percentual de desconectados na Europa, Estados Unidos e alguns países mais desenvolvidos da Ásia é bem menor do que no restante do mundo. Bilhões de pessoas ainda vivem na era do apagão digital. Seriam os desconectados do mundo. No entanto, mesmo nos países em desenvolvimento, existem elites que têm o mesmo acesso à internet do que os indivíduos dos países desenvolvidos. Percebe-se, dessa forma, que o abismo entre conectados e não conectados não é regional, mas de classes. Graças a essa exclusão, muitas pessoas do mesmo território não conseguem se comunicar.

Dentro dessa divisão provocada pela falta de acesso, algumas consequências chamam especial atenção. A grande quantidade de informações disponíveis somente aos privilegiados e a facilidade de acesso restrita a partes específicas do planeta, por falta de infraestrutura em determinados locais, faz com que a participação democrática fique comprometida. Em que pese o fato de que a internet é uma grande facilitadora em diversos processos, a não utilização da *web*, em princípio, não deveria ter influência nos processos de construção de cidadania individuais e/ou coletivos. Contudo, esse problema passa a acontecer a partir do momento que órgãos governamentais e a iniciativa privada passam a dificultar serviços presenciais em favor dos serviços feitos *online*. Esse tipo de atitude, cada vez mais comum, interfere no processo de cidadania, prejudica a Comunicação Pública, que deveria se adaptar às necessidades dos cidadãos, e aprofunda a dicotomia entre conectados e isolados.

Pierre Lévy (2000a) considera relevante o problema da exclusão provocada pelo desenvolvimento do ciberespaço, mas apresenta alguns atenuantes em defesa da internet contra as especificidades das críticas direcionadas a essa plataforma. Primeiramente, o autor ressalta que apesar de o percentual de excluídos ainda ser alto, vem se verificando uma tendência de aumento de conectados à rede. Além disso, afirma também que a evolução tecnológica já tem feito e continuará fazendo com que a qualidade das conexões aumente e o valor pago pelos serviços diminua, contribuindo, dessa forma, para a queda no número de excluídos digitais. Por fim, afirma que todos os avanços nos sistemas de comunicação provocaram algum tipo de exclusão, sobretudo em seus inícios, o que não desabona os benefícios proporcionados por esses meios.

Manuel Castells também analisa a questão da segregação dentro do ciberespaço. Segundo o autor:

O que caracteriza a lógica reticular inerente à infraestrutura baseada na internet é que tanto os lugares como as pessoas podem ser ligados e desligados. A geografia das redes é uma geografia de inclusão e exclusão, que depende do valor que os interesses socialmente dominantes outorguem a um lugar determinado. (CASTELLS, 2004, p.278)

Isso demonstra que o autor concorda com Vilches quanto ao fato de que a exclusão verificada não respeita a divisão geográfica entre Norte e Sul. Existem aqueles que estão ligados ou desligados das redes de geração de valor. As redes dividem as cidades pelo critério da atratividade de oportunidades econômicas e de poder aquisitivo. Dessa forma, várias cidades são excluídas do processo. A lógica desse sistema consiste em atravessar todo o mundo em busca de oportunidades por meio das redes e se conectar apenas aos locais promissores. Para Castells, esse processo global de desenvolvimento desigual é a expressão mais dramática da info-exclusão.

Ainda que a quadro atual apresente inúmeros problemas trazidos pela info-exclusão, já se percebem algumas melhorias e projetos voltados para a erradicação da exclusão digital. Segundo Castells (2004), os Estados Unidos apresentavam um cenário de grande desigualdade em vários aspectos. A diferença de percentual de acesso entre pessoas de alto e baixo poder aquisitivo, graus de escolaridade distintos, jovens e pessoas da terceira idade e de diferentes etnias era muito grande. Contudo, conforme o percentual de usuários da rede foi aumentando no país, as diferenças de penetração da internet em cada um desses grupos demográficos diminuiu sensivelmente.

O Brasil padece de diversos problemas sociais das mais diversas ordens. Altas taxas de analfabetismo, má distribuição de renda, altos índices de pobreza e inúmeros outros que devem receber total atenção do governo. No entanto, a universalização do acesso à internet não deve ser relegada ao segundo plano, pois ela possivelmente contribuiria, inclusive, com o combate a esses problemas.

O governo brasileiro tem tomado algumas medidas nesse sentido. Em 2010, foi criado o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL). Segundo o *site* do Ministério das

Comunicações, o objetivo seria massificar o acesso à internet em banda larga no país, principalmente nas regiões mais carentes de tecnologia²⁷.

A implantação do PNBL ocorreu com a publicação do Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010, que lançou as bases para as ações a serem implementadas. A velocidade de banda prevista é de 1 Mbps e quer se chegar a 40 milhões de domicílios atendidos até o ano de 2014. Esse programa governamental tem recebido várias críticas por uma série de questões. Segundo parecer do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) (Instituto Patrícia Galvão, 2013), a internet no Brasil seria lenta, cara e para poucos e o PNBL, que teria sido concebido para sanar este problema, está longe de fazê-lo. As principais críticas giram em torno da baixa velocidade (1 Mbps), da limitação de uso (300 MB mensais), mas principalmente do fato de os Termos de Compromisso que regulam o programa apresentarem questões como a permissão às operadoras de condicionar a prestação do serviço à venda de um serviço de telefonia, o que ficaria caracterizado como venda casada. Além disso, a obrigatoriedade de prestação do serviço se restringe às localidades sede dos municípios, o que pode gerar exclusões geográficas.

Outro programa governamental que está em fase de implementação é o Cidades Digitais (Ministério das Comunicações, 2014). A prioridade de escolha por parte do governo das primeiras 80 cidades participantes do projeto-piloto levou em consideração a população de até 50 mil habitantes, com Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) baixo, além de dar preferência para as regiões Norte e Nordeste. O programa visa digitalizar os serviços das prefeituras por meio de rede de comunicação e disponibilização de softwares, promover uma intercomunicação entre os vários setores da administração pública e facilitar o acesso por parte dos cidadãos, através da implantação de um ponto *Wi-Fi* em cada cidade participante.

Essas iniciativas do governo são, de fato, importantes, porque a exclusão daqueles que não têm acesso transpassa somente a questão da utilização da *web*. O conhecimento de uso da internet, por exemplo, é pré-requisito para uma série de postos de trabalho aos quais grande parte da população brasileira não poderá sequer concorrer. Além disso, processos seletivos, envio de currículos e preenchimento de fichas de emprego que demandam obrigatoriamente o uso da internet funcionam como uma prática anticidadã e contrária aos preceitos da inclusão social e da Comunicação Pública.

²⁷ Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/programa-nacional-de-banda-larga-pnbl>>
Acesso em: 03 maio 2014.

Sem meios de associar diretamente o avanço da quantidade de internautas no Brasil e o resultado dos programas implementados pelo Governo Federal, é notório que tem havido um avanço no sentido da inclusão digital. Segundo dados divulgados pela Pesquisa Brasileira de Mídia 2014, publicada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), apesar da quantidade de indivíduos que nunca acessa a internet ainda ser maioria (53%), esse número tem caído se comparado com dados apresentados por Lemos e Lévy (2010), ao divulgarem que apenas 33,1 milhões de brasileiros tinham acesso à internet até maio de 2007, segundo pesquisa do Ibope/NetRatings.

Ainda assim, algumas discrepâncias importantes podem ser verificadas segundo a pesquisa da Secom. Enquanto 77% dos entrevistados com até 25 anos têm acesso pelo menos semanal à rede, este número cai para 3% entre os maiores de 65 anos. Nas cidades com até 20 mil habitantes o percentual de acesso é de 34%, saltando para 56% nos municípios maiores. Já em relação à renda, 21% das famílias que recebem até 1 salário mínimo acessam a internet semanalmente, ao passo que entre as que recebem mais do que 5 salários este percentual chega a 75%. Por fim, enquanto a porcentagem de acesso à rede por parte de indivíduos com ensino superior é de 87%, somente 8% dos que estudaram até o ensino fundamental acessam a internet semanalmente.

Tais dados vêm corroborar com a supracitada afirmação de Vilches de que a exclusão está, de fato, mais centrada em classes sociais e falta de acesso a oportunidades do que propriamente em questões geográficas. Isso desperta a necessidade de o governo brasileiro trabalhar ainda mais no sentido de dirimir tamanhas diferenças de oportunidades. Para tanto, é imprescindível que haja vontade política de fazê-lo, mas também há necessidade de cobranças e iniciativas por parte do excluído, em um importante processo de luta contra sua condição de subalterno. O acesso à internet é um primeiro passo e pré-requisito para solução do problema da exclusão digital, mas não a solução do problema em si.

Para Lemos e Lévy (2010), enquanto o abismo digital não for resolvido é impossível pensar em uma ciberdemocracia. Para os autores, qualquer processo de inclusão deve levar em conta vários aspectos, como o econômico (condições financeiras de acesso), o cognitivo (estar dotado de visão crítica e capacidade de uso dos meios), o social (ser um fator de reforço comunitário e político), o intelectual (aumentar o conhecimento e entendimento da realidade) e o técnico (conseguir operar os programas para acessar a rede). Os autores apresentam também sugestões de medidas voltadas para a diminuição das discrepâncias verificadas:

a) Implantação de centros de acesso à rede nos locais de serviços públicos;

- b) Empréstimos a juros baixos e subsídios para aquisição de equipamentos públicos nas regiões mais pobres;
- c) Incentivos para aquisição de computadores por famílias de baixa renda;
- d) Campanhas públicas para recuperar computadores e doar para estudantes com vulnerabilidade social;
- e) Oferecimento de cursos de capacitação gratuitos para o uso das ferramentas;
- f) Aumento de pontos de acesso à internet nas escolas;
- g) Oferta de endereços de internet gratuitos a todos estudantes;
- h) Estimular a concorrência entre as empresas prestadoras dos serviços para diminuir os preços;
- i) Desestimular cobranças por tempo de acesso à rede e;
- j) Ampliar pontos de acesso gratuitos à internet sem fio.

Dentre todas essas medidas sugeridas que poderiam minimizar o problema, a questão da capacitação chama especial atenção, uma vez que, conforme já foi tratado no decorrer deste trabalho, os efeitos positivos da internet no campo da cidadania e da Comunicação Pública estão ligadas muito mais a questões qualitativas do que o número de acessos à rede. Portanto, a alfabetização digital desses usuários que adentram em um universo de possibilidades trazidas pela internet torna-se uma questão de vital importância. O acesso continua sendo um grande obstáculo, mas as lacunas de participação também excluem os indivíduos que não sabem lidar corretamente com as ferramentas disponíveis, sendo mantidos na condição de subcidadãos mesmo com internet disponível.

Segundo Bergess e Green (2009), a agência reguladora da mídia nacional do Reino Unido (Ofcom) define a alfabetização nas novas mídias como uma habilidade de acessar, entender e criar comunicações em contextos diversos. A alfabetização digital, contudo, depende de contextos sociais e históricos específicos, pois fatores culturais influenciam diretamente na aplicação prática das tecnologias. Dessa forma, ao invés de caracterizar a alfabetização digital como um conjunto de habilidades, os autores a consideram uma prática social. Não seria, portanto, propriedade do indivíduo, mas um sistema que molda a participação.

Se os cidadãos ativos aferem melhores resultados na luta pela cidadania por meio da internet, é preciso educar todas as pessoas no sentido de construir as competências requeridas e o senso crítico necessário para lidar com a nova sociedade da informação. No entanto, tem-

se investido muito pouco na educação digital. Dessa forma, a alfabetização não tem conseguido acompanhar sequer o aumento da infraestrutura das TICs, que já é deficitária.

Mais importante do que o uso efetivo da internet é cada um ter a condição e a capacidade de acessá-la e o livre-arbítrio de decidir se e como quer usufruir dela. Quando houver a universalização do acesso e a capacidade de cada um compreender e utilizar a internet a seu modo, o seu potencial transformador tende a aumentar exponencialmente, o que já vem acontecendo concomitantemente ao aumento de usuários na rede mundial de computadores. O Movimento Contra Corrupção é um dos exemplos desse fenômeno e será analisado no quarto capítulo deste trabalho.

CAPÍTULO IV - O MCC SOB ANÁLISE

A internet, conforme discutido no decorrer de todo o trabalho, trouxe novas possibilidades de comunicação. Essas inúmeras possibilidades estão disponíveis a uma parcela considerável da população e os indivíduos e/ou grupos com acesso à rede lançam mão dos seus recursos de acordo com os seus interesses.

Diversos movimentos populares, dentro de suas características de luta contra-hegemônica, buscam usufruir da rede para incrementar as possibilidades de melhorias dos grupos ou causas que defendem. Manuel Castells (2004) afirma que a internet tornou-se indispensável aos movimentos sociais que têm surgido na sociedade em rede por três razões principais.

A primeira delas é o fato de que os movimentos sociais da era da informação defendem essencialmente causas voltadas para a defesa de valores culturais, com efeitos para toda a coletividade. Defender um valor como a honestidade, por exemplo, além de questionar e combater os valores das instituições que não a praticam, acaba por disseminar essa luta por toda a coletividade e por trazer benefícios que extrapolam o âmbito dos grupos reivindicantes.

A segunda razão apontada pelo autor se refere ao papel que os movimentos sociais na sociedade em rede têm de substituir as organizações verticalmente integradas, como partidos políticos e sindicatos. Castells ressalta que, tendo em vista que essas instituições encontram-se em crise, a internet foi utilizada para preencher o vazio deixado por elas no sentido de mobilizar e organizar pessoas. Os movimentos emocionais, como as mobilizações de 2013 no Brasil, os provocados por grandes eventos midiáticos ou por grandes crises tendem a funcionar como importantes fontes de mudanças sociais. Tais mobilizações costumam conseguir projeção junto aos meios de comunicação e agem sobre as instituições por meio da repercussão de seus impactos na opinião pública. Contudo, é importante voltar a frisar que são movimentos voltados para a conscientização das pessoas e para as mudanças de comportamento, não para tomada de poder do Estado.

O último fator apontado por Castells em relação à imprescindibilidade da internet para os movimentos sociais atuais é a globalização desses grupos. Apesar de serem pensadas localmente, as ações são globais e podem influenciar regiões geograficamente muito distantes. Isso se dá pela própria estrutura de transmissão da internet, que interliga todo o mundo e promove a circulação dos conteúdos ao nível global.

A necessidade de utilização da internet por parte dessas minorias é instrumentalizada pelas novas formas de interação e conversação acessáveis por milhares de pessoas, uma vez que a rede proporciona um canal de comunicação horizontal, não controlado e econômico.

O Movimento Contra Corrupção, organizado exclusivamente via rede, é um claro exemplo de dependência da rede para otimização de divulgação e de resultados. Além de todas as novas possibilidades da rede já discutidas nesse trabalho, a organização interna por parte dos movimentos ficou muito mais fácil de operar. Segundo Lemos e Lévy (2010), não existe mais a necessidade de uma organização pesada e burocrática, pois, por meio da rede, é possível criar e dissolver grupos e comitês de coordenação capazes de administrar competentemente manifestações pontuais.

O MCC, por ter sido criado em julho de 2012, não é propriamente um grupo voltado para ações pontuais e parece ter encampado a causa de lutas contra a corrupção de forma, a princípio, permanente. Ainda assim, existem algumas semelhanças entre o grupo e o que Paiva (2005) chama de 'minorias flutuantes'. Segundo a autora, tais grupos costumam agir em sintonia com o ambiente midiático e estabelecem o aparecimento na mídia como objetivo principal. É notório que a mídia propicia um alcance, por vezes, muito maior às causas defendidas por qualquer movimento. Por conseguinte, abdicar do aparecimento na mídia seria abrir mão de dar projeção às lutas dessas minorias. A popularização do MCC contou indubitavelmente com a cobertura feita pela mídia tradicional sobre os movimentos ocorridos no Brasil no decorrer de 2013. Parece claro também que alguns manifestantes, nesse importante processo de luta verificado no país, objetivavam aparecer de alguma forma nos meios de comunicação. Entretanto, mediante o acompanhamento realizado por este estudo, o MCC não apresentou como um movimento voltado para uma busca exclusiva por mídia. Isso seria, aparentemente, algo colateral às ações do movimento.

Paiva (2005) suscita, entretanto, outras características intrínsecas às minorias flutuantes que parecem estar de acordo com as ações do MCC. Primeiramente, ela ressalta a incorporação de novas tecnologias, como a internet, para definição das estratégias de luta, o que vem ao encontro das ações do movimento, organizado exclusivamente pela rede. Outra questão apontada pela autora é a imprevisibilidade, uma vez que seria impossível precisar quando movimentos do gênero vão surgir. Isso se dá pois as motivações para criação de tais grupos são também imprevisíveis e estão ligadas aos mais diversos episódios que ocorrem no cotidiano. Em relação a esse aspecto, o Movimento Contra Corrupção, embora não tenha sido criado por consequência de nenhum acontecimento específico, segundo entrevista concedida

por um dos cofundadores²⁸, foi popularizado principalmente por ocasião das mobilizações brasileiras ocorridas sobretudo em junho de 2013.

Paiva aponta também as possibilidades de as 'minorias flutuantes' se organizarem tanto por meio de uma militância ativa, com estrutura de um movimento social, quanto por membros voláteis e influenciados pelo transcorrer dos acontecimentos. Tais movimentos comportariam, portanto, a presença do que a autora chama de 'minorias passionais' (PAIVA, 2005, p.18). Lemos e Lévy (2010) afirmam também que mobilizações políticas reúnem grupos geográfica, social e ideologicamente distintos por interesses momentâneos em comum, mas que esses grupos seriam efêmeros e sem propósito de constituir estruturas de poder permanente. Pelo volume de pessoas e pela forma de atuação do MCC, é possível afirmar que o movimento conta com ambas formas de organização. O importante é ressaltar que, conforme pondera Paiva (2005), independente da maneira com que se organiza, essa forma de ativismo social vem se tornando mais frequente graças às práticas democráticas possibilitadas pela rede. Algumas dessas minorias se tornam bastante atuantes e capazes de alterar a lógica dominante, garantindo sua presença como uma força contra-hegemônica.

Movimentos como o MCC, organizados via ciberespaço, sugerem que os usuários da rede estão, cada vez mais, buscando uma democracia participativa e não apenas representativa. Apesar de os representantes políticos serem legitimados pelo voto popular em ambas as formas de democracia, na participativa os indivíduos buscam aumentar as maneiras de participação cidadã. Brandão (2011) reforça a necessidade de organização estratégica dos cidadãos de forma a obter maior influência na formulação de políticas públicas e na reivindicação de direitos. Essa organização seria justamente o que possibilitaria uma Comunicação Pública eficiente e eficaz na sociedade.

Conforme Adela Cortina:

No que diz respeito ao poder político, já não se legitima mediante um hipotético contrato social, mas pela comunicação. Não é o soberano quem deve representar a vontade do povo, mas o povo exercer sua soberania comunicativamente, no âmbito de procedimentos aceitos por ele, o que faz com que o poder administrativo tenha de se legitimar pela comunicação. (CORTINA, 2005, p. 134)

²⁸ Disponível em <<http://www.contracorrupcao.org/2013/05/por-que-lutar-contracorrupcao.html>> Acesso em: 22 maio 2014.

A comunicação instrumentaliza os cidadãos de forma a outorgar a legitimação do poder dos representantes políticos. Quando, por meio de uma plataforma como a internet, os cidadãos demonstram insatisfação e cobram diferentes posturas do poder público institucionalizado e a classe política envida esforços no sentido de dialogar e buscar soluções para os problemas, tem-se um indício de que é possível uma Comunicação Pública mediada e iniciada pelos cidadãos. Mesmo que as instituições tomem as decisões, são os cidadãos que devem apontar os problemas a serem resolvidos e deliberar sobre os mesmos.

Segundo Monteiro (2011), essas discussões realizadas dentro da esfera pública levam a uma requalificação dos temas abordados. Nesse sentido, os debates ocorridos dentro da *fan page* do Movimento Contra Corrupção, por serem tratadas dentro da nova proposta de esfera pública, previamente discutida neste trabalho, são requalificadas em termos cognitivos e normativos. Dessa forma entende-se que o estopim das manifestações de 2013 no Brasil foi o aumento de vinte centavos no preço das passagens do transporte público urbano, mas o que passou a ser debatido, de fato, foi a má qualidade do transporte público brasileiro e o descaso da classe política com a população. Tal requalificação é acompanhada, segundo a autora, de um novo quadro de referência, de alterações na importância dos atores envolvidos e, conseqüentemente, de uma alteração de todo o cenário referente ao tema.

Após toda a discussão estabelecida sobre as implicações do advento da internet e suas implicações nos campos da cidadania e da Comunicação Pública, é momento de conhecer os detalhes sobre o método utilizado para analisar o objeto de estudo desta dissertação: o Movimento Contra Corrupção, selecionado pela proximidade com as temáticas discutidas no decorrer do trabalho.

4.1 METODOLOGIA

Conforme verificado no capítulo anterior, o advento da *web* trouxe várias possibilidades de participação cidadã. Tornou-se importante, portanto, saber até que ponto a internet possibilitaria a Comunicação Pública, uma vez que os indivíduos com acesso à rede podem exercer o papel de emissores e estabelecer um processo comunicativo junto ao Estado.

Para tentar dirimir esta questão, este trabalho se propôs a avaliar se essa expectativa de diálogo e exercício de cidadania ativa vinha ocorrendo na prática dentro dos espaços da internet e mesmo fora deles, quando a rede serviu de instrumento para ações externas. Para

fazê-lo, foi selecionado para análise o Movimento Contra Corrupção ou MCC, uma *fan page* da mídia social Facebook que tem como principal intuito o combate a corrupção.

Tal recorte se deu em consonância com a tendência verificada nos estudos sobre a internet a partir dos anos 2000, de trabalhar recortes específicos em busca de estabelecer suas próprias dinâmicas, apropriações e lógicas, conforme apontado por Amaral e Montardo (2010 *apud*. FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2013). Tal tendência se deve sobretudo às características mutáveis e efêmeras da rede, que alteram o fluxo das tendências com relativa facilidade e dificultam sobremaneira os estudos sobre a internet como um todo. Assim, o estudo sobre o MCC funcionará como um recorte da rede para ajudar a entender suas possibilidades, mas se aterá às condições estabelecidas no objeto específico, sem buscar determinar um quadro permanente e holístico do vastíssimo mundo da internet.

A escolha de tal objeto, que será detalhadamente analisado nos próximos subcapítulos, se deu por uma série de fatores. Em princípio, por conta da grande proximidade das ações promovidas pelo movimento com os direitos previstos aos cidadãos, expostos por diversos autores. Além disso, pelas formas de ação do MCC, o Movimento aproxima-se das duas origens do termo cidadania, conforme a explanação de Cortina (2010): a origem grega, quando prioriza uma cidadania ativa por meio de ações práticas, e a origem romana, quando abre espaço para cidadãos buscarem informações sobre expectativas legítimas de direitos que não foram devidamente atendidos pelo Estado. Outros importantes fatores considerados na escolha do objeto foram o grande alcance que o supracitado movimento possui, uma vez que, em maio de 2014, contava com mais de 1,3 milhão de seguidores, e o fato de a divulgação do MCC ser feita exclusivamente por canais dentro da rede mundial de computadores, o que permitirá avaliar não só o objeto, como também, indiretamente, a *web* como suporte.

Partindo das três dimensões iniciais propostas por Marshall (1967), o movimento pode servir de exemplo de exercício dos direitos civis, pela liberdade de expressão praticada e pelas causas que defende. Um exemplo dessas causas pode ser dado baseando-se na própria colocação de Marshall de que o direito à justiça, enquadrado como direito civil básico, seria o "direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual". (MARSHALL, 1967, p.63). Nesse sentido, uma das bandeiras avidamente defendidas pelo MCC durante os protestos ocorridos no Brasil no decorrer do ano de 2013 foi o descabimento do Projeto de Decreto Legislativo 234/2011

proposto pelo Deputado Federal João Campos, do PSDB de Goiás, apelidado de 'Cura Gay'²⁹, eivado de preconceitos em relação aos homossexuais.

No tocante aos direitos políticos, grande parte de todo o conteúdo divulgado na *fan page* refere-se a questões políticas que, se não configuram um exercício direto de democracia, buscam ao menos criar mecanismos para que a democracia representativa em vigor no Brasil tenha transparência e, conseqüentemente, possa ter legitimidade frente à população. Nesse sentido, o exemplo mais claro seria toda a mobilização do MCC contra a PEC 37/2011, proposta pelo Deputado Federal Lourival Mendes, do PT do B do Maranhão que, se fosse aprovada, limitaria o poder de investigação do Ministério Público.

Já em relação aos direitos sociais, só a redução da corrupção por si só, e esse é o principal mote do Movimento, já disponibilizaria recursos a serem investidos em causas sociais e melhorias para a vida de milhões de brasileiros. Tratando de exemplos práticos, o estopim das manifestações que se verificaram principalmente em junho de 2013, e que tiveram amplo apoio e divulgação do MCC, foi o aumento das passagens do transporte coletivo em R\$0,20. As mobilizações que se seguiram em decorrência desse fato representaram a insatisfação da população em geral com o transporte público, um direito social entre vários que não vinham, ou não vem, sendo respeitados. Outro exemplo claro voltado para as questões sociais defendidas pelo Movimento foi a defesa do investimento de 100% dos *royalties* do pré-sal na educação³⁰.

Tais exemplos, que evidenciam a proximidade das ações e discussões do Movimento com as dimensões de cidadania propostas por Marshall (1967), apesar de terem aparecido com frequência nos debates, não foram analisados neste estudo. Tal omissão se deveu ao fato de que essas publicações não se enquadraram no critério de ser um dos três *posts* mensais com maior número de interações entre os disponíveis na página.

Ainda assim, citando esses exemplos de luta do MCC fica clara a íntima ligação deste com as lutas relativas a vários aspectos concernentes aos direitos essenciais dos cidadãos. Mas

²⁹ O Projeto de Decreto Legislativo 234/2011, proposto pelo Deputado Federal João Campos, do PSDB de Goiás, propunha suprimir a resolução do Conselho Federal de Psicologia de 1999, que proibia os profissionais da área de realizarem tratamento para alterar a orientação sexual das pessoas, seguindo diretriz apontada pela Organização Mundial de Saúde em 1990, que definia que a homossexualidade seria uma variação natural da sexualidade humana e não poderia, portanto, ser considerada uma doença. O referido projeto foi retirado de tramitação a pedido do próprio deputado, o que o permitirá reapresentá-lo para votação em 2014. Caso o texto tivesse sido votado e rejeitado pela maioria dos deputados, outro projeto semelhante só poderia ser apresentado na próxima legislatura, em 2015. A tramitação está disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505415>

³⁰ Foi aprovada pela Câmara dos Deputados a Lei 5500/2013, que definiu que os *royalties* do petróleo serão empregados 75% para a Educação e 25% para a Saúde.

como a conceituação utilizada por Marshall serve como ponto de partida para outras mais contextualizadas com a atualidade, foi importante também verificar as relações do Movimento Contra Corrupção com outros conceitos de cidadania já apresentados neste trabalho.

Quando Canclini (2006) buscou inserir o direito ao consumo como fator importante de construção da cidadania, ele deu um grande enfoque na forma como se dá o consumo dos meios de comunicação de massa. Nesse sentido, a utilização do MCC se justificou mais pelo suporte utilizado, no caso a internet, do que propriamente pelos conteúdos que divulga. Isso se deu por conta da exclusividade da utilização dessa plataforma para as ações do Movimento, o que denota uma mudança na forma de consumo dos meios de comunicação. Dessa maneira, o MCC deve ser avaliado sobre esse viés de consumo da internet voltado para a construção da cidadania dos indivíduos.

Uma correlação válida do suporte utilizado pelo MCC com os conceitos de cidadania apresentados diz respeito à necessidade, apontada por Adela Cortina (2010), de cada indivíduo aprender a ser cidadão. A internet, como já foi citado, é uma plataforma de comunicação relativamente nova e que ainda demanda uma alfabetização digital de seus usuários, nos termos que foram propostos neste trabalho. Contudo, algumas características relativas à sua utilização tendem a corroborar com o pensamento de Cortina. Uma delas é a pluralidade de informação disponível na internet como um todo e também no objeto escolhido para este trabalho, onde várias informações a respeito de direitos não respeitados e problemas de ordens diversas são relatados. Tais conteúdos divulgados podem trazer conhecimentos passíveis de utilização no dia-a-dia dos seguidores e/ou motivar protestos. Outra característica importante é a dialogicidade possível, que permite não apenas tirar dúvidas relativas a questões inerentes à construção da cidadania, como também apresenta uma série de ações que podem servir de exemplo.

Após todo o arcabouço teórico apresentado e justificada a pertinência do objeto, este estudo se voltará para a sua análise prática. A metodologia que mostrou-se mais pertinente para consecução dos objetivos foi a da análise de conteúdo (AC), assim definida por Bardin:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de transcrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2008, p.44)

Segundo Fonseca Júnior (2011), a análise de conteúdo é uma metodologia utilizada desde o século XVIII. De acordo com o autor, a facilidade de acesso a diversos tipos de documentos após o advento da *www* teria renovado substancialmente o interesse pelas técnicas de AC. De fato, a disponibilidade do material de análise deste trabalho na rede foi uma das razões para a seleção dessa metodologia.

Outro importante fator que justifica a escolha metodológica desta dissertação é o fato de se tratar de uma técnica híbrida, que leva em consideração tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos. Bauer e Gaskell (2002) defendem que a AC faz uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais, enriquecendo as pesquisas que a utilizam. Conforme Bardin (2008), atualmente, a análise de conteúdo deixou de ser considerada somente sob seu aspecto descritivo. Entende-se que o seu objetivo é a inferência. Segundo Valdetaro (2010 *apud.* FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2013), pesquisas sobre a *web* que lançam mão de abordagens qualiquantitativas têm apresentado resultados mais completos. Isso se dá pelo tratamento sistemático dispensado à análise dos dados e pela imparcialidade conferida a trabalhos do tipo.

Fonseca Jr (2011) também destaca a possibilidade de parceria deste método com outras técnicas de investigação. Neste trabalho, como fontes secundárias de informação, serão estudados também conteúdos postados nos outros canais do MCC, como a entrevista com um dos cofundadores publicada no *site* do Movimento e materiais correlatos às causas defendidas pela *fan page*.

Essa complementação das informações por meio das fontes secundárias se dará na fase de descrição do objeto, a primeira das etapas de uma pesquisa de análise de conteúdo. A etapa seguinte corresponde à inferência, descrita por Fonseca Jr (2011) como a etapa em que a análise foca os aspectos implícitos das mensagens analisadas, buscando evidenciar o sentido que se encontra em segundo plano. Por fim, ocorre a fase da interpretação, quando acontece a significação e as conclusões relativas a todo o material descrito e analisado.

Uma particularidade importante apontada por Bardin (2008) sobre a técnica da AC é que é um método muito empírico. Cada estudo é dotado de particularidades. Existem algumas regras básicas, mas não um modelo pronto para ser aplicado em todas as pesquisas que lançam mão dessa metodologia. De acordo com o objetivo do trabalho, a técnica deve ser reinventada, o que torna ímpar cada pesquisa que utiliza esse método. Logo, segundo Bauer e Gaskell (2002), a validade da análise de conteúdo não deve ser julgada em relação à leitura

verdadeira' do texto, mas nos termos de sua fundamentação de acordo com a teoria e os objetivos da pesquisa.

Ainda assim, segundo Bardin (2008), algumas regras devem ser obedecidas na aplicação dessa metodologia para a obtenção de resultados com validade científica. As categorias de análise definidas devem atender aos seguintes critérios:

- a) Homogeneidade: Só devem ser incluídas na mesma categoria unidades de registro da mesma natureza;
- b) Exaustão: O material deve ser analisado em sua totalidade e sob todos os aspectos possíveis;
- c) Exclusividade: Um elemento da análise não pode se enquadrar em várias categorias;
- d) Objetividade: Pesquisadores diferentes devem chegar a resultados iguais;
- e) Pertinência: As categorias devem estar de acordo com o material e objetivos da pesquisa.

A análise de conteúdo deste trabalho será efetuada com base em categorias propostas *a priori*, definidas por Bardin (2008) como categorias sugeridas antes da análise do material. Assim sendo, foram propostas, inicialmente, quatro categorias: cidadania ativa, cidadania passiva, anti-cidadania e discursos improdutivos. Dentro dessas categorias propostas foram estabelecidas variáveis, de acordo com o tipo de interação dos seguidores do MCC: denúncias, revolta, ironia, assentimento, discordância, resignação, proposições e meta-críticas.

A aplicação da análise de conteúdo será imprescindível no sentido de compreender se no Movimento Contra Corrupção ocorre a Comunicação Pública na forma com que este trabalho tem tratado o termo: como uma comunicação que envolve temas de interesse público, mas que não precisa ser necessariamente iniciada pelo Estado, podendo, portanto, partir de grupos que se sentem afetados por problemas de ordens diversas.

Para seleção do material de pesquisa para aplicação da AC serão escolhidos os três *posts* que geraram o maior número de interações entre os meses de maio e setembro de 2013 e, dentre estes, os primeiros vinte comentários relativos aos mesmos. A escolha de três postagens mensais se justificou por ser importante evitar que um conteúdo não relacionado a alguma categoria relativa à cidadania monopolizasse a análise referente àquele mês. Por outro lado, não houve necessidade de analisar uma quantidade maior de *posts* já que percebeu-se uma relativa homogeneidade entre os conteúdos da página, uma vez que ela possui uma temática bem definida, no caso, a corrupção e o descaso político com a população. Além disso, foi interessante perceber também quais temas geraram maior interesse dos seguidores.

A definição do material de análise se deu por critérios quantitativos. Foram considerados quantos 'curtir', 'compartilhar' e 'comentar' cada publicação obteve e foi feita

uma somatória simples, de modo que serão analisados os que obtiveram o maior número dentro da somatória proposta.

A escolha da quantidade de comentários se deu pelo objetivo de verificar se estavam ocorrendo diálogos construtivos em relação aos temas. Foi feito um pré-teste em algumas postagens e verificou-se que a quantidade de vinte comentários se mostraria suficiente para verificar se o diálogo foi de fato estabelecido. Caso a amostra da análise tivesse observado uma quantidade menor do que vinte comentários por *post*, correria o risco de não obter comentários suficientes até o devido estabelecimento do diálogo. Já extrapolar a quantidade estabelecida não se mostrou necessário, uma vez que o pré-teste demonstrou que dentro do limite de vinte comentários já foi possível estabelecer a presença do diálogo, quando ocorria.

O estabelecimento das quantidades analisadas, tanto de *posts*, quanto de comentários, se deu buscando cumprir os critérios estabelecidos por Rodriguez Osuna (*apud*. FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2013) que define uma amostra ideal para os trabalhos de pesquisa. Segundo o autor, a determinação do tamanho da amostra deve oferecer confiabilidade suficiente para os objetivos da investigação, tomando o cuidado de não tirar conclusões precipitadas de elementos insuficientes, mas sem despender custos e tempo de pesquisa tratando dados que não acrescentam novas informações que agreguem ao trabalho.

Por fim, a opção por analisar os meses de maio a setembro de 2013 ocorreu para que o trabalho pudesse verificar se houve algum tipo de sazonalidade entre esses meses, que indicaram o momento imediatamente anterior e imediatamente posterior ao ápice das manifestações contra a corrupção, que foi a principal pauta de discussão do MCC no ano de 2013 e responsável pelo maior número de adesões à página.

Por fim, mediante a aplicação da metodologia acima exposta, pretende-se chegar a resultados que permitam definir as razões e consequências da busca da construção da cidadania por meio da internet.

4.2 O MCC EM DETALHES

Segundo dados disponíveis na página do Movimento Contra Corrupção no Facebook³¹, o MCC foi criado em 9 de julho de 2012. Além da página hospedada nesta mídia social,

³¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/MovimentoContraCorrupcao?fref=ts>> Acesso em: 18 jun. 2013.

principal meio de divulgação do Movimento, com mais de 1,3 milhão de seguidores em maio de 2014, o MCC conta também com um *site*³², uma página no Twitter³³, com pouco menos de três mil seguidores, um canal no YouTube³⁴, com pouco menos de oito mil inscritos, e uma página no Google Plus³⁵, com pouco mais de setecentos inscritos. O MCC conta também com diversas ramificações estaduais, algumas com milhares de seguidores. Todavia, pela projeção alcançada e pelos objetivos estabelecidos, o objeto deste trabalho se aterá à página principal do movimento no Facebook.

Segundo entrevista prestada por Ernani Fernandes³⁶, um dos fundadores do MCC, o movimento foi criado sem ter nenhuma motivação pontual específica. Predominaram causas diversas nocivas aos cidadãos brasileiros, como o estado deletério da política no Brasil e o caráter tendencioso de alguns meios de comunicação. Além disso, foi detectada a necessidade de uma forma de divulgação isenta, o que poderia ser propiciado pela internet. Os autores do movimento perceberam também a demanda por grupos de luta contra a corrupção apartidários, abertos e confiáveis que pudessem engajar pessoas interessadas em discutir e desenvolver ações voltadas para a melhoria do quadro político brasileiro.

Quanto a esses intuitos, é importante destacar três pontos apontados por Ernani como motivadores para a criação do grupo. Primeiramente, a necessidade de se manter afastado de partidos políticos denota uma tomada de consciência da necessidade da própria sociedade e suas minorias definirem e discutirem seus próprios problemas sem a representação tão veementemente criticada por Spivak (2005). Já a abertura apregoada vem ao encontro da possibilidade de criação de espaços oriundos dos oprimidos para o estabelecimento de diálogos com o poder público, conforme a definição de Comunicação Pública assumida por este trabalho. Por fim, a confiança remete à questão da credibilidade na rede mundial de computadores. Um movimento recém criado não tem um nome reconhecido que remeta a algum grau de confiança pré-estabelecido. Contudo, como a adesão é totalmente voluntária, presume-se que cada indivíduo que se prontifica a acompanhar as discussões e ações do MCC, em detrimento de outros canais, esteja inclinado a considerar a *fan page* como um ambiente sério. O citado engajamento dos indivíduos almejado pelo MCC denota o compartilhamento

³² Disponível em: <<http://www.contracorrupcao.org/>> Acesso em: 22 maio 2014.

³³ Disponível em: <<https://twitter.com/mccnacional>> Acesso em: 22 maio 2014.

³⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/canalcontracorrupcao>> Acesso em: 22 maio 2014.

³⁵ Disponível em: <<https://plus.google.com/+ContracorrupcaoOrg/posts>> Acesso em: 22 maio 2014.

³⁶ Disponível em: <<http://www.contracorrupcao.org/2013/05/por-que-lutar-contracorrupcao.html>> Acesso em: 22 maio 2014.

de um anseio da sociedade por espaços próprios para a discussão de temas como o desempenho da administração pública.

Ernani ressalta também, em sua entrevista, que mediante a gravidade do problema da corrupção no Brasil, os meios de contraposição a tais práticas, como o MCC, por se encontrarem em uma fase incipiente, não têm poder suficiente para mudar o cenário de forma contundente e definitiva. O objetivo do movimento seria o de diminuir os danos causados por essa prática escusa. Isso porque, assim como os menos favorecidos se desiludiam no modelo ateniense de cidadania ao perceberem que a aplicação das leis padecia de favorecimentos particulares, conforme apontado por Cortina (2005), muitos cidadãos nos dias atuais também perdem o interesse pela política pela aversão em decorrência dos episódios de corrupção dos quais tomam conhecimento. Tal afastamento é extremamente prejudicial à construção da cidadania ativa, uma vez que indivíduos apartados da política não participam das discussões que o afetam diretamente.

Ernani pondera também que a improbidade administrativa não pode ser combatida apenas pontualmente. Contudo, alguns resultados importantes foram alcançados com as ações tomadas pelo MCC, dentro os quais pode-se citar a criação de um grupo voltado para estudos sobre a corrupção e modos de combatê-la, chamado GECCOR; a divulgação de denúncias, direitos e a conseqüente conscientização de vários cidadãos, uma vez que pela atuação nas mídias sociais o grupo tem o alcance de 17 milhões de pessoas por semana; a criação do Portal Auditoria Popular³⁷, voltado para o acompanhamento dos gastos públicos pelos cidadãos e a organização e promoção de manifestações, como as verificadas em meados de 2013, o que torna o MCC corresponsável pelos resultados conquistados.

Ernani defende que para o cidadão se manifestar é necessário um processo de conscientização e de informação para que não exerçam o papel de 'massa de manobra' para interesses escusos. Tal necessidade reflete a urgência do estabelecimento da Comunicação Pública, tanto na prestação de informações e transparência por parte do Estado, quanto no momento de discussões e definição dos problemas nos grupos minoritários, antes de estabelecerem diálogos com o poder público. Quanto a essa questão, Ernani também enaltece a necessidade de fortalecimento desses grupos por meio da união dos indivíduos afetados e que tenham ideais similares.

³⁷ Disponível em: <<http://auditoriapopular.com/portal>> Acesso em: 22 maio 2014.

Na *fan page* e no *site* do movimento também são indicados os seus objetivos (ANEXO A). Ainda que alguns intuítos apontados estejam sobrepostos, outros vão ao encontro de importantes temas discutidos neste trabalho e, portanto, devem ser destacados.

Em relação ao item 'e': "Estimular o debate público, coletivo e democrático a respeito de modos de resolução da problemática da corrupção." (Movimento Contra Corrupção, 2013) a estimulação ao debate público, coletivo e democrático, sobretudo por ser feita via rede mundial de computadores, denota que já existem iniciativas voltadas para a efetivação da Comunicação Pública na sociedade brasileira. Tal objetivo apontado pelo movimento aproxima a internet da nova forma de esfera pública, previamente discutida. A exclusão digital continua a ser o principal problema que afasta coletividades desse acesso ao debate e da consequente construção de suas cidadanias. Contudo, ao conquistarem esse acesso, já existirão ferramentas estruturadas para inseri-los nessa importante etapa de instituição da Comunicação Pública.

Os itens 'k': "Instruir a população, no que tange a temáticas concernentes, a respeito da Constituição Federal, de leis, normas, pareceres, doutrinas, direitos, deveres e assertivas em geral."; 'l': "Estimular o aprendizado e a prática referentes à cidadania."; e 'm': "Contribuir para a formação de cidadãos conscientes, dotados de capacidade intelectual, crítica e analítica no que concerne à sociedade, à política e à economia." (Movimento Contra Corrupção, 2013) valorizam o papel da internet e do MCC, mais especificamente, de disseminadores de informações diversas aos indivíduos, o que é consensual entre todos os autores discutidos nesta dissertação como etapa imprescindível para a efetivação da Comunicação Pública e da cidadania. Os itens 'l' e 'm' corroboram com a necessidade, apontada por Cortina (2005), de cada indivíduo aprender a ser cidadão para ter possibilidade de intervir em sua condição de subcidadania.

Já o item 'o': "Unir cidadãos conscientes e honestos, ampliando a sua força de atuação e demonstrando que não estão sozinhos." (Movimento Contra Corrupção, 2013) enaltece o agrupamento de cidadãos que compartilham as mesmas causas para o enfrentamento dos problemas que os afetam. O MCC é uma ferramenta que atua no sentido de minimizar a Espiral do Silêncio, uma vez que possibilita a expressão dos indivíduos de forma aberta a todos os seguidores da página. Assim, além do combate à corrupção, os subtópicos podem estabelecer debates importantes sobre temas de minorias como os homossexuais, os negros e as mulheres. Quanto maior o debate e a adesão por indivíduos interessados nas temáticas discutidas, mais soluções tendem a ser propostas, a deliberação conquista uma maior

repercussão e, mediante este quadro, há uma tendência de uma maior eficácia nas ações propostas.

O item 'p': "Compôr uma estrutura permanente, sólida, holística e integrada de cidadãos que visem à preservação da democracia, do Estado de Direito, da legitimidade pública, da representatividade, da união da sociedade, da cidadania, do desenvolvimento nacional e da higidez das instituições." (Movimento Contra Corrupção, 2013) foi destacado por trazer de volta a discussão sobre o enquadramento do MCC como 'minorias flutuantes' de acordo com definição de Raquel Paiva (2005). Pelo discurso do cofundador, Ernani Fernandes, ao dizer que o combate à corrupção não pode ser uma ação pontual, e pelo objetivo apontado de compor uma estrutura permanente e integrada de cidadãos para a preservação da democracia, nota-se que ainda que o MCC possua tanto membros ativos permanentes, quanto membros voláteis, os organizadores ambicionam a continuidade do movimento. Tal fato demonstra um amadurecimento de iniciativas via internet que garantem espaços permanentes de discussão.

É notório que o crescimento do número de adeptos desde a criação do movimento, em meados de 2012, demonstra que havia uma expectativa por parte dos cidadãos para a disponibilização de alguma esfera pública do gênero. Essa expectativa aparentemente se tornou ainda maior durante o mês de junho de 2013, quando o povo brasileiro protagonizou uma das maiores mobilizações da história do país. Nesse momento, houve um substancial aumento de discussões referentes a temas concernentes às questões cidadãs dentro da página e, por esta razão, cabe explicar em linhas gerais o que foi essa mobilização, uma vez que ela serviu de parâmetro para a definição do recorte temporal para a análise do objeto neste trabalho, conforme justificado na metodologia.

As mobilizações, que ficaram conhecidas por nomes diversos, como 'Vem pra rua', 'Jornadas de junho', 'Manifestações dos 20 centavos', entre outros, tiveram início motivadas pelos aumentos no preço das passagens do transporte coletivo de algumas capitais brasileiras. As manifestações, que paulatinamente foram ganhando força e novos adeptos, passaram a contar com reivindicações mais diversificadas, mas unidas pelo ponto comum da insatisfação da população com a classe política brasileira.

O ápice do movimento se deu nas manifestações do dia 20 de junho de 2013 quando, segundo Lisita (2013), mais de 1 milhão de brasileiros foram às ruas para protestar por menos corrupção, mais qualidade nos serviços públicos e por mais cidadania. Conforme Rodrigues (2013), os protestos foram heterogêneos tanto em relação aos pleitos, quanto em relação aos

participantes. A principal diferença apontada pelo jornalista em relação a outras grandes mobilizações ocorridas no Brasil, como o ‘Diretas já’ e o ‘Fora Collor’, foi a força da internet como mobilizadora das pessoas. Alexandria (2013) atesta que o movimento, organizado e divulgado via mídias sociais, formou um mosaico de opiniões que demonstravam a grande heterogeneidade das reivindicações. Durante o evento, havia uma grande mobilização concomitante na internet, com grande quantidade de postagens pelo Facebook e Twitter, além de coberturas em tempo real das caminhadas via YouTube. Alexandria cita um mapeamento realizado pela empresa Scup, que afirma que, até 20 de junho de 2013, mais de 920 milhões de mensagens sobre as manifestações brasileiras já haviam sido publicadas nas mídias sociais e mais de 911 milhões de internautas já teriam sido impactados. Toda essa interação seria explicada pelo fato de a internet permitir a distribuição mais ágil das informações.

Como consequência de todas as manifestações ocorridas, os poderes executivo e legislativo tomaram medidas para atender às demandas apresentadas. Pesquisa feita pelo Ibope³⁸ buscou levantar as três principais razões que estavam levando os brasileiros às ruas. As principais causas apontadas pela pesquisa com as ações tomadas pelo poder público para atendê-las, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 - Relação entre reivindicações populares e ações do governo

Reivindicações da população	Percentual	O que foi feito
Transporte público	53,7%	- Deputados aprovaram a redução de PIS - Cofins na tarifa do transporte; - BNDES liberou R\$2,3 bilhões p/ o metrô de SP; - CET anunciou faixa de ônibus na Marginal Pinheiros.
Contra a corrupção	49%	- Senado aprovou projeto que torna corrupção um crime hediondo.
Redução da tarifa	40,5%	- 17 cidades reduziram a tarifa do transporte coletivo.
Saúde	36,7%	- Câmara aprova 25% dos royalties do petróleo do pré-sal para a saúde; - Ministério da Saúde anunciou projeto de lei para perdoar dívidas da Santa Casa.
Gastos com a Copa do Mundo / das Confederações	30,9%	- Câmara cancelou verba de R\$ 43 milhões para a Copa do Mundo e das Confederações.
Educação	29,8%	- Câmara aprovou 75% dos royalties do petróleo do pré-sal e 50% do Fundo Social para a educação.

(continua)

³⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>> Acesso em: 26 maio 2013.

Quadro 1 - Relação entre reivindicações populares e ações do governo

(continuação)

Reivindicações da população	Percentual	O que foi feito
Contra a PEC 37	11,9%	- Deputados decidiram por maioria absoluta arquivar a PEC 37.
Necessidade de mudança na política	11,4%	- Presidente Dilma Roussef anunciou apoio a uma reforma política.
Contra a repressão policial	4,1%	- Em São Paulo, PM anunciou que não usaria mais balas de borracha em manifestações populares.

Fonte: G1<<http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>> 2013

Com a proximidade da realização da Copa do Mundo 2014, novas manifestações tiveram lugar, sobretudo em cidades que vão sediar os jogos do torneio. Tais manifestações, ainda que de menor proporção do que as realizadas em junho de 2013, demonstram que a organização de reivindicações via internet tem se tornado uma constante. Tais atos reforçam também a necessidade constante de diálogo entre poder público e população para a melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo. Contudo, para ser possível avaliar mais detalhadamente a forma com que a divulgação de informações e os debates se estabelecem e se traduzem em processos interlocutórios com o governo, este trabalho analisará como se deu a atuação do MCC imediatamente antes, durante e após as manifestações de junho de 2013.

4.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS *POSTS* DO MCC

Antes de dar início à análise, é importante ressaltar que o objeto a ser estudado é propício para discussões e arregimenta indivíduos inclinados a debater os temas expostos na página do MCC. Assim sendo, o local de fala desses indivíduos colabora com uma maior inclinação para comentários voltados para a cidadania ativa. Isso se dá também pela influência que a conjuntura do período em que foi coletado o material de análise exerceu sobre os interagentes, uma vez que houve uma efervescência de debates sobre o tema corrupção à época. Também é importante notar que a categorização estabelecida neste trabalho não se desdobra necessariamente para os interagentes. Foi feito um recorte pontual que retratou determinado momento e não o comportamento dos indivíduos de forma definitiva.

Para a devida contextualização deste estudo torna-se importante apresentar quais critérios foram adotados para justificar o enquadramento de cada um dos comentários e discussões referentes aos *posts* em cada uma das categorias da análise de conteúdo propostas.

Os comentários categorizados como expressão de cidadania ativa foram: 1) As propostas de ação, como o comentário do participante 11 no 3º *post* com maior número de interações do mês de agosto: 'Vamos levar toda a família pra rua dia 7 de setembro e dar mais um recado aos hipócritas de Brasília.'; 2) Os debates referentes a temas relativos aos direitos dos cidadãos, como boa parte dos comentários concernentes ao 2º *post* com maior número de interações de julho de 2013, que tratava do tema da segurança pública. Ex: 'Participante 4: Interessante, mas como muitas vezes o estupro é seguido de morte.....neste caso. a morte da violentada é certa.' As manifestações e discussões colaboram para o aferimento da opinião pública e o consequente estabelecimento de diálogo junto ao poder público; 3) A prestação de informações relevantes, como o comentário do Participante 9 no 2º *post* com mais interações de agosto de 2013: 'O maior contaminado é o Executivo Federal que USA e ABUSA de nosso dinheiro! Além desta "fantástica" contratação de médicos cubanos com pagamento direto nas MAÃOS de Fidel, nosso Governo Federal fez empréstimos, no início de abril, aos governos de CUBA e Angola que foram tornados SECRETOS pelo Ministro FERNANDO PIMENTEL, até o ano de 2027! O que contém estas negociações que o Povo Brasileiro NÃO PODE SABER???' <http://www1.folha.uol.com.br/.../1259471-brasil-coloca...> Tais comentários contribuem para a formação da opinião dos participantes do debate e trazem importantes pontos de discussão e; 4) Concordância com comentários e *posts* que manifestamente defendem e influenciam atitudes voltadas para a construção da cidadania, como o comentário do Participante 7: 'Concordo com você! Isso é coisa muito séria!' ao se referir ao 3º *post* com mais interações em julho, que pedia aos cidadãos que não fizessem trotes no telefone 192.

Os comentários foram enquadrados como cidadania passiva quando demonstraram atribuição de culpa, transferência de responsabilidades e/ou expectativas de que determinadas instituições tomassem atitudes que os próprios indivíduos poderiam executar. Um exemplo é o comentário do Participante 13 no 3º *post* de maior repercussão em setembro de 2013, que criticava os políticos brasileiros de forma generalizada: 'Verdade, mas o pior é que temos consciência, compartilhamos isso com a falta de ação.'

Os comentários considerados como anti-cidadãos foram os que: 1) Apresentaram mensagens desmobilizadoras, críticas conformistas ou conivência com situações que notadamente prejudicam a construção da cidadania ou contribuem para a manutenção da condição de subcidadania dos indivíduos. Como exemplo, pode-se citar o comentário da Participante 18 sobre o 3º *post* com mais interações em agosto de 2013: 'Da ate vergonha de ser brasileira! PAÍZINHO MEIA BOKA... BANDO DE VAGABUNDOS NO PULEIRO...' e;

2) Descumpriram regras da 'netiqueta', conforme apresentada por Lévy (2000a), de forma a prejudicar o debate, afastando indivíduos de discussões importantes e indo contra princípios humanitários e cidadãos, como quando são publicadas ofensas, xingamentos e incitações à violência. O comentário do Participante 3 no 3º *post* com mais interações do mês de agosto ilustra bem essa questão: '- não queria dizer isso mas, morte aos políticos corruptos.....'!

Por fim, os discursos improdutivos foram considerados todos os comentários que não enriqueceram de nenhuma forma os debates e não apresentaram conteúdo pertinente para a análise, como onomatopeias, discussões fora do contexto debatido, comentários sem qualquer relação com questões inerentes à cidadania e mensagens ininteligíveis.

Após explicitados os critérios adotados para a categorização dos comentários relativos aos *posts*, seguem os materiais analisados por esta dissertação e a correspondente análise. Os comentários referentes às postagens apresentadas a seguir podem ser verificados na íntegra nos anexos deste estudo.

O mês de maio de 2013 ficou marcado pela efervescência da mobilização contra o aumento do preço das passagens do transporte coletivo³⁹. Apesar de já se terem sido noticiados protestos contra o referido aumento nas cidades de Porto Alegre e Manaus no mês de março, os protestos verificados em Goiânia e em São Paulo em maio culminaram em uma maior repercussão em razão da intensidade e frequência das mobilizações. A intensificação desses movimentos foram peças importantes na criação do cenário responsável pela grande mobilização verificada no mês seguinte.

Figura 1 - *Post* com maior número de interações em maio de 2013



Fonte: Página do MCC no Facebook

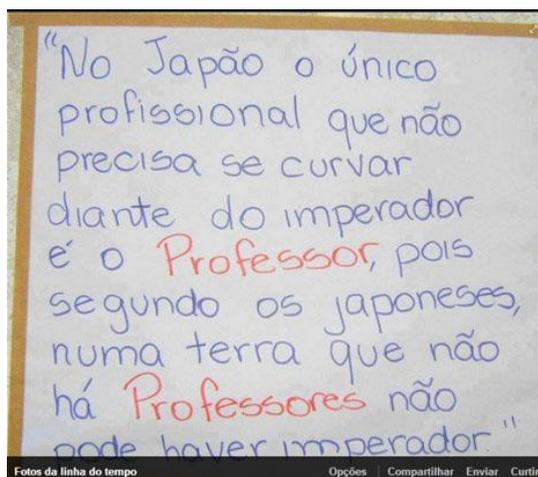
³⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>> Acesso em: 26 maio 2014.

A publicação disponível com maior número de interações do mês de maio (33.617 interações: 4532 curtir / 252 comentar / 28.833 compartilhar) é uma manifestação aberta contra a Copa do Mundo 2014, sediada no Brasil. O texto: 'Já temos o circo. Só falta o pão' acompanhado das imagens de um estádio de futebol que recebeu grandes investimentos e de uma criança com aparente vulnerabilidade social com um prato vazio em suas mãos remete a uma crítica às prioridades de investimento do poder público. Há uma clara referência à política do 'Pão e Circo' verificada na Roma Antiga, onde o Estado promovia espetáculos, como as lutas de gladiadores, e distribuía pães aos presentes para amainar o descontentamento da população romana da época. Pode-se entender, dessa forma, que o responsável pela imagem critica a realização do Mundial de futebol no Brasil por entendê-lo como um espetáculo para abrandar a insatisfação popular com a classe política e a situação do país. Além disso, é cobrada uma postura de igual preocupação do governo com o combate à fome e a miséria.

Conforme já apresentado neste estudo na própria definição do conceito, um processo de Comunicação Pública envolve necessariamente o interesse público. Dessa forma, é importante precisar, dentro do contexto dos *posts* analisados, de que forma o objeto dos comentários está relacionado com o interesse público. Essa relação pode ser verificada na figura 1 pela introdução do tema da miséria e de um sugerido menor comprometimento do governo com o combate à fome do que com a construção de estádios de futebol para realização de competições esportivas. Tal tema foi inclusive o 5º mais apontado, com 30,9%, como causa das mobilizações verificadas em junho, conforme quadro 1.

Os comentários referentes a esse *post* apresentaram um equilíbrio entre mensagens de cidadania ativa (6), passiva (6) e anti-cidadania (5). Enquanto alguns interagentes buscaram debater o assunto tratado, apresentando opiniões, argumentos e sugestões de novas mobilizações, outros atribuíram culpa dos problemas sociais à Rede Globo de Televisão, à realização da Copa do Mundo e aos políticos indiscriminadamente. As mensagens categorizadas como anti-cidadãs versaram sobre a impossibilidade de se resolver a situação apontada ou criticaram as tentativas de solução do problema com escárnio e sem proposições.

Figura 2 - 2º *post* com maior número de interações em maio de 2013



Fonte: Página do MCC no Facebook

O segundo *post* mais popular dentre os apresentados na página do MCC no mês de maio (31.768 interações: 6178 curtir / 254 comentar / 25.336 compartilhar) é a foto de um cartaz manuscrito que destaca que no Japão o único profissional que não precisaria se curvar diante do imperador seria o professor, uma vez que somente os professores seriam capazes de educar os imperadores. Essa publicação está claramente cobrando do governo uma valorização à classe dos professores e o devido respeito tal qual ocorre em território japonês.

Essa publicação está intimamente ligada com o interesse público, uma vez que a educação e a valorização do professor são imprescindíveis para o desenvolvimento de cada indivíduo. Após ser apontada como a 6ª principal causa das ‘Jornadas de Junho’, com 29,8% (Quadro 1), a temática da educação é recorrente em discussões que pretendem buscar soluções para diversos problemas, como analfabetismo, distribuição de renda, segurança pública, dentre outros.

O debate suscitado por esse *post* foi prejudicado pois, aparentemente, a informação divulgada estaria incorreta, conforme afirmaram vários interagentes. Dessa forma, houve uma hegemonia de discursos improdutivos, uma vez que discutiu-se mais se a informação era ou não verdadeira do que o problema da educação no Brasil. Alguns comentários buscaram criticar alguns episódios relacionados com a desvalorização dos professores e apresentar soluções, como a redução das turmas, o aumento do salário e a priorização da educação frente a outros problemas vivenciados no país. Esses foram considerados comentários voltados para o exercício de uma cidadania ativa (3 comentários). Uma crítica ofensiva e despropositada publicada foi categorizada como anti-cidadania e os lamentos que demonstraram uma

expectativa em relação a ações de terceiros, como cidadania passiva (3 comentários). O desvio em relação ao tema prejudicou uma leitura a respeito dos números apresentados e impossibilitou uma análise mais aprofundada.

Figura 3 - 3º *post* com mais interações em maio de 2013



Fonte: Página do MCC no Facebook

O terceiro *post* com maior número de interações durante o mês de maio (28.126 interações: 9.103 curtir / 303 comentar / 18.720 compartilhar) mostra dois rapazes com camisas do Clube de Regatas Flamengo em frente a um estádio de futebol fazendo uma manifestação por meio de uma faixa. Com a representação do logotipo da Rede Globo de Televisão, os dizeres da faixa procuravam chamar a atenção da mídia, usando o subterfúgio que se popularizou em estádios de futebol de pedir para ser filmado de uma forma coloquial: 'Filma nós aê!' seguido, assim como o *post* mais comentado do mês, de uma crítica às prioridades do governo. Dessa forma, os torcedores representados criticaram a falta de investimentos em saúde e educação face aos grandes investimentos feitos pelo Estado para custear eventos esportivos como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo.

Essa imagem também está relacionada com o interesse público no tocante à questão da educação, assim como a figura 1, e na priorização por parte do Governo Federal em utilizar recursos públicos para construção de estádios ao invés de investir em áreas que beneficiam toda a população de forma mais direta. Contudo, esse *post* levantou também a questão da saúde pública, que foi apontada como a 4ª principal causa das manifestações, com 36,7% (Quadro 1). A questão da saúde é tema de interesse público por ser um direito social básico, sem o qual os cidadãos perdem sua capacidade de agir em prol do desenvolvimento do país.

As discussões em torno da imagem apresentada ficaram polarizadas entre mensagens de cidadania ativa (11 comentários) e cidadania passiva (9 comentários). As postagens de cidadania ativa variaram entre mensagens de incentivo a ações de protesto como a promovida pelos torcedores da foto e sugestões de melhores investimentos do dinheiro público. Já as mensagens de cidadania passiva buscaram criticar a ação dos rapazes por razão da possível compra de ingresso pelos manifestantes para assistir a algum jogo e responsabilizar os torcedores pela conivência com o mal emprego do dinheiro público pelo Estado. Outros interagentes afirmaram que torceriam contra a seleção brasileira na Copa do Mundo como protesto contra a corrupção e um deles criticou a parcialidade da Rede Globo de Televisão.

Essas postagens e comentários analisados referentes ao mês de maio de 2013 ocorreram dentro de um período de efervescência de discussões motivadas pelas frequentes notícias de gastos substanciais com os primeiros estádios de futebol que estavam sendo inaugurados para a Copa das Confederações, que ocorreria no mês seguinte. Talvez pela Espiral do Silêncio, nem todos estavam manifestando suas opiniões até então, mas um movimento já ganhava corpo e as discussões se tornavam mais frequentes, ainda que com uma notável divergência de posicionamentos. Determinadas discussões verificadas se tornariam alguns dos principais motes das 'Jornadas de Junho' e podem ter contribuído para a formação da opinião pública a respeito dos temas que entrariam definitivamente em pauta no mês que estava por vir. Note-se que, conforme o quadro abaixo, as mensagens de cidadania estabeleceram uma vantagem sobre as mensagens contrárias aos preceitos cidadãos. Isso pode indicar um otimismo por parte da sociedade à época. Talvez pela falta de um exemplo de cidadania ativa tão forte, que só se daria no mês subsequente, a quantidade de comentários de cidadania passiva foi maior do que todos os outros meses analisados. O número de mensagens de anti-cidadania foi relativamente baixo, representado por apenas seis publicações. Dentre as variáveis, houve um equilíbrio, com destaque para a concordância simples nas mensagens de cidadania ativa, revolta e ironia, nas de cidadania passiva e a resignação nas de anti-cidadania.

Quadro 2 - Categorias e variáveis observadas nos *posts* do mês de maio

Categoria	Variável	Qtde.	Total
Cidadania ativa	Denúncia / Informação	3	20 (continua)
	Revolta	4	
	Assentimento	8	
	Proposições	5	

Quadro 2 - Categorias e variáveis observadas nos *posts* do mês de maio

(continuação)

Categoria	Variável	Qtde.	Total
Cidadania passiva	Denúncia / Informação	3	18
	Revolta	6	
	Ironia	5	
	Assentimento	1	
	Discordância	3	
Anti-cidadania	Denúncia / Informação	1	6
	Revolta	1	
	Ironia	1	
	Resignação	3	
Discurso improdutivo	-	16	16

Fonte: Próprio autor

O mês de junho de 2013 foi o de maior atividade na *fan page* do MCC desde a criação do movimento, em grande parte motivada pelas manifestações ocorridas durante o mês, que contaram com grande cobertura midiática e uma adesão maciça da população. Com o crescimento exponencial do número de pessoas envolvidas nos protestos no decorrer do mês, a manifestação do dia 20 atingiu o ápice de 1,4 milhão de indivíduos envolvidos⁴⁰. O cenário verificado nesse mês encorajou a adesão aos debates sobre os diversos temas referentes às mobilizações e contribuiu para a participação popular observada.

⁴⁰ Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>> Acesso em: 26 maio 2014.

Figura 4 - Post com mais interações em junho de 2013



Fonte: Página do MCC no Facebook

O *post* com maior número de interações do mês de junho (213.711 interações: 48.102 curtir / 8.860 comentar / 156.749 compartilhar) é também o que apresentou o quantitativo mais expressivo entre todos os meses analisados por este trabalho. Diferentemente de todos os outros *posts* avaliados, que consistiram em imagens estáticas, este foi o único vídeo verificado. No referido conteúdo (ANEXO E), um pai questiona as declarações feitas pelo jogador de futebol e membro do Conselho Organizador da Copa, Ronaldo Nazário, conhecido também como 'Fenômeno', quando este afirmou que Copa do Mundo se fazia com estádios e não com hospitais. Em um depoimento emocionado, o pai mostra sua filha, deficiente física, e conta vários percalços que sua família tem passado por conta do sistema de saúde deficitário, sobretudo no estado do Rio de Janeiro. Ele afirma também que a causa das manifestações que estavam em curso durante o mês de junho era a insatisfação popular com questões como saúde, segurança pública e desigualdade de renda e não os R\$0,20 de aumento no preço das passagens do transporte coletivo.

A temática abordada por essa postagem remete a várias questões tidas como de interesse público. A principal delas é a questão da saúde, já justificada em relação à figura 3. Entretanto, o depoimento traz também apontamentos quanto ao sistema judiciário falho, que está diretamente ligado aos direitos civis, à má distribuição de renda e à segurança. Todos esses temas, além de estarem presentes nesse vídeo, também figuraram como causas das manifestações de junho e podem, dessa forma, ser caracterizados como de interesse público.

As discussões referentes a esse *post* ficaram concentradas preponderantemente no apoio à causa do pai da menina deficiente. Mediante toda a argumentação apresentada, as causas levantadas e a incitação à manutenção das mobilizações que estavam em curso durante o mês em questão, as mensagens de concordância e apoio ao depoimento de Alex Ribeiro foram categorizadas como cidadania ativa (13 comentários). As mensagens tidas como anti-cidadania (4 comentários) foram as que utilizaram linguagem inapropriada, ataques pessoais e xingamentos dirigidos à pessoa de Ronaldo Nazário. Tal enquadramento se deveu ao não cumprimento da netiqueta e o possível afastamento de outros internautas do debate por conta de tal comportamento. Percebe-se que, por conta da conjuntura do país com tantas manifestações em curso, passou a haver uma maior tendência das pessoas se posicionarem de forma ativa, possivelmente motivadas pelo comportamento dos manifestantes.

Figura 5 - 2º *post* com mais interações em junho de 2013



Fonte: Página do MCC no Facebook

O 2º *post* com maior número de interações durante o mês de junho (63.604 interações: 20.621 curtir / 822 comentar / 42.161 compartilhar), quando as manifestações que se verificaram no Brasil em 2013 atingiram seu ápice, foi um convite a todos os receptores para participarem do que se pretendia ser a maior manifestação do planeta, projetando 10 milhões de brasileiros nos protestos. Tal evento ocorreria no dia primeiro de julho de 2013, em todas as cidades do Brasil. O 'convite' utilizou características nacionalistas como apelo ao usar as cores da bandeira do Brasil.

A principal relação dessa postagem com o interesse público é a valorização da participação popular e a apologia ao exercício da cidadania ativa. Sem necessidade de imagens para chamar a atenção dos seguidores da *fan page*, a própria repercussão da

publicação denota o interesse público e a consciência popular sobre a importância de lutar pela conquista e cumprimento de direitos.

Mais uma vez, dentro do mês de junho, é percebido um predomínio marcante de mensagens dentro de um contexto de cidadania ativa (16 comentários). Pôde-se verificar com grande frequência a presença de participantes pleiteando uma democracia mais direta, indo contra a proposta de realização de um plebiscito para implementação da reforma política sugerida pela presidente Dilma em pronunciamento⁴¹ e exigindo um referendo para tratar do assunto. Outros interagentes promoveram debates e apresentaram novos dados e informações para instruir os participantes das discussões. Contudo, alguns comentários demonstraram conivência com a situação ou utilizaram termos de baixo calão sem nenhum enriquecimento da discussão e, nesse caso, foram enquadrados como anti-cidadania (4 comentários).

Figura 6 - 3º *post* com mais interações em junho de 2013



Fonte: Página do MCC no Facebook

O terceiro *post* com mais interações no mês de junho (61.700 interações: 29.068 curtir / 495 comentar / 32.137 compartilhar) mostra uma foto de um dos maiores protestos ocorridos no mês de junho, na cidade de Brasília, onde um grande contingente de manifestantes ocupou o Congresso Nacional. No texto, verifica-se uma clara ironia e um evidente descontentamento com a classe política, ao afirmar que jamais se havia visto tantas pessoas honestas no Congresso.

⁴¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=y0Nq6LzTsEk>> Acesso em: 04 jul. 2014.

O interesse público nessa imagem é explicitado pela valorização dada à moralização das instituições políticas brasileiras. A crítica feita aos políticos da Câmara e do Senado Federal invoca a insatisfação generalizada da população com os frequentes casos de corrupção noticiados pela mídia. A corrupção foi apontada como a segunda principal causa das manifestações de junho (Quadro 1), com 49% e, indiretamente, como o oitavo motivo mais apontado, com 11,9%: a necessidade de mudanças na política.

Também nessa terceira publicação do mês, os comentários cidadãos foram maioria (14 mensagens), sobretudo os de cidadania ativa (8 mensagens). Parte das publicações enquadradas nessa categoria fez menção a formas de protesto possíveis para chamar uma maior atenção da mídia e, dessa forma, obter mais visibilidade. Além dessas sugestões e comentários de apoio às propostas, foram observadas mensagens que apresentaram indícios de que os cidadãos estão insatisfeitos com a classe política que os representa, mas que tal fato seria motivo de piadas, além de não haver a admissão de responsabilidades por esse quadro vigente.

As três publicações analisadas em junho traduziram bem a conjuntura verificada nesse mês. O depoimento do pai da menina deficiente expôs claramente as causas das mobilizações em curso no período, a conclamação da população para permanecer se mobilizando indicava que vinha-se conquistando resultados importantes e, por fim, a imagem da 'tomada' do Congresso Nacional pelos manifestantes elucida a importância do movimento para o país e ilustra o povo tomando o poder para si, ainda que simbolicamente. O teor das discussões, muito provavelmente influenciado pelo momento histórico, foi predominantemente permeado de comentários voltados para a cidadania ativa. Esse foi o mês analisado que atingiu o maior percentual de mensagens dessa categoria. Proporcionalmente, foram poucos comentários anti-cidadãos e de cidadania passiva. A variável mais comum encontrada neste mês, assim como em maio, foi o assentimento. Contudo, já se percebeu um aumento substancial de mensagens voltada para proposição de ações por parte dos cidadãos, a prestação de informações importantes e a insatisfação exacerbada de alguns internautas.

Quadro 3 - Categorias e variáveis observadas nos *posts* do mês de junho

Categoria	Variável	Qtde.	Total
Cidadania ativa	Denúncia / Informação	7	37
	Revolta	9	
	Assentimento	12	
	Proposições	9	
Cidadania passiva	Ironia	3	6
	Assentimento	3	
Anti-cidadania	Revolta	4	9
	Ironia	2	
	Resignação	3	
Discurso improdutivo	-	8	8

Fonte: Próprio autor

Em julho de 2013 as manifestações verificadas durante o mês anterior perderam força, mas ainda puderam ser observadas no transcorrer desse período. Os protestos deixaram de reunir centenas de milhares de pessoas, mas ainda eram frequentes, composto por milhares de pessoas e voltados para causas semelhantes às do mês anterior, em busca de melhorias nas condições de vida dos cidadãos. Como repercussão dos protestos já verificados e os ainda em curso, percebia-se uma articulação por parte das autoridades governamentais em buscar dar respostas à população e agir de acordo com o clamor popular⁴².

⁴² Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/manifestacoes-lista-resultados-2013/platb/>> Acesso em: 26 maio 2014.

Figura 7 - Post com mais interações em julho de 2013



Fonte: Página do MCC no Facebook

A publicação com mais interações do mês de julho (41.804 interações: 12.234 curtir / 345 comentar / 29.225 compartilhar) foi mais uma convocação para um protesto, que ocorreria em 04 de agosto de 2013, voltado contra os preços abusivos dos combustíveis no país. Na imagem, pode-se ver a presidente da república, Dilma Rousseff, desolada pelo surgimento de mais uma causa de protesto contra seu governo. No texto, foi questionado o 'enriquecimento' da Petrobrás e enalteceu-se o povo brasileiro.

Esse *post* suscitou, da mesma forma que a figura 5, a importância da prática da cidadania ativa e a valorização da ação direta por parte dos cidadãos na busca de uma solução para os problemas que os afetam. A questão da locomoção urbana e da energia estão intimamente atreladas ao problema que desencadeou todas as mobilizações verificadas em 2013, o aumento no valor da passagem do transporte urbano. Assim sendo, é notório que se tratou, também, de um assunto de interesse público.

A grande maioria dos comentários avaliados referentes a essa postagem foi categorizada como discurso improdutivo (13 comentários) por razão da discussão ter ficado, em grande parte, focada em um suposto erro ortográfico na grafia da palavra 'CUMBUSTIVEIS' e se o mesmo havia sido proposital ou não. As mensagens enquadradas como cidadania ativa (2 comentários) se ativeram à proposta de mobilização contra a alta dos preços e defenderam a realização de manifestações a respeito. As mensagens anti-cidadãs (2

comentários) foram as ofensivas. Já as de cidadania passiva (3 comentários) ficaram voltadas para a expectativa de direitos sem a devida discussão, cobrança ou apresentação de propostas.

Figura 8 - 2º *post* com mais interações em julho de 2013



Fonte: Página do MCC no Facebook

O segundo *post* com maior número de interações do mês de julho (22.933 interações: 9.655 curtir / 1.167 comentar / 12.111 compartilhar) diz respeito à questão da segurança pública. Com imagens e um texto explicativo, a publicação apresenta uma invenção feita na África do Sul que visa combater a violência sexual contra mulheres. Trata-se de um dispositivo utilizado como um absorvente íntimo que mutila o agressor sexual no caso de tentativa de estupro. O título do texto explicativo incita os receptores a participarem da discussão, uma vez que questiona: 'o que pensam dessa invenção?'

Essa publicação trata de um tema de grande importância para a sociedade, que é a questão da segurança pública. Apesar de não ter sido citada como uma das causas principais das manifestações, a segurança é um dos direitos sociais imprescindíveis para o cidadão e configura, portanto, um tema de interesse público. Uma particularidade em relação a essa postagem é que ela defende uma ação por parte da própria sociedade no sentido de combater a criminalidade e não uma cobrança de políticas públicas voltadas para a resolução dos problemas acarretados pelos marginais. Tal postura indica um ponto de vista de acordo com a prática da cidadania ativa, que prima pela postura proativa dos cidadãos.

Os comentários referentes a esse *post* foram, em sua grande maioria (16 comentários), enquadrados como cidadania ativa, uma vez que apresentaram um discurso aprofundado a respeito da segurança pública e, especificamente, sobre violência sexual contra a mulher. As mensagens consideradas como anti-cidadania (3 comentários) fizeram apologia a violência de maneira inapropriada, sem o caráter de justiça.

Figura 9 - 3º *post* com mais interações em julho de 2013



Fonte: Página do MCC no Facebook

A terceira publicação mais acessada de julho (21.213 interações: 11.580 curtir / 108 comentar / 9.525 compartilhar) é a foto de dois profissionais do Samu segurando um cartaz que clama à população para que não promovam trotes no telefone 192. Trata, portanto, mais uma vez, da temática da saúde e cobra regras de civilidade da população no tocante à conscientização das pessoas em relação ao bom uso dos serviços públicos disponíveis à população.

O *post* em questão valoriza a civilidade das pessoas e faz um apelo no sentido de garantir a provisão de saúde aos cidadãos em casos de emergência. O interesse público pode ser verificado aqui tanto em relação à questão da saúde, quanto na prestação de serviços públicos por parte do Estado, além do papel que deve ser desempenhado por cada indivíduo no sentido de favorecer o bem estar de toda a sociedade por meio de suas atitudes.

Os comentários relativos a essa imagem ficaram polarizados basicamente em dois tipos: os que apoiaram a causa e defenderam a campanha e a justiça contra quem pratica esse ato que vai contra as regras de civilidade (11 comentários) e os que defenderam a prática de violência ou usaram expressões inapropriadas e ataques pessoais. Além dessas, também foram

enquadradas como anti-cidadãs (8 comentários) as mensagens que fizeram piada dos serviços do Samu de forma a desestimular os cidadãos a utilizarem o serviço.

As publicações com maior número de interações no mês de julho oscilaram entre uma expectativa de que as mobilizações ocorridas no mês anterior voltassem aos patamares alcançados e não arrefecessem conforme vinha ocorrendo e discussões sobre temas importantes de interesse público, mas sem relação direta com as 'Jornadas de Junho' ou a temática principal do MCC: o combate à corrupção. Já percebeu-se, também, uma diminuição na quantidade de interações em relação ao mês de junho, ainda que a quantidade de seguidores da página continuasse aumentando. Foi notada uma diminuição em relação aos comentários enquadrados como cidadania ativa e um aumento nos discursos anti-cidadãos. Esse movimento, aparentemente, reflete a diminuição do ufanismo provocado pelo auge das mobilizações do ano de 2013. Houve uma predominância de assentimento em relação aos *posts* nos comentários enquadrados como cidadania ativa e pode-se notar um considerável número de mensagens com sentimento de revolta nas postagens anti-cidadãs.

Quadro 4 - Categorias e variáveis observadas nos *posts* do mês de julho

Categoria	Variável	Qtde.	Total
Cidadania ativa	Revolta	1	29
	Assentimento	20	
	Discordância	6	
	Proposições	2	
Cidadania passiva	Revolta	1	3
	Ironia	2	
Anti-cidadania	Revolta	10	13
	Ironia	3	
Discurso improdutivo	-	15	15

Fonte: Próprio autor

No decorrer do mês de agosto de 2013 as manifestações foram se tornando ainda menos frequentes e as mobilizações verificadas tomaram proporções menores. Contudo, um episódio ocorrido no final do mês acirrou o ânimo dos manifestantes e seguidores do MCC: a manutenção do deputado Natan Donadon em seu cargo mesmo após condenado pelo Supremo Tribunal Federal. Tal fato provocou um descontentamento dos cidadãos com o cenário

político nacional e com a votação secreta na Câmara e no Senado Federal. Isso culminou em um aumento no número de seguidores do Movimento Contra Corrupção e uma retomada das discussões políticas entre os cidadãos. Concomitantemente, começou-se a especular sobre uma grande mobilização a ser realizada na celebração da Independência do Brasil, no dia sete do mês seguinte.

Figura 10 - Post com mais interações em agosto de 2013



Fonte: Página do MCC no Facebook

Entre os *posts* disponíveis na *fan page* do MCC no mês de agosto de 2013, o que gerou mais ações (40.581 interações: 13.118 curtir / 383 comentar / 27.080 compartilhar) foi uma contra-campanha à campanha do Criança Esperança, promovida pela Rede Globo de Televisão. Na publicação sugeriu-se que, ao invés de fazer doações para o referido programa, os interagentes doassem para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de sua cidade.

A campanha sugerida por essa publicação só não pode ser considerada como um desserviço à cidadania pois não incita o egoísmo e a falta de caridade, apenas sugere uma alteração na destinação dos recursos que seriam empregados dessa forma. A beneficência pode ser tomada como um tema de interesse público devido à enorme concentração de renda e desigualdades sociais presentes no Brasil. Dessa forma, é relevante discutir as melhores maneiras de se promover a transferência de renda. Essa postagem estimula doações para a Apae, uma vez que a Rede Globo de Televisão, promotora da campanha Criança Esperança,

teria recursos próprios para contribuir com as crianças desassistidas, enquanto a Apae dependeria muito mais das doações dos cidadãos.

O teor da própria postagem contribuiu para a caracterização dos comentários dentro das categorias propostas. Boa parte das mensagens (13 comentários) defendeu a importância das doações para entidades que prestam um importante serviço público à sociedade, ainda que algumas buscassem incentivar uma destinação diferente às ações beneficentes. Por outro lado, algumas postagens anti-cidadãs (7 comentários) se destinaram a ataques à Rede Globo, seus contratados e programas, defendendo, portanto, a não realização de qualquer tipo de caridade, seja ao Criança Esperança, seja a outras entidades que dependem dos recursos das doações.

Figura 11 - 2º post com mais interações em agosto de 2013



Fonte: Página do MCC no Facebook

O 2º post com maior número de interações no mês de agosto (22.480 interações: 4.624 curtir / 805 comentar / 17.051 compartilhar) mostra uma foto do Deputado Federal Natan Donadon, condenado pelo Supremo Tribunal Federal a 13 anos de prisão pelos crimes de quadrilha e peculato⁴³, sorrindo após escapar de ter seu mandato cassado em votação secreta na Câmara dos Deputados. No texto, além da informação de que o deputado foi mantido no

⁴³ Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2013/09/27/natan-donadon-condenado-e-presos-requer-ao-stf-regime-diferenciado/>> Acesso em: 23 jun. 2014.

cargo pelos colegas, há um incentivo ao compartilhamento da publicação por parte dos interagentes, conforme consta no texto: 'Eu repudio e compartilho'.

O interesse público referente à imagem acima se assemelha ao suscitado pelas figuras 5 e 6. Há uma evidente insatisfação popular com a classe política e atos como a absolvição e manutenção de um deputado condenado pela maior instância judicial brasileira incitam a sociedade a participar de debates em torno das formas de atuação do Congresso.

As discussões motivadas por esse *post* apresentaram um equilíbrio entre comentários de cidadania ativa (9 mensagens) e anti-cidadania (8 mensagens). As postagens consideradas como cidadania ativa variaram entre prestação de informações e denúncias para instruir os demais internautas, debates sobre as formas equivocadas de se conduzir a política no Brasil e incitações a novas manifestações. Por outro lado, vários interagentes demonstraram uma considerável aquiescência quanto a situação de corrupção, embora se apresentassem extremamente descontentes. Tal comportamento de descrença possivelmente foi motivado pela sensação de impunidade e impotência frente ao ocorrido.

Figura 12 - 3º *post* com mais interações em agosto de 2013



Fonte: Página do MCC no Facebook

A terceira postagem com maior número de interações no mês de agosto de 2013 (21.430 interações: 8247 curtir / 421 comentar / 12.762 compartilhar) também faz referência ao deputado federal Natan Donadon, mas mais especificamente critica a prática do voto secreto por parte dos parlamentares, sobretudo nos casos de cassação de mandatos. Com o título de 'Vergonha Nacional', fazendo referência à manutenção do mandato de Donadon por

razão do voto secreto, o *post* convoca a população a se manifestar contra esse tipo de votação no dia da comemoração da Independência do Brasil, em sete de setembro.

Esse *post*, relacionado ao deputado condenado, assim como a figura 11, indiretamente é uma crítica à corrupção, uma vez que desaprova abertamente comportamentos do Congresso que escapam aos preceitos da Comunicação Pública e notadamente praticam a falta de transparência. Mais explicitamente, demonstra a vontade popular de participar mais diretamente das decisões. Há uma evidente busca por mecanismos capazes de garantir o acompanhamento dos atos dos representantes políticos do país, tanto para poder cobrar comportamentos mais éticos, quanto para subsidiar suas escolhas nas próximas eleições. Os debates em torno desse objeto garantem seu interesse público.

A maioria dos comentários referentes a essa publicação foi considerada como cidadania ativa (13 comentários), uma vez que apresentaram diversas propostas de ações a serem tomadas. Dentre elas, pode-se destacar a mudança de postura nas urnas, o retorno das pessoas às ruas para protestar e a mudança nas formas de se praticar a política. Ainda assim, vários comentários foram categorizados como anti-cidadãos (6 comentários), pois defenderam o uso da violência, usaram linguagem imprópria ou demonstraram resignação frente aos episódios relatados.

As publicações analisadas do mês de agosto de 2013 voltaram a tratar de temas mais próximos aos preceitos do Movimento Contra Corrupção. Dois dos três *posts* promoveram discussões sobre política e corrupção e mesmo a postagem aparentemente fora do escopo do MCC, relacionada ao projeto Criança Esperança, contou com denúncias de corrupção por parte dos interagentes. O retorno da temática à pauta da *fan page* foi claramente influenciada pelo episódio com Natan Donadon. Percebeu-se a continuidade da diminuição da participação dos usuários nas discussões, em um movimento já percebido desde o mês anterior. Em números absolutos, a quantidade de postagens voltadas para a cidadania ativa teve um acréscimo. Contudo, se descartados os comentários enquadrados como discursos improdutivos, o percentual de cidadania ativa em relação ao total de comentários 'válidos' sofreu uma pequena diminuição. Percebeu-se também um considerável aumento, tanto em números absolutos, quanto em percentual, de comentários anti-cidadãos. Em relação às mensagens de cidadania ativa, deve-se destacar o incremento de postagens apresentando proposições. Já em relação aos enquadrados como anti-cidadãos, mais uma vez houve um maior número de comentários revoltosos.

Quadro 5 - Categorias e variáveis observadas nos *posts* do mês de agosto

Categoria	Variável	Qtde.	Total
Cidadania ativa	Denúncia / Informação	5	35
	Revolta	6	
	Assentimento	4	
	Discordância	1	
	Proposições	19	
Cidadania passiva	Revolta	1	1
Anti-cidadania	Denúncia / Informação	1	21
	Revolta	12	
	Ironia	1	
	Assentimento	2	
	Resignação	4	
	Proposições	1	
Discurso improdutivo	-	3	3

Fonte: Próprio autor

A expectativa da grande mobilização a ter lugar em sete de setembro não se concretizou. Ocorreram manifestações esporádicas e o clamor popular claramente se desvaneceu durante os meses que se passaram desde junho. Enquanto o *site* G1 estimou a presença de mais de um milhão e quatrocentas mil pessoas protestando no dia 20 de junho, esse número caiu para pouco mais de treze mil pessoas em 7 de setembro, além de uma abrangência geográfica substancialmente menor, uma vez que o número de cidades que registraram manifestações foi bastante reduzido⁴⁴. Dessa forma, as temáticas objeto de discussão, apesar de ainda focarem a questão da corrupção, aparentemente deixaram de apoiar causas específicas e passaram a contar com uma heterogeneidade maior.

⁴⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>> Acesso em: 26 maio 2013.

Figura 13 - *Post* com mais interações em setembro de 2013



Fonte: Página do MCC no Facebook

O *post* com maior número de interações em setembro de 2013 (18.516 interações: 4.470 curtir / 279 comentar / 13.767 compartilhar) faz uma comparação entre uma passagem bíblica e a forma com que a democracia estaria sendo praticada atualmente. Juntamente com uma imagem representativa de Pôncio Pilatos e Jesus, é citada uma passagem bíblica do livro de Mateus em que Pilatos pergunta à multidão se eles preferiam Jesus ou Barrabás, o ladrão, e o povo teria escolhido Barrabás. Logo abaixo, um texto critica o fato de que dois mil anos após esse episódio o povo continuaria escolhendo os ladrões nos processos eleitorais.

Essa publicação tem relação com o interesse público na medida que critica e traz para discussão o exercício da democracia. Embora a forma com que o assunto foi abordado seja uma autocrítica conformista, a discussão sobre a melhoria das escolhas dos candidatos por parte da sociedade se torna importante no sentido de melhorar e compreender a necessidade de novos parâmetros e novos comportamentos dessa sociedade diante das urnas. A garantia do exercício dos direitos políticos a quase todos os indivíduos no Brasil outorga uma responsabilidade aos cidadãos que deve ser praticada com uma consciência que por vezes não é percebida, o que talvez tenha motivado a publicação desse *post*.

As mensagens referentes a essa publicação apresentaram um relativo equilíbrio entre mensagens anti-cidadãs (9 comentários) e cidadania ativa (7 comentários). Os comentários anti-cidadãos foram predominantemente voltados para a incredulidade da população em

relação à classe política, acompanhada de uma demonstração de que nada pode ser feito para resolver tal problema. As mensagens de cidadania ativa foram capitaneadas pelos internautas que buscaram estabelecer um diálogo sobre a democracia e sobre esse fato histórico específico. Pôde-se verificar, ainda, a atribuição de culpa da situação política atual à falibilidade das urnas eletrônicas ou às más escolhas feitas pelos outros eleitores.

Figura 14 - 2º *post* com mais interações em setembro de 2013



Fonte: Página do MCC no Facebook

A segunda postagem com maior número de interações no mês de setembro (15.686 interações: 4.219 curtir / 379 comentar / 11.088 compartilhar) divulga uma pesquisa que afirma que a presidente Dilma Roussef teria sido reprovada em oito dos nove itens pesquisados para aferir a popularidade da chefe de Estado. Na referida pesquisa, o Governo Dilma sofre rejeição em quesitos importantes, como educação, saúde e segurança pública. A imagem que acompanha a pesquisa é a mesma imagem de desolação publicada no *post* mais acessado de julho, além de uma mão com o polegar voltado para baixo.

O interesse público nessa pesquisa publicada pode ser verificado pela promoção de um debate acerca de um rol de temas de suma importância que foram apontados como problemas mal geridos pela administração pública. Independentemente dos resultados divulgados, a preocupação com a opinião popular a ponto de aferir qual é o parecer dos indivíduos denota uma preocupação com o interesse público. A divulgação dessa pesquisa pelo MCC reforça a necessidade de debates que possibilitem o apontamento de caminhos para solução de diversos problemas que afetam a sociedade como um todo.

Os comentários referentes a esse *post* não puderam ser devidamente avaliados devido à falta de compreensão dos usuários em relação aos dados apresentados. Muitos entenderam que havia sido uma pesquisa enaltecendo as políticas do Estado relativas aos temas pesquisados. Dessa forma, praticamente não se discutiu a respeito da má avaliação do governo Dilma Roussef e sim se as pesquisas são ou não sérias, se esta havia sido fraudada e discordâncias quanto à 'boa avaliação do governo'. Apenas dois comentários foram considerados como cidadania ativa, por tentarem estabelecer um debate e proposições, e outros dois como anti-cidadãos, ao ofenderem a presidente e seu partido de forma inoportuna.

Figura 15 - 3º *post* com mais interações em setembro de 2013



Fonte: Página do MCC no Facebook

O terceiro *post* do mês de setembro com mais interações (15.314 interações: 5.970 curtir / 387 comentar / 8.957 compartilhar) é uma citação do escritor e colunista Diogo Mainardi. Ao lado de sua foto é transcrita uma declaração atribuída ao mesmo, que afirma que no Brasil não existiria distinção entre partidos de esquerda e de direita. Todas as legendas seriam constituídas de 'um bando de salafários que se reúnem para roubar juntos'.

Esse último *post* analisado, assim como alguns dos supracitados, é de interesse público por tratar da questão da corrupção no Brasil. Todavia, a particularidade dessa publicação se dá pelo teor das críticas feitas por Mainardi. Ainda que declarações como essa provoquem a discussão de um tema tão relevante, induzir as pessoas a acreditarem que todos os envolvidos na política se reúnem para roubar presta um desserviço à população, gera preconceito e influi

negativamente inclusive nos processos democráticos, uma vez que já que todos roubam, tanto faz em quem votar, pois o resultado seria sempre o mesmo.

Essa postagem, devido ao seu conteúdo, acabou por induzir os comentários à prática da anti-cidadania, uma vez que aqueles que concordam com a corrupção absoluta do poder público em todas as instâncias e não propõem quaisquer soluções não possuem mecanismos de combate à referida situação. Assim sendo, estão sujeitos aos desmandos daqueles a quem estão criticando. Devido ao teor desse *post*, a maioria dos comentários foram categorizados como anti-cidadãos (12 mensagens). Alguns interagentes apresentaram críticas ao autor da frase, Diogo Mainardi, atribuindo a este a responsabilidade de resolução do problema que ele aponta, uma vez que Mainardi seria representante da mídia. Tais mensagens foram consideradas cidadania passiva (3 mensagens) por atribuírem aos comunicadores o papel de resolver a situação da política no Brasil.

A expectativa de alguns manifestantes à respeito de grandes manifestações em setembro, motivadas pela comemoração do dia da Independência, foi frustrada. Em termos quantitativos, a análise do mês de setembro de 2013 acabou comprometida pelo grande número de mensagens consideradas como discurso improdutivo. Tal fato se verificou por motivo de distorções e desvios em relação aos temas debatidos e incompreensão do que estava sendo apresentado. De qualquer forma, duas questões que já vinham sendo observadas desde o mês de julho se mantiveram, a quantidade decrescente de interações por *post*, mesmo com o número de seguidores aumentando, e um aparente pessimismo crescente por parte da população, traduzidos em um número cada vez menor de mensagens que praticavam a cidadania ativa e um número maior de comentários anti-cidadãos. Os *posts*, motivadores das discussões, também transpareciam uma aparente resignação da sociedade, conforme pode-se notar pela predominância dessa variável nas mensagens voltadas para a anti-cidadania. O primeiro deles defendia que as pessoas preferem os ladrões às pessoas honestas, o segundo afirmava que a população tem rejeitado quase todas as políticas públicas do Governo Federal e o terceiro apregoava que todos os políticos brasileiros são corruptos. Dentre os poucos comentários de cidadania ativa, destacou-se a prestação de informações e as denúncias e, quanto aos de cidadania passiva, os comentários resignados, que apresentaram consciência do problema, se consideraram parte dele, mas não manifestaram vontade ou propostas de mudança.

Quadro 6 - Categorias e variáveis observadas nos *posts* do mês de setembro

Categoria	Variável	Qtde.	Total
Cidadania ativa	Denúncia / Informação	5	9
	Revolta	2	
	Proposições	2	
Cidadania passiva	Denúncia / Informação	1	6
	Revolta	1	
	Resignação	4	
Anti-cidadania	Denúncia / Informação	1	23
	Revolta	3	
	Ironia	4	
	Resignação	15	
Discurso improdutivo	-	22	22

Fonte: Próprio autor

Após apresentação do material de análise desse estudo, é possível afirmar que, em diversos momentos, estabeleceu-se um diálogo entre os seguidores do MCC em relação a temas de interesse público. Pode-se entender também que, pelo expressivo número de pessoas que acompanham a *fan page* do movimento, além do considerável uso das mídias sociais no Brasil, as discussões estabelecidas contribuíram, em maior ou menor grau, para a formação da opinião de alguns seguidores do MCC sobre esses temas abordados. Dessa forma, pelo alcance a dezenas ou centenas de milhares de indivíduos, pelas propostas de ações, debates e cobranças de ações por parte do governo, é efetivada a primeira etapa da Comunicação Pública, que é a elaboração dos problemas que afetam determinado grupo por ele próprio e a comunicação desses problemas ao poder público estabelecido.

Também demonstrou-se que, conforme definição de Habermas, O MCC pode ser considerado uma espécie de esfera pública, uma vez que cumpre os papéis estabelecidos pelo autor, conforme apresentado:

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. (HABERMAS, 1997, p.92)

Contudo, a Comunicação Pública depende de um diálogo e, portanto, não basta a conversa ser provocada, pois são necessárias respostas do interlocutor, no caso, o governo. Deve-se observar, entretanto, que, assim como afirma Monteiro (2011), os processos comunicativos de CP estabelecem efeitos de longo prazo, pois sua consolidação é mais lenta. Em junho de 2014, um ano após o ápice do movimento, o *site* Universo Online (Uol) publicou uma matéria para discutir quais seriam os resultados práticos dos protestos verificados⁴⁵. Segundo o professor de filosofia da Unicamp citado na matéria, Marcos Nobre, ainda vai levar um tempo para que as mudanças iniciadas com os protestos ocorram. Junho ainda não teria acabado, pois teriam havido mudanças na dinâmica do processo político brasileiro, mas as mudanças não foram completadas. Já para o escritor Julián Fuks, também citado na matéria, as mobilizações já teriam apresentado resultados concretos, como a redução das passagens de ônibus, a exposição da violência da Polícia Militar e a pressão de respostas das autoridades.

Dessa forma, seria incorreto afirmar que a Comunicação Pública não se efetivou, tanto porque algumas bandeiras defendidas pelo MCC foram atendidas pelo poder público, quanto pelo fato de que respostas às proposições e aos debates realizados no *site* ainda podem surgir. Ademais, as manifestações passadas podem servir como influência para novos pleitos.

É notório que a cobertura midiática e a vivência de acontecimentos marcantes como as 'Jornadas de Junho' motivam as pessoas a estabelecerem uma participação mais ativa e isso pode ser verificado pela crescimento inversamente proporcional entre o número de seguidores e a quantidade de interações nos *posts* nos meses de julho, agosto e setembro. Enquanto o aumento de participantes na página foi crescente, o somatório de interações das três postagens mais populares do mês apresentaram queda: maio: 93.511 interações, junho: 339.015 interações, julho: 85.950 interações, agosto: 84.491 interações e setembro: 49.516 interações.

Percebeu-se também que conforme as manifestações perdiam força e os efeitos das grandes manifestações de junho se dissipavam, aumentava-se o número de mensagens anti-cidadãs e diminuía-se o número de comentários voltados para a cidadania ativa, quando desconsiderados os discursos improdutivos: maio: cidadania ativa: 45,45%, anti-cidadania: 13,63%, junho: cidadania ativa: 70,59%, anti-cidadania: 17,64%, julho: cidadania ativa: 64,44%, anti-cidadania: 28,89%, agosto: cidadania ativa: 61,4%, anti-cidadania: 36,84% e setembro: cidadania ativa: 23,68%, anti-cidadania: 60,52%.

⁴⁵ Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2014/06/13/um-ano-depois-qual-o-saldo-dos-protestos-de-junho-de-2013.htm>> Acesso em: 13 jun. 2014.

Mediante a análise do Movimento Contra Corrupção, não se percebeu uma tomada de posição grupal entre os participantes do movimento. Esse fato não desabona a internet, como um todo, e nem o próprio MCC. O histórico do movimento indica que em determinados momentos as estratégias discursivas sob forma de manifestações ocorreram. Assim, subcidadãos e oprimidos podem buscar o acesso a essa e outras ferramentas via rede, ainda que para expressão individual, para defender e lutar pela construção de suas cidadanias.

Quadro 7 - Categorias e variáveis observadas em todos os *posts* analisados

Categoria	Variável	Qtde.	Total
Cidadania ativa	Denúncia / Informação	20	130
	Revolta	22	
	Ironia	-	
	Assentimento	44	
	Discordância	7	
	Resignação	-	
	Proposições	37	
Cidadania passiva	Denúncia / Informação	4	34
	Revolta	9	
	Ironia	10	
	Assentimento	4	
	Discordância	3	
	Resignação	4	
	Proposições	-	
Anti-cidadania	Denúncia / Informação	3	72
	Revolta	30	
	Ironia	11	
	Assentimento	2	
	Discordância	-	
	Resignação	25	
	Proposições	1	
Discurso improdutivo	-	64	64

Fonte: Próprio autor

CAPÍTULO V - CONCLUSÃO

O principal desafio deste trabalho, que foi o de responder se a internet, por meio de suas várias facetas, poderia vir a ser uma plataforma capaz de alçar os subcidadãos à condição de cidadãos plenos, dentro das possibilidades do termo, demandou as escolhas bibliográficas apresentadas. Para tanto, tentou-se compreender o significado e o emprego atual da expressão cidadania por meio tanto dos autores clássicos, como T. S. Marshall, quanto dos autores contemporâneos, como Canclini e Cortina, entre outros.

Ao compreender o que seria cidadania, foi importante, da mesma forma, entender por que tantos indivíduos são excluídos de sua prática. Para compreendê-lo, foi feito um levantamento histórico baseado sobretudo na obra de José Murilo de Carvalho e de Jessé Souza, que colaboraram na compreensão sobre as origens da exclusão. Avançando nesse sentido, foram analisadas algumas práticas atuais de opressão em relação aos subcidadãos, conforme definição de Jessé Souza, em relação aos oprimidos, segundo Paulo Freire, e aos subalternos, conforme Spivak.

Pela imprescindibilidade da utilização da comunicação como ponte para um possível diálogo entre as minorias e o Estado, a Comunicação Pública se erigia como uma possibilidade de aproximação entre esses dois mundos. Para entendê-la mais aprofundadamente foram usados autores como Pierre Zémor, Jorge Duarte, Elizabeth Pazito Brandão, entre outros.

Partindo para a *práxis* da Comunicação Pública, percebeu-se que a internet apresentava possibilidades valiosas de participação do público que demandavam ser estudadas. Tais estudos contribuíram para o entendimento dessa nova plataforma de comunicação e das inúmeras possibilidades que traz, incluindo uma possível facilitação da prática da CP, além de outras contribuições para a construção da cidadania dos oprimidos. Uma avaliação dessa plataforma de comunicação, principalmente quando comparada com os meios da primeira etapa das indústrias audiovisuais, permitiu que se enxergassem mudanças na forma com que as pessoas têm lidado com as mídias em geral e como as novas tecnologias têm feito parte de suas vidas. Autores como Pierre Levy, Castells, Vilches, Recuero, entre vários outros, guiaram o estudo deste trabalho nesse sentido.

Como pôde ser visto no decorrer dos capítulos anteriores, a falta de práticas para inclusão dos subcidadãos tem deixado uma parcela substancial da população com um expressivo *déficit* de expectativas de direitos que, apesar de amparados legalmente, não vem

sendo respeitados. Urgia saber se a Comunicação Pública poderia, conforme discutido, oferecer uma alternativa viável para um diálogo construtivo entre essa população e o poder público, de modo a minimizar o abismo entre o que é teorizado nas leis brasileiras e o que é efetivado na prática.

Dentro desse contexto e diante de várias possibilidades trazidas pela internet, tornou-se importante saber até que ponto a rede mundial de computadores permitiria essa Comunicação Pública dialógica, uma vez que o acesso à condição de emissor nessa plataforma é muito mais democrático, ainda que muitos sejam excluídos desse processo em um primeiro momento em razão da exclusão digital.

Dessa maneira, foi necessária a escolha de um objeto de análise que permitisse avaliar se essas potencialidades da rede se efetivavam na prática. Assim sendo, dentre todas as facetas que a internet apresenta, as mídias sociais erigiam como o formato que mais oferecia possibilidades de diálogo para os subcidadãos. Optou-se, portanto, por fazer uma análise de conteúdo que permitiria entender como os cidadãos se portam diante de uma ferramenta que possibilita a emissão, a um custo muito baixo e com liberdade de expressão, de conteúdos que com frequência escapam do agendamento da mídia de massa. Devido ao momento histórico vivenciado no país durante o ano de 2013, o Movimento Contra Corrupção se apresentou como uma escolha que permitiria consolidar os objetivos desta dissertação, por vislumbrar uma possibilidade de construção da cidadania por indivíduos através de processos de Comunicação Pública realizados por meio da internet.

Ao proceder à análise tornou-se claro que, indubitavelmente, o MCC é uma ferramenta utilizada para debater questões de interesse público que afetam a realidade dos indivíduos nos mais variados graus de cidadania. Assim sendo, pode ser tomado como uma moderna forma de esfera pública. É necessário ressaltar que embora a internet esteja permeada de outras ferramentas que poderiam ser tomadas como exemplos desse formato atualizado de esfera pública, as conclusões desse estudo se limitam ao material analisado. Dessa forma, percebe-se que a rede, dentro de toda a heterogeneidade disponibilizada, apresenta instrumentos muito diversificados, o que limita as conclusões relativas a cada objeto estudado de forma pontual.

Quanto à discussão sobre se a internet, e mais especificamente o MCC, poderia funcionar como uma ferramenta de Comunicação Pública, foi possível estabelecer, dentro do conceito de CP definido neste estudo, características que corroboram com o uso da rede nesse sentido. Pode-se citar, a título de exemplo, o fato de que as interações verificadas no MCC versaram sobre temas de interesse público, ocorreram em um espaço de fluxo de informação e

envolveram atores sociais e agentes públicos, uma vez que boa parte da comunicação foi direcionada a estes.

A questão do diálogo, conforme já ressaltado, não pôde ser definida a *priori*, uma vez que o estabelecimento de relações em CP envolve períodos de tempo maiores do que processos comunicativos convencionais. Ainda assim, muitas das lutas, críticas e debates já obtiveram alguma forma de resposta, uma vez que a mobilização popular ocorrida em 2013 pressionou os governos a tomar posturas e atitudes em prol da resolução dos problemas apontados. Esta aparente conquista não pode ser creditada exclusivamente ao MCC, uma vez que este espaço era apenas um entre diversos outros mecanismos de organização, divulgação e luta em favor das causas defendidas nas 'Jornadas de Junho'. Conclui-se daí que envidar esforços coletivos via rede possibilita o alcance de resultados ainda mais significativos. A soma das buscas de informações sobre corrupção por parte de indivíduos aparentemente isolados, e usando uma plataforma de comunicação não necessariamente massiva, acaba por otimizar o alcance da internet, o que contribui na definição de ações e decisões por parte desses cidadãos.

Uma vez que esboços diversos da opinião pública sobre temas de interesse público se tornam disponíveis pela rede, como ocorre com o MCC, há uma tendência de rompimento da Espiral do Silêncio, uma vez que os internautas acabam por encontrar pares que corroboram com suas formas de pensar.

É notório que ainda há muito o que ser feito para que se possa definir a internet como uma ferramenta de comunicação plenamente cidadã. O problema da exclusão digital assola diversas regiões por todo o mundo. Em boa parte dos países, o Brasil inclusive, menos da metade da população tem acesso à rede. Como o avanço deste acesso vem ocorrendo de forma paulatina, o cenário indica que esse problema tende a ser reduzido com o tempo, assim como ocorreu com outras mídias, como o rádio e a TV, que conquistaram espaço no decorrer de várias décadas para atingirem o patamar atual. E mesmo no momento em que o alcance da internet atingir patamares expressivos, ainda será necessário um processo de alfabetização digital, onde os internautas aprenderão, em determinado momento, a tirar o melhor proveito do rol de possibilidades trazidas pela rede.

Como a evolução da internet, não só em termos quantitativos, como também qualitativos, é submetida a mudanças frequentes, a compreensão da rede e das possibilidades que ela traz torna imprescindível um acompanhamento constante dessa plataforma. Assim, este estudo aponta apenas um dos diversos possíveis caminhos de se estabelecer uma

Comunicação Pública entre sociedade e Estado. As novas vertentes ainda desconhecidas que a internet possivelmente trará poderão aprofundar esses debates e ações voltadas para a construção da cidadania.

De qualquer forma, discussões e ações como as implementadas pelo MCC apontam para um caminho promissor, pois passam a servir de exemplo para os cidadãos, demonstrando que já existem ferramentas capazes de dar voz aos mesmos. Alguns processos de melhoria nas condições de cidadania motivados pela internet já vêm ocorrendo. O estabelecimento de processos de Comunicação Pública também são possibilitados e dependem da postura individual das instituições e governos para se concretizarem, mesmo que a longo prazo. Com o aumento do número absoluto e do percentual de usuários da internet em todas as classes sociais no Brasil, há uma tendência de que os usuários da rede passem a cobrar uma participação na rede dos governos que ainda não o fazem, de forma a estabelecer diálogos com a população. Se tal fato se concretizar, pode-se vislumbrar a possibilidade de minorias, subcidadãos, oprimidos e subalternos conquistarem suas cidadanias amparados pelas ferramentas oferecidas pela internet.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRIA, Katherine. Do início ao fim, protesto também nas redes sociais. **O Popular**, Goiânia, p.10, 21 jun. 2013.

ANDERSON, Chris. **A cauda longa**: do mercado de massa para o mercado de nicho. São Paulo: Campus, 2006.

ARENDT, Hannah. **As origens do Totalitarismo**. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 2007.

ASSIS, Christiane. O interesse público na teoria discursiva do direito. **Revista Estudos Jurídicos**. São Paulo. a.15, n.22, p. 109-117, 2011.

BARBALHO, Alexandre. Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BIANCO, Nélia del. Comunicação e política na era da internet. In: TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa (Org.). **Mídia, cidadania e poder**. Goiânia: FACOMB/FUNAPE, 2011.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

BUCCI, Eugênio. Caso Radiobrás: o compromisso com a verdade no jornalismo de uma empresa pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação, iniciativa privada e interesse público. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **YouTube e a revolução digital**: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph, 2009.

CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia internet**: reflexões sobre internet, negócios e sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

_____ **A sociedade em rede**. Vol. I. 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**. Para uma teoria da cidadania. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

CURVELLO, João José Azevedo. A dimensão interna da comunicação na administração pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

_____ Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas. 2011.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas. 2011.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Comunicação e cidadania. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

_____ Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas. 2011.

ERCÍLIA, Maria. **A internet**. São Paulo: Publifolha, 2000.

FARIA, Armando Medeiros de. Imprensa e interesse público. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

FERRARI, Pollyana. **A força da mídia digital**: interface e linguagem jornalística no ambiente digital. São Paulo: Factash Editora, 2010.

FONSECA JR, Wilson Corrêa. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas. 2011.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 46.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record. 2009.

GOODE, William J.; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1977.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**. Entre facticidade e validade. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **Verdade e justificação**. Ensaios filosóficos. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LASSWELL, Harold. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. In: COHN, Gabriel (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, 1987.

LEMONS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2000a.

_____. **Inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000b.

LIMA, Venício A. de. Comunicação e política. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

LISITA, Gabriel. Os protagonistas da história. **O Popular**, Goiânia, p.3, 21 jun. 2013.

MAINIERI, Tiago; RIBEIRO, Eva Márcia A. Ostrosky. A comunicação pública como processo para o exercício da cidadania: o papel das mídias sociais na sociedade democrática. **Organicom**. Ano 8. n.14. 1º semestre de 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 1986.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MATOS, Heloiza. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MONTEIRO, Graça França. A singularidade da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MOROZOV, Evgeny. *The net delusion: The dark side os internet freedom*. Nova Iorque: Public Affairs, 2011.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NOVELLI, Ana Lúcia Romero. Comunicação e opinião pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação e terceiro setor. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

Revista Veja, edição nº2327, São Paulo, p.13, 26 de jun. 2013.

RODRIGUES, Galtieri. Uma manifestação, muitas causas. **O Popular**, Goiânia, p.6, 21 jun. 2013.

ROSA, Elisa. **Diálogo e democracia por meio da internet: um estudo de caso da conferência virtual da 1ª Consocial**. 2013. 144 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Mídia e Cidadania) - Faculdade de Comunicação e Informação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2013.

RIBEIRO, Eva. **A comunicação pública como processo para o exercício da cidadania a partir das mídias sociais**. Estudo de caso: Twitter Marconi Perillo. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Mídia e Cidadania) - Faculdade de Comunicação e Informação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2012.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Pesquisa brasileira de mídia 2014**. Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014. 151 p.

SEGA, Christina Maria Pedrazza. Comunicação e mídia: outras práticas de cidadania. **Comunicação e Informação**. Goiânia, v.12, n.1, p. 09-15, jan/jun. 2009.

SILVA, Luiz Martins da. Publicidade do poder, poder da publicidade. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____ Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STAKE, Robert E. **Qualitative case studies**. California: Sage Publications, Inc. 2005.

STASIAK, Daiana. Sociedade midiaticizada: as afetações do campo dos *media* na contemporaneidade. **Comunicação e Informação**. Goiânia, v.12, n.2, p. 75-88, jul/dez. 2009.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; NERY, Vanda Cunha Albieri. **Para entender as teorias da comunicação**. 2.ed. Uberlândia, EDUFU, 2012.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade**. Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. 6.ed. Rio de Janeiro: Record. 2002.

_____. **Os argonautas da cidadania**. A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record. 2001.

VILCHES, Lorenzo. **A migração digital**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2001.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 4.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

YAMAOKA, Eloi Juniti. O uso da internet. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas. 2011.

YIN, Robert K., **Estudo de caso**. Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZÉMOR, Pierre. As formas da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

Sites pesquisados:

ALIMONTI, Veridiana. Internet no Brasil é cara, lenta e para poucos. **Agência Patrícia Galvão**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulher-e-midia/pautas-midia/qinternet-no-brasil-e-cara-lenta-e-para-poucosq-afirma-idec/>> Acesso em: 01 maio 2014.

ARRABAL, Alejandro Knaesel. Como apresento citações de conteúdos disponíveis na Internet? 2011. Disponível em: <<http://www.praticadapesquisa.com.br/2011/10/como-apresento-citacoes-de-conteudos.html>> Acesso em: 07 ago. 2014.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (sítio da internet). Brasília, DF: Palácio do Planalto, 2014. Disponível em:<<http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv>> Acesso em: 15 fev. 2014.

BRASIL. Governo Eletrônico (sítio da Internet). Brasília, DF. Disponível em: <www.governoeletronico.gov.br>. Acesso em: 07 maio 2014.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) - início. Brasília, DF: Ministério das comunicações, 2012. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/programa-nacional-de-banda-larga-pnbl>>. Acesso em: 03 maio 2014.

BRASIL Conectado. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/brasilconectado/pnbl/>> Acesso em: 08 maio 2014.

CARNEIRO, Luiz Orlando. Natan Donadon, condenado e preso, requer ao STF regime diferenciado. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2013/09/27/natan-donadon-condenado-e-preso-requer-ao-stf-regime-diferenciado/>> Acesso em: 23 jun. 2014.

CÂMARA dos Deputados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505415>> Acesso em: 22 nov. 2013.

CANAL Contra Corrupção. **YouTube**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/canalcontracorrupcao>> Acesso em: 22 maio 2014.

COMPUTER Industry Almanac. Disponível em: < http://.c-i-a.com/pr_info.htm> Acesso em: 13 abr. 2013.

DEPOIMENTO de Alex Ribeiro, pai de uma menina deficiente, ao questionar a declaração de Ronaldo 'Fenômeno' de que Copa do Mundo se faz com estádios, não com hospitais. Brasil. Rio de Janeiro, 2013. Reprodução em vídeo (2:48 min). YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MprlqR5ecDg>> Acesso em: 21 fev. 2014.

DIGG. Disponível em: < <http://digg.com>> Acesso em: 30 abr. 2014.

FERNANDES, Ernani. Por que lutar contra a corrupção?. **Movimento Contra Corrupção**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.contracorrupcao.org/2013/05/por-que-lutar-contra-corrupcao.html>> Acesso: 22 maio 2014.

FIGUEIREDO, Vinicius. As eras da *web* e suas características. **Aplicação de Software Social 2011**. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<http://apssocial.wordpress.com/2011/04/10/as-eras-da-web-e-suas-caracteristicas/>> Acesso em: 27 abr. 2014.

GOOGLE Plus. Disponível em: <<https://plus.google.com/+ContracorrupcaoOrg/posts>> Acesso em: 22 maio 2014.

IBOPE. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb&comp=IBOPE//NetRatings&docid=DF1CAE890B4D16F88325746D00604588/>> Acesso em: 15 abr. 2014.

INTERNET World Stats. Disponível em: <<http://internetworldstats.com/stats.htm/>> Acesso em: 25 abr. 2014.

MASSUDA, Arthur Serra. Entendendo a Lei geral de acesso à informação. **Article 19**. São Paulo. Disponível em: <http://artigo19.org/doc/entenda_a_lei_final_web.pdf> Acesso em: 15 fev. 2014.

MCC Nacional. **Twitter**. Disponível em: <<https://twitter.com/mccnacional>> Acesso em: 22 maio 2014.

MORENO, Ana Carolina. Resultado das manifestações de junho. **Portal G1**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>> Acesso em: 26 maio 2014.

MOVIMENTO Contra Corrupção. Disponível em: <<http://www.contracorrupcao.org/>> Acesso em 22 de maio de 2014.

MOVIMENTO Contra Corrupção. **Facebook**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MovimentoContraCorrupcao?fref=ts>> Acesso em: 18 jun. de 2013.

OLIVEIRA, Marina. Brasil Melhora IDH, mas mantém 85ª posição no ranking mundial. **Portal G1**. Brasília, DF: G1 Brasília, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/03/brasil-melhora-idh-mas-mantem-85-posicao-no-ranking-mundial.html>> Acesso em: 28 out. 2013.

PASSARINHO, Nathália; COSTA, Fabiano. Câmara decide arquivar projeto que autoriza a cura gay. **Portal G1**. Brasília, DF: G1 Brasília, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/camara-decide-arquivar-projeto-que-autoriza-cura-gay.html>> Acesso em: 22 nov.2013.

PORTAL Auditoria Popular. Disponível em: <<http://auditoriapopular.com/portal>> Acesso em 22 maio 2014.

PORTAL G1. Facebook alcança 1 bilhão de usuários ativos mensais. **G1 Tecnologia e Games**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/10/facebook-atinge-1-bilhao-de-usuarios-ativos-mensais.html>. Acesso em: 12 fev. 2014.

PORTAL G1. Manifestações pelo Brasil. **G1 Brasil**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>> Acesso em: 26 maio 2013.

PORTAL G1. Resultados das manifestações. **G1 Brasil**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/manifestacoes-lista-resultados-2013/platb/>> Acesso em: 26 maio 2014.

PORTAL TERRA. Confira o ranking das 50 maiores economias do mundo [material infográfico]. **Terra Economia**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/economia/infograficos/pib-mundial/>> Acesso em: 28 out. 2013.

PRONUNCIAMENTO da Presidenta Dilma Roussef em resposta às manifestações do mês de junho de 2013. Produção: Palácio do Planalto, Brasil. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 2013. Reprodução em vídeo (10 min. aprox.). YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uYpkgTxg-Qk>> Acesso em: 13 mar. 2014.

PRONUNCIAMENTO da Presidenta Dilma Roussef em reunião com governadores e prefeitos para propor 5 pactos para a resolução de problemas apontados pelas 'Jornadas de Junho'. Produção: Palácio do Planalto, Brasil. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 2013. Reprodução em vídeo (10 min. aprox.). YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=y0Nq6LzTsEk>> Acesso em: 04 jul. 2014.

RAMOS, Bruna. Entenda o projeto de cura gay. Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Brasília, DF: EBC, 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2013/06/entenda-o-projeto-de-cura-gay>> Acesso em: 22 nov. 2013.

RODRIGUES, Léo. Entenda o que é a PEC 37. **Empresa Brasil de Comunicação** (EBC). Brasília, DF: EBC, 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/entenda-o-que-e-a-pec-37>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

SBARAI, Rafael. Facebook alcança 76 milhões de usuários no Brasil. **Veja**. São Paulo: Abril, 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/facebook-alcanca-marca-de-76-milhoes-de-usuarios-no-brasil>> Acesso em: 25 abr. 2014.

THE WHITE House (Estados Unidos da América). A Casa Branca (sítio da internet). Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/>> Acesso em: 01 maio 2014.

UNIVERSO On Line. Câmara aprova projeto que destina 75% dos royalties do petróleo para educação e 25% para saúde. **UOL Educação**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/06/26/camara-aprova-projeto-que-destina-75-dos-royalties-do-petroleo-para-educacao-e-25-para-saude.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

UNIVERSO On Line. Microsoft compra Skype de grupo de investidores por US\$ 8,5 bilhões. **UOL**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://tecnologia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2011/05/10/microsoft-compra-skype-de-grupo-de-investidores-por-us-85-bilhoes.jhtm>> Acesso em: 04 dez. 2013.

UNIVERSO On Line. Número de internautas no Brasil supera pela 1ª vez o de pessoas que nunca acessaram a rede, diz estudo. **UOL**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/20/pela-1-vez-numero-de-internautas-supera-o-de-pessoas-que-nunca-acessaram-a-rede-diz-estudo.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

UNIVERSO On Line. Resultado dos protestos. **UOL**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2014/06/13/um-ano-depois-qual-o-saldo-dos-protestos-de-junho-de-2013.htm>> Acesso em: 13 jun. 2014.

ANEXOS

ANEXO A - Objetivos do MCC apontados nos canais do movimento

- a) Divulgar notícias referentes a casos de corrupção, informando a população.
- b) Promover estudos a respeito do fenômeno da corrupção, formando intelectuais aptos para a análise, a percepção, a sugestão de medidas preventivas, punitivo-sancionatórias, reparatórias e inibitórias.
- c) Dimanar modos de crítica e conscientização contra a corrupção, o abuso do erário e o desrespeito à democracia, fazendo uso de diversas mídias, artes e feixes criativos, tais como músicas, charges, imagens em geral, textos, trechos de livros, livros para download, filmes, documentários, entre outros. Destarte, intenta-se atingir diversas camadas da população, fazendo uso das mídias e dos conteúdos mais eficientes no alcance das mesmas.
- d) Concentrar tantos membros quanto possível em meios de divulgação, de modo a permitir a rápida consecução de projetos, mobilizações e conscientização.
- e) Estimular o debate público, coletivo e democrático a respeito de modos de resolução da problemática da corrupção.
- f) Conscientizar os cidadãos a respeito da importância da honestidade no cotidiano, bem como no que concerne à relevância da denúncia, da fiscalização dos agentes públicos, do controle, da pressão popular, de modo pacífico e democrático, pela preservação da civilização, da eficiência, da higidez das contas públicas e do cumprimento das funções estatais arrogadas.
- g) Constituir seccionais como forma de atuação física, perene, constante, reiterada e organizada no combate à corrupção.
- h) Constituir um ambiente de debate útil e honesto, compartilhamento pessoal de informações e sugestões.
- i) Conscientizar a população a respeito da importância do voto e, adicionalmente, da responsabilidade de cada cidadão pelo país.
- j) Contribuir para a formação, no país, de uma consciência social e política, desvinculada de partidarismos e submissão da ética, da moral e da higidez política a demagogos, corruptos, déspotas e criminosos.
- k) Instruir a população, no que tange a temáticas concernentes, a respeito da Constituição Federal, de leis, normas, pareceres, doutrinas, direitos, deveres e assertivas em geral.
- l) Estimular o aprendizado e a prática referentes à cidadania.

- m) Contribuir para a formação de cidadãos conscientes, dotados de capacidade intelectual, crítica e analítica no que concerne à sociedade, à política e à economia.
- n) Contribuir para a minoração do fenômeno da corrupção, de modo a preservar a aplicação esmerada do dinheiro público no cumprimento dos deveres constitucionalmente estabelecidos, tais como a saúde, a educação, a segurança, a dignidade, entre outros.
- o) Unir cidadãos conscientes e honestos, ampliando a sua força de atuação e demonstrando que não estão sozinhos.
- p) Compôr uma estrutura permanente, sólida, holística e integrada de cidadãos que visem à preservação da democracia, do Estado de Direito, da legitimidade pública, da representatividade, da união da sociedade, da cidadania, do desenvolvimento nacional e da higidez das instituições.
- q) Performar blocos de cidadania de atuação municipal, estadual, regional e nacional, eliciando a participatividade, a integração entre os cidadãos e a promoção da dignidade humana, social e institucional.
- r) Organizar eventos, manifestações, passeatas promotores da cidadania, da legalidade, da responsabilidade pública, do zelo pelo país e pela sociedade.
- s) Promover a integração da população, afastando divisões oriundas de partidos, ideologias, regiões e predileções ideais, conformando a unidade pelo interesse comum de higidez e sanidade da *res publica*.

	desvia a atenção para coisas que brasileiro gosta, ex.: futebol, novelas etc. ou alguém acha que o Brasil foi "sorteado" para sediar a COPA 2014?!?!?!? simplesmente política!!!
11	'Naum'?? No meu tempo era 'não'!
12	Só quando o circo acabar.
13	Temos muitos circos, só falta vergonha na cara dos políticos desta NAÇÃO!
14	só tem um jeito: a população começar a ir às ruas, em massa, em paz, pra dizer: BASTA!
15	a globo da um jeito.....
16	A merda da globo é pró-governo
17	Com um comentário desses parece que só os políticos tem culpa, será mesmo gente? acho que o povo tem que colocar a mão na consciência e ser verdadeiramente honesto, será que nós não temos culpa nenhuma? o povo não se move só reclama, e no conforto de casa na sua net, vamos e convenhamos, ou a população muda ou o país não muda, nós somos o país, nós temos capacidade para mudar tudo, agora conclama que tá reclamando pra ir as ruas e pacificamente protestar, e vocês irão vê quantos se disporão a sair de casa e mostrar sua indignação.
18	Bolsa família pra mantê-los todos calados e conformados.É isso.
19	me gera tristeza pensar que milhares de brasileiros sem oportunidades de ter um lar digno , educação , saúde ... etc vivendo na miséria .

Legenda: Cidadania ativa - Cidadania passiva - Anti-cidadania - Discurso improdutivo

ANEXO C - Comentários relativos ao 2º post com mais interações em maio de 2013

Participante	Comentário
1	Aqui os alunos se curvam para dar uma rasteira nos professores ...
2	pior
3	Antes de saírem compartilhando leiam um pouco e aos administradores da pagina pesquisem um pouco antes de ficarem postando algo. http://panoramicasocial.blogspot.com.br/.../professores...
4	<p>FONTE CORREIO BRASIELIENSE</p> <p>Quarta-feira, 02 de maio de 2012 12:00 pm</p> <p>Não é bem assim</p> <p>A propósito do post anterior, japonesa da gema explica:</p> <p>Várias pessoas já me perguntaram se isso é verdade. Para esclarecer a questão, é preciso entender o que significa “não precisar se curvar”.</p> <p>Nenhum professor deixará de se curvar diante do imperador. Nenhum. Isso é ponto pacífico. Se porventura algum professor ousasse não se curvar, todos os presentes, incluindo os professores, se sentiriam envergonhados.</p> <p>No caso presente, o “não precisar se curvar” significa que, quando um professor se inclina diante do imperador, este último amenizará o ato de humildade do professor. Para fazê-lo, curvar-se-á ele próprio em respeito ao lente. É claro que não será aquele curvar-se de um súdito, mas um movimento perceptível. Vindo de parte do imperador, esse gesto é considerado honra extrema.</p>
5	Kkkkkkkk
6	toma meu like
7	kkkkkk
8	mas aqui o que importa e futebol e carnaval o resto que se exploda ,se o brasil tivesse 10% da mentalidade dos japoneses em questao de pre cupação ocm ser humano ja ajudava
9	seríamos um país de primeiro mundo
10	Oh Guaciara, se todos soubessem o quanto emociona a um professor receber um agradecimento! Obrigada à você!
11	<p>Li isso no profile de uma professora japonesa no Brasil. E realmente essa tradição existe. Professor no Japão é uma profissão muito respeitada, e para os japoneses o professor é chamado de sensei, ou mestre em português, pois é considerado o sábio, o centrado e orientador das crianças. O Japão tem a exata noção de que o futuro do país depende das crianças, por isso a educação é muito valorizada, rigorosa, disciplinada.</p> <p>E para que tudo isso dê certo na prática, são necessários professores competentes, que passaram por rigorosas seleções, que possuem um alto grau de conhecimento e em compensação são bem remunerados.</p>

12	É idéia é bonita, mas a informação não procede. Todo mundo se curva perante o imperador lá.
13	O povo japonês em média curvava-se ou fazem a chamada vénia 800 vezes diariamente. Eu trabalhei com eles e vi eles a falarem ao telefone e a fazerem a vénia com o telefone na mão. Mesmo sentados á mesa por exemplo, eles estão a falar contigo e tu expressas a tua opinião sobre alguma coisa e em sinal de respeito eles curvava-se diante de ti...
14	Perguntei para umas amigas japonesas e elas falaram que isso não é verdade, porém são respeitados sim.
15	VERDADE ...
16	Se curvar é a forma que os japonês tem de se cumprimentar . Nada a ver com quem .Os professores dos meus filhos sempre me cumprimentaram desta forma lá .É verdade que o professor é muito respeitado , mas também reclama do salário.
17	todos se curvam diante do imperador
18	Aqui senador ladrão processa professora (que já ganhou pouco) por 2 milhões de reais pq não gostou de algo que ela disse.
19	É vergonha nacional professor ter que fazer greve para reivindicar salário. É ultrajante professor ter que trabalhar em três colégios para sobreviver. Que tempo ele tem para preparar aulas, provas, corrigi-las, conhecer cada aluno e a deficiência de cada um, recuperar os alunos que necessitem. Turmas de 60 alunos, até mais! Não haveria necessidade de reduzir a maioria penal se a educação fosse tratada com seriedade.
20	Aprende Brasil com um País que foi destruído a menos de 100 anos e é um Grande potencial mundial, pq sabe valorizar o professor.

Legenda: Cidadania ativa - Cidadania passiva - Anti-cidadania - Discurso improdutivo

ANEXO D - Comentários relativos ao 3º post com mais interações em maio de 2013

Participante	Comentário
1	powww.. os caras aproveitam uma oportunidade para inspirar consciência, ninguém sabe eles entraram ou não no jogo mas se entraram foi com o dinheiro suado deles... e só pq eles não se recusam a ter um direito constitucional ao lazer não tem direito a ter essa atitude??? eles não são tirando de ninguém... tem gente q não faz merda nenhuma e ainda quer criticar quem tenta fazer???
2	porra, parem de falar dos caras terem ido ao estádio, ou vocês não gostam de futebol? pelo menos eles estão tentando passar alguma coisa
3	Eles compraram os ingressos e foram assistir o jogo, mas aproveitaram para fazer um apelo, melhor do ñ fazer nada e ainda ficar criticando.
4	curti que são pessoas com camisa de time, ou seja, tb foram lá pro futebol, mas sem esquecer do que é realmente importante. 100% pra esses meninos
5	putz e vcs ainda compraram ingresso, coisa feia hein...
6	sua foto de capa é torcida então vc tbm gosta de futebol certo? eu gosto de futebol e sou contra a corrupção desse governo e digo mais, vou torcer contra Brasil nessa copa
7	ARRASOU TB VOU TORCER CONTRA ESPERO QUE O BRASIL LEVE MUITA GOLEADA
8	me indigno com o governo brasileiro, pois gasta milhões em estádios para a tão amada copa do mundo mas tem receio de investir em saúde e educação q estão cada vez mais precárias no nosso país
9	concordo com vc !
10	Se faltasse só isso, SERIA ÓTIMO!
11	Até que em fim Flamenguista fazendo algo que presta,stu com vcs.
12	a questao e q e investido bilhoes no futebol enquanto as crianças morrem de fome nas rua e o responsavel e o brasileiro
13	Os brasileiros que querem o melhor para esse País deveriam fazer protestos nas portas dos estádios em dias de jogo com enormes faixas para desmascarar para o mundo essa farsa nacionalista imposta pelos políticos de todos os partidos...sem excessão, pois todos roubam em conchavo e fazem parte da decadência social e cultural que passa o Brasil!
14	sou flamengo. mais E verdade estou com vcs
15	hipocrisia beim , certas pessoas sao fodas
16	geral ligada
17	Tinha um perigo a Grobo mostrar isso aê!
18	E ainda estão com a camisa do clube, ótimo exemplo
15	acho eu q eles estao vestidos assim pra chamar realmente a atençao.. e so pq curte futebol eles n podem ter senso critico ?

19	Estes jovens foram ver o jogo e o ingresso deve ter sido cedido por alguns concorrentes da emissora em destaque . Perderam uma grande oportunidade de ficar em casa , talvez fossem mais produtivos . Idiotice.
----	---

Legenda: Cidadania ativa - Cidadania passiva - Anti-cidadania - Discurso improdutivo

ANEXO E - Transcrição do depoimento do *post* com mais interações em junho de 2013

Meu nome é Alex Ribeiro e eu gostaria de dar uma resposta ao nosso amigo Fenômeno Ronaldo. É verdade Ronaldo, que não se faz Copa sem estádios, mas também não se faz saúde, Ronaldo, sem hospitais. Você deu pra conhecer a minha filha Ester. Você acabou de ver aqui agora. E eu vou te mostrar um pouco, Ronaldo, do que a saúde do Estado fez com a nossa filha e o quanto ela mexeu com a nossa família. Vou te mostrar como a Ester nasceu (mostra foto da criança bebê com deficiência nas pernas). Isso que você chama de saúde, Ronaldo. Que esse Estado chama de saúde tirou a visão da minha filha. Minha filha não enxerga, minha filha não anda e minha filha não fala. É por isso que nós estamos na rua, Ronaldo. Não é por causa de R\$0,20 não. É por que famílias estão sendo mutiladas. Dezenas e centenas de famílias estão sendo mutiladas, Ronaldo. A minha filha tem sete anos de processo e até hoje eu não vi a causa dela e corre o risco de perder o benefício dela e vocês estão preocupados com os estrangeiros que vão ver uma Copa de futebol, enquanto milhões de pessoas no nosso país morrem. Nós estamos indo pra rua não é pra lutar por dinheiro. Nós queremos o nosso direito como cidadão. Mexeram na menina dos meus olhos. Mexeram na minha filha. Mexeram na minha família e mexeram com milhões de famílias do nosso Rio de Janeiro. Vamos lutar. Vamos parar com essa Copa se for necessário. Mas nós vamos conseguir o direito do cidadão de igualdade, de saúde, de segurança, de poder ter um salário digno. Porque nós somos uma nação. Uma nação que estava dormindo, mas se despertou. E você pode ter certeza, Ronaldo, que nós só vamos parar quando nós conseguirmos o objetivo que nos é de direito. Não queremos vandalismo. Não queremos quebrar nada. Queremos apenas o que é justo. Respeito você como um excelente jogador, mas me desculpe, a sua palavra foi totalmente infeliz e você não conhece de perto sequer o sofrimento de quem tem um filho amputado. Se fosse o seu filho, Ronaldo, eu vou te perguntar agora o que é que você faria se você visse o seu filho desse jeito (close nas pernas da criança)? (Mostra a foto da criança, ainda bebê, internada). Isso é pra você ver, Ronaldo. Isso é pra você ver o que você chama de saúde, o que você conhece de saúde é aquele hospital que você tem condição de pagar. Mas nós não temos essa condição não. Então ao invés de você estar do lado dessas pessoas que estão hoje, aí, ‘assentado’ do teu lado, que você possa olhar pra aqueles que estão lá embaixo e eu conto com você para que você possa mudar o teu discurso e que você possa lembrar que você também é um cidadão brasileiro antes de ser um jogador de futebol.

ANEXO F - Comentários relativos ao *post* com mais interações em junho de 2013

Participante	Comentário
1	Ganhou meu respeito, admiração e apoio!!! Falou o que o Ronaldo e muitos outros que estão "lá em cima" precisavam ouvir, precisamos de pessoas como você atrás dos microfones em dias de eleição. E parabéns a você como pai, imagino o quanto lutou/luta por essa filha maravilhosa. Que Deus olhe por vc e sua família cara!
2	assino embaixo, as palavras de (Participante 1), estou emocionada!!!! Q Deus abençoe esse grande pai.....
3	é isso aeee o ronaldo que se foda
4	Não apenas o seu (Participante 1), mas tbm o meu e teno certeza q o de tds q assistirem a esse vídeo! Os brasileiros tem q lutar por um pais melhor!
5	amem
6	Idem
7	Certinho eu tbm apoiooo!!!
8	Eu apoio,que Deus abençõe esse homem e sua família
9	certo
10	Fenômeno é esse cara. Sensacional esse desabafo. Milhões de guerreiros estão no Brasil nas condições desse rapaz e ainda tem coragem de chamarem o Ronaldo de Fenomeno?#OGiganteAcordou #Agotadágua
11	a pec vai ser uma semana antes do dia 26
12	Forte, verdadeiro e emocionante. Simbora pras ruassssssssss
13	e um fenômeno sim...um ex: favelado,semi analfabeto,que teve uma chance no cruzeiro...que deram comida,deram banho,mataram os parasitas e ele cresceu,ganhou o mundo e se relacionou também qqe ate a travecos disseram que ele se envolveu!!!rsrsrsrsrs isso e um FENÔMENO!!!!
14	Cara educado e articulado.Falou sem ofender o Ronaldo e ainda deu a chance dele rever o que falou. Deus abençoe a sua família Pai.
15	FENOMENO JÁ ERA !!!
16	O Ronaldo é o Fenômeno da ignorância!
17	que o Ronaldo vai a merda, essa bosta
18	Sábias palavras...
19	O #Ronaldo só entende de#Travesti Panakaaaaa
20	grandes palavras dese cara.... esse e pai de vdd..... minha admiração por sua pessoa...

Legenda: Cidadania ativa - Cidadania passiva - Anti-cidadania - Discurso improdutivo

ANEXO G - Comentários relativos ao 2º post com mais interações em junho de 2013

Participante	Comentário
1	A história do plebiscito.. dissimulação total... petralhas na cadeia
2	NÃO QUEREMOS PLEBISCITO! QUEREMOS OS CORRUPTOS E OS PeTralhas na CADEIA , JÁ!!!! NÃO VAMOS PARAR.FAÇAMOS JUS QUE "UM FILHO TEU NÃO FOGE À LUTA".
3	Plebiscito é a maior burrice que pode ocorrer no Brasil agora. Temos que vetar isso, de algum jeito. Ou referendo ou nada. E todos os Petralhas na cadeia.
4	plebiscito = golpe - ataque direto a constituição federal - não queremos plebiscito!!!
1	exato, referendo sim! Plebiscito é jogada...
5	Absurdo, galera. A Globo está com a gente, ela está ajudando a derrubar a Dilma e eleger Aécio Neves do PSDB. Não vamos reclamar com a Globo meu povo.
6	URGENTE! MUITA ATENÇÃO! AYRES BRITTO (FOTO) ADVERTE: REFORMA POLÍTICA COM PLEBISCITO É UM "CHEQUE EM BRANCO". EM OUTRAS PALAVRAS: PT PREPARA GOLPE COMUNISTA COMO OCORREU NA VENEZUELA. Leiam e compartilhem! Isto é muito sério: http://aluizioamorim.blogspot.com.br/.../ayres-britto...
7	Esse Aluizio Amorim é contra o Nordeste, vários textos dele bem preconceituoso. Que pena que nos "apartidários" somos muito "partidários" em defender o restante dos partidos corruptores (exemplo: PSDB) e criticar somente um (PT).
1	PSDB é o menor dos problemas "oposição"... PMDB por exemplo... mulher de bandido.
8	PSDB é o menor dos problemas??? Que que é isso??? Desviar R\$124Bi das privatizações, quebrar o sigilo bancário de 60 milhões de brasileiros, ser suspeito de desviar R\$4,3Bi da saúde MG, iniciar o esquema do mensalão em 1998 no governo MG, e é o menor dos nossos problemas? Não quero nem ver o maior!!!
8	A Rede Globo está com os manifestantes??? Procure ler nas entrelinhas, tentou desqualificar o movimento e incentivou o uso da força policial. Só mudou de posição porque se viu em maus lençóis, acorda!!!
9	No máximo eu apóio um referendo.
10	É isso mesmo !! Fora Dilma !!!
11	vai tomar no cu, para de ser parcial Fora PT e tbm o PSDB,tudo lixo!!!
12	A grande lição das manifestações é mostrar que democracia não é só votar,os governantes não entenderam que os protestos têm caráter social e representam uma insatisfação difusa. <<<eSTAMOS DE oLHO>>>
13	Se não mudar o sistema, continuaremos !!!
14	eu nao quero ser pessimista mas hoje em dia votar nao quer dizer muito pois da maneira que e

	feita, e super facil de se roubarem votos.. entendem! wink wink
15	ou mudamos o sistema ou viveremos alienados!!!
16	concordo com vcs amigos. Tb estou nesta luta! Não podemos aceitar este sistema!!!
16	Vou copiar estes comentários e divulgar mais ok?

Legenda: Cidadania ativa - Cidadania passiva - Anti-cidadania - Discurso improdutivo

ANEXO I - Comentários relativos ao *post* com mais interações em julho de 2013

Participante	Comentário
1	"cUmbustiveis"?
2	kkkkkkkkkkkk... Sab q nem tinha reparado???? Mas oq tá valendo é a idéia...
1	Isso aê!
1	rsrs
3	eu ia ficar quieto mas ja que vc comentou kkkk
4	...mas vamos perdoar foi só um cumbustível , ta valendo a proposta...
1	Erro de digitação, "ta de boa" é que eu sou chato mesmo!
5	esse combustível é um cU msm. nada de errado aí :!
1	Boa!
6	relaxa cara, fazer o que? o cara deve ter passado pelo ensino público no Brasil
7	GEnte, isso e erro tapografico!
8	Ele quis dizer que é um "Cu" De combustível...
9	kkkkkk
10	T'a'pógrafo não erra... comete equívocos!
11	as vezes confunde na hora de escrever, por ex eu vo excrever pessoas, escrevo passeas
12	Acho que você não entendeu o sarcasmo fera.
13	CUMBUSTIVEIS pq a bagaça é enfiada no nosso rabo cheio de impostos!
14	rsrsrs nem tinha reparado!!!
15	A Diuma nao invertiu ni inducassão
16	porra de gasolina cara do caralho, fora que e' a mais adulterada do mundo.

Legenda: Cidadania ativa - Cidadania passiva - Anti-cidadania - Discurso improdutivo

ANEXO J - Texto na íntegra do 2º *post* com mais interações em julho de 2013

O que pensam desta invenção?

O estupro tornou-se um problema endêmico na África do Sul. Uma técnica da área médica, Sonette Ehlers desenvolveu um produto que imediatamente chamou a atenção mundial. Ehlers nunca se esqueceu de uma vítima de estupro que lhe disse, "Se ao menos eu tivesse dentes lá em baixo..." Algum tempo depois, um homem chegou ao hospital no qual Ehlers trabalha com uma dor terrível, por conta do zipper que havia fechado sobre o seu pênis. Ehlers misturou as duas imagens e desenvolveu um produto chamado Rapex.

O produto parece um tubo, com farpas dentro. A mulher coloca-o como um absorvente interno, através de um aplicador, e qualquer homem que a tentar estuprar irá rasgar-se com as farpas e precisará de ir a um hospital para remover o Rapex.

Quando os críticos reclamaram que se tratava de uma punição medieval, Ehlers respondeu, "Uma punição medieval para uma atitude medieval."

A África do Sul tem índices nada agradáveis de violência sexual e, por isso, Sonette Ehlers inventou uma arma contra estupro, a camisinha feminina chamada Rape-aXe. Sonette é sul-africana e trabalha com vítimas de violência há bastante tempo.

A ideia de haver dentes num lugar tão inesperado é aterrorizante para qualquer homem e, segundo a inventora, a simples visão do mecanismo já inibe a ação de estupradores. Ela conta que um diretor de polícia lhe disse, depois de uma apresentação do produto, eles ficaram três meses sem registrar qualquer queixa de violência contra mulheres.

A camisinha é cheia de farpas que ficam na parte interna e, depois que ela "morde", só pode ser solta com ajuda médica. Daí, além do desconforto de ter as suas partes pudendas (órgãos genitais) perfuradas, o homem também vai ter que conviver para sempre com o estigma de estuprador.

Por Tiago Brito

Curta nossa página: Movimento Contra Corrupção

ANEXO K - Comentários relativos ao 2º post com mais interações em julho de 2013

Participante	Comentário
1	Merece um nobel!
2	E as virgens?
3	Genial!!! Já esta sendo fabricada? Onde vende no Brasil?
4	Interessante, mas como muitas vezes o estupro é seguido de morte.....neste caso. a morte da violentada é certa.
5	pena que nao arranca um pedaco
6	pensei a mesma coisa (Participante 4).
7	um Nobel do anti sacanagem???
1	Se a mulher após o estupro morrer... pelo menos o cara fica sem pau. Inutilizado. Mas o melhor é a mulher comprar uma arma, fazer um curso de tiro. Já que o Estado não a protege.
8	Você já viu um homem que levou um chute no saco? Ele nem se mexe, imagina uma coisa dessas. É tempo para pedir ajuda.
9	bom fim do expediente hora de voltar pra casa, celular na bolsa, maquiagem etc ops esqueci de me "armar"!??? eh mais facil impor uma pena mais "dura" nestes caso do isso ai. minha opnião mas eh interessante!
10	(Participante 9), é melhor a ideia de que estou protegida que o risco de ser violentada, todo mundo tem grades nas suas janelas, o uso disso seria a mesma ideia.
11	Merece mesmo um nobel e ainda ganhou meu respeito.
12	Gente!!! Vcs estão invertendo as coisas... isso é o cúmulo do machismo! A África deveria criar leis pra punir os estupradores isso sim! Mais uma vez a mulher vai ter a responsabilidade disso... ter que andar com um corpo estranho introduzido nela?? Afff é tão absurdo imaginar isso que só posso lamentar!!
13	espera a lei então.. enquanto isso elas poderão se estupradas... faça me o favor... eles tem o direito de tentar se defender...
14	(Participante 12), a natureza já nos obriga à usar absorventes, sejam internos ou externos escolhidos conforme sua preferência/necessidade. Utilizar isso seria a mesma coisa.
15	Gente imagina a dor do cidadão... duvido que ele vai ter tempo de pensar em matar a vítima..
1	(Participante 9) . Haverá sempre estupradores. É um defeito no cerebro. Traumas de infancia potenciam a incubação de um monstro. Toda mulher tem que ser educada para saber se defender. Do spray de pimenta ao revolver. Pense: nem um assassino comum aceita o estupro. NA cabeça dos presidiarios em geral, prevalece a ideia basica: "Não aceitaria se fosse com minha irmã" Por isso o estuprador é maltratado na prisao
16	Educação para se defender de estuprador? Já viram a diferença de força de um homem e uma vítima? Isso quando a vítima tem alguma possibilidade de defesa, imagina as crianças, doentes, deficientes físicas, idosas, etc...

	<p>Nosso "governo" nos deu a chance de escolhermos entre nos compararmos a marginais portando armas e anjos de candura desarmados. O que escolhemos? Deixar a nossa segurança, que aí está, nas mãos do estado.</p> <p>Qualquer forma de se defender deve ser usada. O erro não está no dispositivo, mas no agressor.</p> <p>Querem acabar com a vida das mulheres, pois merecem ter uma marca pro resto de suas vidas.</p>
17	<p>É problema psicológico? Por que não procuram ajuda do SUS? Querem ph0d3r com a vida das pessoas, pois que se ph0d@m também.</p> <p>Um estupro pode se transformar em morte, pois que se também se transforme em mutilação do desgraçado que se presta a um ato selvagem e covarde.</p>
18	<p>Depois do meliante sentir que foi mutilado, acredito que a vitima não vai sair viva nem para contar a história...</p> <p>A solução é pena de morte para esses casos.</p>

Legenda: Cidadania ativa - Cidadania passiva - Anti-cidadania - Discurso improdutivo

ANEXO L - Comentários relativos ao 3º post com mais interações em julho de 2013

Participante	Comentário
1	Imbecil que passa trote merece serviços comunitários forçados e, se possível, umas boas surras
2	merece apanhar, ter a casa invadida com um chute na porta e apanhar "então quer dizer que tu tava passando trote é seu vagabundo ? toma então" pra ver se aprende a ser gente
3	serviço comunitário ? devia ganhar 100 chibatadas em praça pública que nem no tempo da escravidão
4	É muita falta de Humanidade
1	Não quis ser tão radical, mas este é o espírito da coisa. Imbecil não se educa. Imbecil se pune exemplarmente!
5	merece ser e preso , pra tarar de fazer merda, e dar um sentido pra vida !!!!
6	Tem que ensinar as crianças que o trote pode matar uma pessoa, afinal uma ligação que vai ser verificada é menos uma viatura ou ambulância fazendo atendimento onde é necessário. Como punição uma multa bem alta e serviços comunitários. Acredito também que os telefones públicos deveriam ter uma mine-câmera pra tirar a foto do delinquente.
7	Concordo com você! Isso é coisa muito séria!
8	Concordo plenamente!!!
9	tem que bota essas praga que passa trote na cadeia!!
10	é terrível isso mas infelizmente tem imbecis para fazer uma palhaçada dessa.enquanto isso existem pessoas morrendo por aí
11	Salve uma vida,não ligue para 192,pegue um taxi porque eles nunca te atendekkkkkkkkk
12	Boa
13	É muita falta do que fazer né!
14	E NEM O 190
15	O SAMU e a sociedade agradece.
16	Pessoal de Brasilia precisando de divulgacao #ocupabrasilia http://twitcasting.tv/uniaobrasilia20
17	e ainda tem um comecial do imbecil do Ronaldo gorducho passando trote para Neymar jumento gordo
18	Uma brincadeira que pode custa muitas vidas...com esse e outro números de serviços sociais não se brinca..
19	De não atrapalhar já ajuda bastante!!!!

Legenda: Cidadania ativa - Cidadania passiva - Anti-cidadania - Discurso improdutivo

ANEXO M - Comentários relativos ao *post* com mais interações em agosto de 2013

Participante	Comentário
1	Ta certo...
2	Apoiado.
3	A Globo quer dinheiro, é? Então Globo, manda aquele dentuço, do Ronaldo comedor de Traveco devolver os 6 milhões que vocês deram pra ele emagrecer, e que acabou engordando de novo
4	a globo quer dinheiro para pagar a putaria do big broder brasil
5	Pensei q só eu n acreditasse nessa roubalheira de criança esperança.. APOIADÍSSIMO !!!
6	você não esta sozinha... kkk
7	Cara nada a ver essa Campanha de vocês!!! Milhares de crianças e adolescentes dependem dessas doações. Se a Globo declara em seu imposto de renda valores referentes a essa Campanha do Criança Esperança não é algo legal, mas dai você ficar fazendo campanha contra algo que ajuda os carentes, putz! Vão procurar o que fazer!!!
5	a GLOBO omite mta coisa !!! Tem dinheiro pra pagar vencedores de BBB , pagar cirurgia milionária pra apresentador e tal , e n tem dinheiro pra ajudar as pobres crianças ?? Afff .. vamos colocar os pés no chão e sermos mais realistas , chega de rotulagem , hipocrisia , EU APOIO sim as pessoas q querem de verdade ajudar quem precisa , eu faço minha parte .. Consciência tranquila .
8	Deve ter muitas pessoas perto de voce que esta precisando de ajuda. Então porque dar pra TV Globo????
9	concordo ou APAE OU AACD
10	soh pra APAE da sua cidade msm pq a AACD tah ja recebi muita doação
11	Globo só repassa 10% para UNESCO documentos vazadoss no site wiki leaks
12	Esse programa serve apenas pra isentar a globo de impostos e sem contar que eles não repassam toda a verba para o projeto. Até os artistas ã estão doando dinheiro, estão doando roupas usadas p/ leiloar no programa de Fátima Bernardes, kkkk. O gigante acordou rede bobo.
13	Brechó da Globo, quem vai usar essas nojeras.
14	uma safadeza essa tal de criança esperança!!!!
15	Concordo se o criança esperança fosse verdade não tinha gente passando fome e sede no nordeste .essa ideia quem teve tá de parabéns se cada um ajudar ou APAE ou asilo hospital do câncer vai ganhar muito mais , eu moro no interior de sao paulo e nunca vi nada desse criança esperança , é o nome já diz tudo esperança um dia eles vem kkkkk
16	Doe para a Apae, Hospital do câncer e asilos da sua cidade.
17	Não doem para ninguém, o dinheiro nunca chega ao destino.
18	Vamos doar para AACD Associação dos Amigos das Crianças com Câncer

19	Não doe brinquedos e dinheiro, adote uma criança carente... talvez alguém próximo que precise de livros, matérias educativos e ate mesmo ser subsidiado em seus estudos.
----	--

Legenda: Cidadania ativa - Cidadania passiva - Anti-cidadania - Discurso improdutivo

ANEXO N - Comentários relativos ao 2º post com mais interações em agosto de 2013

Participante	Comentário
1	<p>Qual a diferença de um DEPUTADO corrupto e um ladrão de galinha?</p> <p>É que o DEPUTADO CORRUPTO teve aquiescência do povo, teve autorização para roubar dos cofres públicos, assinado embaixo pelos próprios eleitores. Então não podemos reclamar se um Deputado condenado por corrupção continuar o mandato.</p> <p>Indignado, envergonhado com tal situação, há dois meses atrás tinha esperanças de que o meu país mudasse, porém o GIGANTE não adormeceu, está em coma, definhando cada vez mais!!!!!!</p>
2	<p>não somos obrigados a eleger bandidos. votemos todos NULO e após isso vamos todos às ruas exigir junto ao Tribunal Superior Eleitoral mudanças nas leis: Eleitoral e dos Partidos Políticos. " O PODER EMANA DO POVO" artigo primeiro parágrafo único da Constituição Federal e como o povo não tem representante, ele próprio se representa. Por um País justo e livre.</p>
3	<p>Fale por vc amigo, pois fui em tanto protesto que perdi conta...</p>
4	<p>A grande diferença é que o segundo vai preso. Simples assim.</p>
5	<p>E votemos então nas Galinhas ...</p>
6	<p>Não dá para saber quem é o ladrão na hora de votar, pois quem entra na política acaba fazendo parte do sistema.</p>
7	<p>A sua lógica está errada. Voto não dá salvo conduto para roubar. A lei não permite isso.</p>
8	<p>http://www.youtube.com/watch?v=BGDRcjlwxEA</p>
9	<p>O maior contaminado é o Executivo Federal que USA e ABUSA de nosso dinheiro! Além desta "fantástica" contratação de médicos cubanos com pagamento direto nas MAÃOS de Fidel, nosso Governo Federal fez empréstimos, no início de abril, aos governos de CUBA e Angola que foram tornados SECRETOS pelo Ministro FERNANDO PIMENTEL, até o ano de 2027! O que contém estas negociações que o Povo Brasileiro NÃO PODE SABER???</p> <p>http://www1.folha.uol.com.br/.../1259471-brasil-coloca...</p>
9	<p>Há muito tempo escolhemos os candidatos PRÉ-SELECIONADOS pelos Partidos! Nós apenas escolhemos os nomes, pois para os partidos tanto faz se é A, B ou C, pois os vitoriosos não aprovam os projetos que são os melhores para o povo, mas são OBRIGADOS a seguir as regras ditadas pelos seus partidos. E não acontece somente com deputados e senadores, também na esfera do EXECUTIVO, por isso é que DILMA segue a CARTILHA do PT! Por isso que está enviado ajuda "demais" para Cuba! Procurem na Internet sobre as obras da Construtora brasileira ODEBRECHT em CUBA, financiadas com recursos do BNDES! (Estamos sob liberdade VIGIADA, não se iludam com este novo significado de DEMOCRACIA, dado por este partido de bandidos e expropriadores que tomou conta do Governo Federal!)</p>
10	<p>Apenas uma correção: podemos reclamar, SIM! Falta ir para a rua de novo meter medo nessa</p>

	corja de marginais da política!
11	Se os políticos foram eleitos pela maioria, logo eles devem prestar contas sobre seus atos, eles estão lá para servir. Por isso temos todo o direito de reclamar e o dever também como cidadão brasileiro. Tenho o peito lavado em dizer que não votei em nenhum candidato que hoje ocupa um lugar na política, mesmo assim devo reclamar, devo exigir, afinal de contas pago impostos caros e não vejo retorno.
12	Os que pensam que o gigante está em coma está desacreditando na força que tem ou temos, vamos nos unir e venceremos...pensamentos positivos ok!
13	Eu não votei nesse FDP!
14	Como sempre digo, os eleitores não são vítimas... são cúmplices!
15	A diferença é: O ladrão de galinha é o besta e o político corrupto é o sabido..Quem é que vive mais o ladrão besta ou o sabido? O besta morre logo e o sabido é garantido..
16	Um ladrão de galinha rouba porque está com fome e não tem quem defenda. Um DEPUTADO corrupto tem toda a quadrilha da qual faz parte para sua defesa! Essa é a diferença.
17	O ladrão de galinhas tem ÉTICA...E o político não!
18	Acabo de ler um notícia que muito me deixa triste e ainda mais forte em gritar por meu País. Como pode a Câmara dos Deputados NÃO cassarem o Donadon? Fica claro que o número de deputados tem que ser reduzido, a votação tem que ser aberta para que todos vejam o que seu representante está fazendo pelo Brasil. é triste ver que um SAFADO CONDENADO A CADEIA em um dos Três Poderes é acobertado por uma CORJA que nem mostra cara ou nem vai ao trabalho.
19	Eles não condenariam um amigo de falcatrú !!

Legenda: Cidadania ativa - Cidadania passiva - Anti-cidadania - Discurso improdutivo

ANEXO O - Comentários relativos ao 3º post com mais interações em agosto de 2013

Participante	Comentário
1	Povo tem de voltar as ruas urgente
2	mais que voltar as ruas tem que votar consiente e nao por beneses elegemos e damos nossos destinos nas maos deles por 4 longos anos vamos comesar a levar isso a seroi gente
3	- não queria dizer isso mas,morte aos políticos corruptos.....
4	Pior que é vdd , nossas urnas são fraudadas e quem tentou avisar e informar morreu , estranho não ???
5	Digitem "hacker Rangel" no Google e vejam a denúncia.
6	Temos que derrubar esse congresso.
7	Não votem em quem já está eleito e nem por candidato indicado por outro já no poder.
8	Queremos ver mais deputados com nome, presos!
9	senhores deputados deixemos bem claro para vcs, NÃO QUEREMOS MAIS VCS AÍ!! VCS NÃO NOS REPRESENTAM!!! Nas próximas eleições vamos chutar vcs dessas cadeiras, e não adianta fraudar as urnas nós votaremos e contaremos os votos pela internet , aí sim a GUERRA COMEÇARÁ!!! ISSO É SÓ UM AVISO!!! bjs....
10	Cagaram em cima da lei da ficha limpa.
11	Vamos levar toda a família pra rua dia 7 de setembro e dar mais um recado aos hipócritas de Brasília..
12	vem vamos embora,nao espere acontecer acorda gigante e muita vergonha..
13	E o vagabundo ainda reclama da comida e do banho.isto e pouco pra tu safado.
14	A culpa é do povo que elegeu um candidato com processos nas costas. Acorda, temos é que mudar as pessoas primeiro.
15	O Tribunal que ele foi absolvido (Câmara dos deputados) e' formado na maioria por Bandidos iguais a ele, costumado a ROUBAR dinheiro Publico... Em 2014 faça como eu use o VOTO SECRETO P/ RENOVAR O CONGRESSO... NÃO REELEJA NINGUÉM...
16	Povo bundão gera políticos ladrões!
17	Cambada de vagabundos. A resposta terão nas urnas. Não perceberam que o povo deixou de ser otario?
18	Da ate vergonha de ser brasileira! PAÍZINHO MEIA BOKA... BANDO DE VAGABUNDOS NO PULEIRO...
19	fim dos políticos, eles são desnecessários, vejam esse vídeo explicativo: https://youtube.com/watch?feature+player_embedded...
20	E o povo nas ruas?

Legenda: Cidadania ativa - Cidadania passiva - Anti-cidadania - Discurso improdutivo

ANEXO P - Comentários relativos ao *post* com mais interações em setembro de 2013

Participante	Comentário
1	O povo não quer seriedade. Seriedade incomoda e requer certo esforço para conquistar.
2	E ainda querem colocar a culpa exclusivamente nas urnas que nem foi comprovada serem fraudadas. O povo se auto-incrimina mesmo quando era por cédulas, onde já tinha capacidade de eleger criminosos.
3	É claro que o povo tem feito muita asneira ! Mas também é óbvio que as urnas são imperfeitas ! Isso já foi comprovado por muitos profissionais do setor !
4	Todos ao chegar ao poder se corrompem, por mais honesto que seja ante chegou lá chô pra honestidade.
5	Essa eleição de Jesus foi voto popular mas à cara limpa, sem papel ou urna fraudulenta, Vejam que já sabiam se tratar de um ladrão dai veio o ditado: ele rouba mais faz, ele é ladrão mais é meu amigo. Não vi até hoje aos meus 50 anos um honesto chegar no poder ,eles já saem candidato investindo, barganhando com empresários futuros negócios, com o povo e seus cabos eleitorais, me digam um nome entre estes que estão ou já estiveram que são honestos?
6	o problema e que todos se corrompem
7	infelizmente isso e verdade!!!!
8	Pois é verdade!!
9	Fundamente seu discurso. Uma opinião ao público sem fundamentos é o mesmo que uma gota de água em meio a chuva. Se corrompe quem não sabe o valor de se ter caráter, agora quando alguém, trabalha, estuda, se forma e conquista algumas coisas, inclusive Inteligência as pessoas confundem com se corromper. Meio vago sua opinião.
10	Não é bem verdade, não ! A Marina e o Enéas eram bem mais preparados e o povo não quis eles ! Agora que aguento !
11	o problema e q no Brasil so tem quem muito fala mais na hora de agir coloca o rabinho entre as pernas e saia feito um safado,, resumido tudo precisamos de pessoas radicais a cerca de nossos anseios por justiça e honestidade.
6	Políticos sao so Marionetes .Na verdade eles nao mandam nada , quem decide tudo e o grupo politico por tras deles .
12	e nenguem vai mudar isso.... estou já é um cancer que no tem cura....
13	Foi a primeira Eleição fraudada, nasceu ai a Boca de Urna, Caifas pagou o povo pra votar em Barrabas. O mau exemplo vem de longe.
14	De fato
15	Correto (Participante 13)!
16	Como assim... fraudada? De onde vem a fonte de que Caifas pagou o povo para votarem em Barrabás ??

17	Essa foi a primeira mentira que os crentes inventaram como desculpa para a condenação de Jesus. Caifas teria que ser muito rico para comprar cada pessoa ali. E o que ele ganharia com isso???? Mesmo que que essa historinha fosse verdade, isso significa que os crentes da época acharam que qualquer esmola valia mais que a vida de Jesus, ou seja, ele não representava absolutamente nada para o povo.
17	Crente se vende por qualquer migalha!!!
18	E na verdade, é pra ser analisado sim...

Legenda: Cidadania ativa - Cidadania passiva - Anti-cidadania - Discurso improdutivo

